

EDIÇÃO Nº 1 | ABRIL 2025

REVISTA, CONTÁBIL, DO CEARÁ

EDIÇÃO ESPECIAL
Dia do Profissional da Contabilidade





14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista

NATAL - RN • 2025

24 A 26 • SET



INSCRIÇÕES

 14enmc.com.br

SIGA O INSTAGRAM

 encontro.mulher.contabilista

Idealização



Realização



ACADERNCIC
Academia Norte-Rio-Grandense
de Ciências Contábeis

Apoio



CRCRN
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO RIO GRANDE DO NORTE



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



PALAVRA DO PRESIDENTE

Fellipe Guerra

Revista Contábil do Ceará: Um Marco na Valorização do Conhecimento

Com imensa honra e entusiasmo, apresento a primeira edição da **Revista Contábil do Ceará**, um marco importante na história do nosso Conselho Regional de Contabilidade. Esta publicação nasce como uma iniciativa que reafirma nosso compromisso com o desenvolvimento técnico, científico e ético da profissão contábil no estado.

Vivemos um tempo de transformações aceleradas. A contabilidade, como ciência e instrumento de gestão, é diariamente desafiada a se reinventar diante das exigências de um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Novas normas, tecnologias emergentes, mudanças fiscais e avanços em sustentabilidade exigem de nós mais do que conhecimento prático: exigem reflexão crítica, pesquisa aplicada e construção coletiva de soluções.

Diante desse cenário, oferecer um espaço dedicado à divulgação de **pesquisas, análises técnicas e reflexões acadêmicas** é não apenas necessário, mas essencial. A Revista Contábil do Ceará se propõe a ser esse espaço. Um lugar onde a teoria dialoga com a prática, onde profissionais e pesquisadores compartilham saberes que impactam diretamente a atuação do contador e contribuem para o aprimoramento contínuo da nossa classe.

Mais do que uma publicação, esta revista é uma ponte entre a experiência do mercado e a investigação científica. Um canal de valorização da produção intelectual contábil do nosso estado e de estímulo à formação de profissionais cada vez mais preparados para os desafios contemporâneos.

Agradeço aos autores, avaliadores, membros do Conselho Editorial, à equipe técnica e a todos os que contribuíram para que este projeto se tornasse realidade. Que esta revista se consolide como um instrumento permanente de valorização do saber contábil, incentivando o debate qualificado, a pesquisa com propósito e o fortalecimento da nossa identidade profissional.

Fellipe Guerra

Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

“ Mais do que uma publicação, esta revista é uma ponte entre a experiência do mercado e a investigação científica.

EXPEDIENTE

REVISTA CONTÁBIL DO CEARÁ

Edição Especial n.º 1, Abril de 2025 – periódico
semestral - ISBN 978-85-88591-02-8

Editor

Conselho Regional de Contabilidade do Ceará
Av. da Universidade, 3054, Benfica, Fortaleza/CE -
Site: www.crcce.org.br

Conselho Diretor (2023 - 2025)

Presidente

Contador Fellipe Matos Guerra

Vice-Presidentes

Contador Adalberto Vitor Gomes do Nascimento
Contador José Wesmeyer da Silva
Contadora Karla Jeanny Falcão Carioca
Contador Kildere Erasmo Pereira Damasceno
Contador Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do
Nascimento
Contador Rondinelly Coelho Rodrigues
Contadora Sandra Maria Solon de Paula
Contadora Welynadia Rodrigues Pereira

Conselheiros Efetivos

Contadora Nadja Helena Martins Saraiva
Contadora Maria Izirlene Ferreira Oliveira
Contadora Aretha Paula Ferreira Soares
Contadora Tânia Martins Ferreira da Silva
Contador José Wilson Bezerra de Sousa
Contadora Marta Célia Chaves Cavalcante
Contador José Elielder Clares De Sousa
Contador Francélio Arlindo de Souza Cavalcante
Contador Moisés Kellyano Farias Alves
Contador Francisco Ronney Araújo Zuza

Conselheiros Suplentes

Contadora Adriana Martins Queiroz
Contadora Alzira Da Conceição Ferreira Gomes
Contador Anderson Sousa Oliveira
Contador Cláudio Fernandes de Freitas
Contadora Danyelle Kelvia Ferreira Damasceno
Contadora Emanuel Messias Alves de Lima
Contador Francisco Valmir Ferreira Lima
Contador Jacinta Rocha da Silva
Contador José Washington de Carvalho Barros
Contadora Julyanne Lages de Carvalho Castro
Contador Leonides Ferreira de Holanda Júnior
Contadora Oreniva Patrícia dos Santos Alves
Contadora Paula Luciana de Oliveira Vianna
Meneses
Contadora Solânia Pessoa Veras
Contador Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador Valberto Alves Abreu

Editor-chefe

Doutor Fellipe Matos Guerra

Coordenadora do Conselho Editorial

Mestra Welynadia Rodrigues Pereira

Conselho Editorial da RCCE

Especialista Felipe Viana Ribeiro
Mestra Julyanne Lages de Carvalho Castro
Mestra Karla Jeanny Falcão Carioca
Mestra Marta Célia Chaves Cavalcante
Mestra Welynadia Rodrigues Pereira

Conselho Avaliador

Doutora Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro Maia
Doutora Editinete André Rocha Garcia
Doutor Fellipe Matos Guerra
Especialista Felipe Viana Ribeiro
Mestra Julyanne Lages de Carvalho Castro
Mestra Marta Célia Chaves Cavalcante
Doutora Roberta Carvalho de Alencar
Doutor Samuel Leite Castelo
Mestra Stephanie Pereira do Amaral
Doutora Talyta Eduardo Oliveira
Mestra Welynadia Rodrigues Pereira

Comissão de Ética

Doutora Anna Beatriz Grangeiro Maia
Doutor Fellipe Matos Guerra
Especialista Felipe Viana Ribeiro
Mestra Julyanne Lages de Carvalho Castro
Mestra Marta Célia Chaves Cavalcante
Doutor Samuel Leite Castelo
Mestra Welynadia Rodrigues Pereira

Projeto Gráfico e Diagramação

CQueiroz Comunicação

Colaboradora

Katiússia Sousa dos Reis Barroso

Artigos

Telefone: (85) 3194-6005
E-mail: revistaelectronica@crc-ce.org.br
Permitida a reprodução de qualquer matéria
desde que seja citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de exclusiva
responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO



ARTIGO CIENTÍFICO

06

Reflexos do processo de recuperação judicial a partir dos indicadores financeiros da empresa OSX Brasil

José Aristeu Silva Crisóstomo Neto e
Livia Maria Lopes Stanzani

ARTIGO CIENTÍFICO

26

Administrações Tributárias e e-Government: Uma Análise Exploratória baseada no Modelo de Kok, Ryan e Prybutok

Samuel Leite Castelo

ARTIGO CIENTÍFICO

46

Previsibilidade de Receita em Empresas Exportadoras: O papel do ACC/ACE como estratégia de financiamento e gestão cambial

Alessandro Moreira dos Santos

ARTIGO CIENTÍFICO

64

Aderência às normas de sustentabilidade IFRS S1 e S2 e desempenho empresarial: Evidências das companhias listadas no ISE B3 em 2023

Daniel Ferreira Monteiro, Anna Beatriz Grangeiro
Ribeiro Maia, Maria Clara Bugarim, Alexandra Alencar
Siebra e Welynadia Rodrigues Pereira

ENSAIO TÉCNICO

84

Reforma Tributária Brasileira: Uma Análise da Emenda Constitucional 132/2023

Fellipe Matos Guerra

EDITAL

98

Chamada de submissão de artigos – Revista Eletrônica Técnico-Científica do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará



Reflexos do processo de recuperação judicial a partir dos indicadores financeiros da empresa OSX Brasil

Reflections of the judicial recovery process based on the financial indicators of the company OSX Brasil

Reflexiones del proceso de recuperación judicial a partir de los indicadores financieros de la empresa OSX Brasil



**José Aristeu Silva Crisóstomo Neto e
Livia Maria Lopes Stanzani**

Resumo

A Recuperação judicial é o instituto que permite que empresas em crise, tenha a possibilidade de reverter a situação, permitindo a continuidade da atividade e a manutenção de sua função social. Desta forma a análise financeira, auxiliada pela aplicação de índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, permitem o monitoramento e a avaliação do desempenho da empresa assim como a eficiência do plano de recuperação judicial. O objetivo deste trabalho foi investigar e evidenciar os impactos do processo de recuperação judicial no desempenho financeiro da empresa OSX Brasil, a partir da análise dos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, durante o período de 2013 a 2022. O presente artigo tem natureza quantitativa, sendo realizado por meio do método de estudo de caso de dados secundários. Assim, utilizaram-se as seguintes dimensões analíticas: instrumentos de coleta de dados, tratamento e apresentação dos dados, análise e apresentação de resultados. Os dados relativos as demonstrações financeiras, foram coletados no sítio eletrônico da Bolsa de Valores Brasileira (BM&FBovespa) e também no sítio eletrônico da companhia OSX Brasil. Foram analisados o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, além das notas explicativas, parecer da auditoria independente e os relatórios da administração. Os dados foram aplicados para cálculo dos indicadores financeiros de liquidez, endividamento e rentabilidade. Os resultados evidenciam que, de acordo com o plano de recuperação judicial homologado, houve redução das obrigações em curto prazo e aumento das obrigações em longo prazo. Embora nota-se uma recuperação gradual na receita, os recorrentes prejuízos compromete os resultados da empresa. Conclui-se que o alto valor de prejuízo acumulado, assim como a baixa lucratividade, compromete a rentabilidade da empresa e comprometem a sua continuidade mesmo tendo sido reconhecido o encerramento da recuperação judicial.

Palavras-chave: Reflexos; recuperação judicial; indicadores financeiros.

Abstract

Judicial recovery is the institution that allows companies in crisis to reverse the situation, allowing the continuity of the activity and the maintenance of their social function. Thus, the financial analysis, aided by the application of liquidity, debt and profitability indexes, allows the monitoring and evaluation of the company's performance as well as the efficiency of the judicial recovery plan. The objective of this work was to investigate and highlight the impacts of the judicial recovery process on the financial performance of the company OSX Brasil, based on the analysis of liquidity, profitability and debt indicators, during the period from 2013 to 2022. This article is quantitative in nature, being carried out through the secondary data case study method. Thus, the following analytical dimensions were used: data collection instruments, data processing and presentation, analysis and presentation of results. The data related to the financial statements were collected from the website of the Brazilian Stock Exchange (BM&FBovespa) and also from the website of the company OSX Brasil. The balance sheet, income statement and cash flow statement were analyzed, as well as the explanatory notes, independent audit report and management reports. The data were used to calculate the financial indicators of liquidity, debt and profitability. The results show that, in accordance with the approved judicial recovery plan, there was a reduction in short-term obligations and an increase in long-term obligations. Although there was a gradual recovery in revenue, the recurring losses compromise the company's results. It is concluded that the high amount of accumulated losses, as well as the low profitability, compromise the company's profitability and jeopardize its continuity even after the end of the judicial recovery.

Keywords: Impacts; judicial recovery; financial indicators; (insert up to five words different from those contained in the title, separated by semicolons).

Introdução

Segundo dados levantados pelo Serasa Experian em maio de 2023, houve aumento de 105,2% no número de pedidos de recuperação judicial, passando de 58 para 119 pedidos. A recuperação judicial vem se tornando um tema em destaque, tanto pelo aumento no número de pedidos como também pela visibilidade em casos de repercussão nacional, a partir do pedido por partes de grandes empresas como Americanas S.A (2023) e o caso da empresa 123 Milhas, que também anunciou o pedido de recuperação judicial.

A existência de fatores econômicos adversos atrelados a problemas internos, como as decisões administrativas e estratégicas, a dificuldade de geração de caixa e de liquidez para quitação das obrigações, são as principais causas que levam uma empresa a recorrer a recuperação judicial como meio de assegurar a continuidade de suas atividades e o cumprimento de suas obrigações (Brunassi et al., 2018).

O processo de recuperação judicial surge como uma forma estratégica de superação de crises financeiras enfrentadas pelas empresas. A partir do reconhecimento do estado de insolvência, a Lei 11.101/2005, que trata da recuperação Judicial, permite a elaboração de um plano que vise a sua reestruturação econômica e financeira (BRASIL, 2005). O estado de insolvência, citado pela Lei 11.101/2005, deve ser evidenciado por meio das demonstrações contábeis, o que, por sua vez, pode ser interpretado pela aplicação de indicadores financeiros.

Recente pesquisa realizada por meio do estudo de caso da Americanas evidencia que é possível identificar os impactos do processo de recuperação judicial por meio da aplicação dos indicadores financeiros, de acordo com Anschau et al. (2023), neste estudo os impactos econômicos e estratégicos do processo de recuperação judicial, a partir da coleta dos dados presentes nas demonstrações contábeis foi possível analisar o avanço do plano de recuperação ao longo do tempo, evidencia-se, através dos indicadores financeiros, uma dificuldade durante a implementação do plano de recuperação judicial nos primeiros anos, e uma dificuldade de recuperação do valor de mercado frente a falta de segurança dos acionistas, o que compromete os resultados da recuperação judicial e põe em risco a continuidade da empresa. Outro estudo de caso, sobre a empresa Oi S.A, demonstrou o comportamento dos indicadores financeiros ao longo do processo de recuperação judicial, assim como os resultados após a conclusão da recuperação (Alves, et al. 2021).

A utilização de indicadores financeiros evidenciou a necessidade de uma recuperação judicial frente a um endividamento envolvendo cerca de R\$ 65 bilhões, provenientes da má gestão exercida na empresa, causada pela falta de vivência da globalização e pelos avanços tecnológicos no cotidiano da companhia. O resultado do estudo realizado por Alves et al (2021) demonstrou que a Oi S/A apresentou uma breve recuperação dos seus índices financeiros durante a recuperação judicial do ano de 2016 a 2019, apesar da alta dependência do capital de terceiros e da pouca utilização do seu capital próprio, o que ainda demonstrava a necessidade da continuidade da recuperação judicial.

No final do ano de 2014, a empresa OSX Brasil (OSXB3) entrou em processo de recuperação judicial, com dívidas de R\$ 2,4 bilhões. Conforme descrito no Plano de Recuperação apresentado pela OSB, no dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A., cuja denominação foi alterada para OSX Brasil – Porto do Açú S.A. ("OSX AÇU") e OSX Serviços Operacionais Ltda. ("OSX Serviços") (as "Recuperandas"), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Após 7 anos e 3 meses, em 18 de março de 2022, foi proferida sentença nos autos do processo de recuperação judicial da companhia. Neste contexto, este artigo terá por objeto de estudo a empresa OSX Brasil S.A, sociedade de capital aberta com ações negociadas na Bolsa de Valores (B3), buscando, a partir da análise de indicadores financeiros e do estudo de caso, responder ao seguinte problema: Quais os impactos da Recuperação Judicial nos indicadores financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento da empresa OSX Brasil S.A? O objetivo geral do estudo é investigar e evidenciar os impactos do processo de recuperação judicial no desempenho financeiro da empresa OSX Brasil, a partir da análise dos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, durante o período de 2013 a 2022. Deste modo, analisando-se desde o ano inicial da constatação da insolvência da companhia até às últimas demonstrações contábeis consolidadas anuais divulgadas.

Referencial teórico

O ambiente corporativo nos condiciona a necessidade de controle, avaliação e compreensão dos objetivos, das atividades e dos resultados das empresas, neste sentido a análise financeira não surge apenas como um método de interpretação de dados a partir das demonstrações contábeis, mas como ferramenta de decisão dentro de um contexto operacional e estratégico. Como afirma Silva (2013), a contabilidade é a linguagem e as demonstrações contábeis são os canais de comunicação, que fornecem informações que auxiliam no diagnóstico da situação da empresa.

Segundo Szuster (2011), entre os propósitos de uma análise financeira ou gerencial destacam-se a necessidade de mensuração do desempenho, a situação creditícia de potencial, cliente, parceiro, fornecedor, a situação de empresas investidas e a verificação da situação econômico-financeira de empresas reguladas. As demonstrações financeiras são a base para o exame da situação econômico-financeira em termo de capacidade, qualidade e eficiência de liquidez, endividamento, rentabilidade, lucratividade, cuja interpretação pode ser auxiliada através da utilização de índices.

Os índices de liquidez são utilizados para medir a capacidade de pagamento das obrigações da empresa, considerando o curto, médio e longo prazo. A Liquidez Corrente, também conhecida como Liquidez Comum, mede a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. O indicador de Liquidez Seca evidencia a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo em uma situação hipotética de total paralisação das vendas e total obsolescência dos estoques. O Índice de Liquidez Geral por sua vez mede a capacidade de pagamento das obrigações de longo prazo e a Liquidez Imediata evidencia a capacidade de pagamento das obrigações a curto prazo, a partir das contas com liquidez imediata, sendo consideradas para esse cálculo os saldos das contas de caixa e os seus equivalentes (Marion, 2019).

Szuster e Cardoso (2011) explicam que os índices de endividamento avaliam a "segurança" que a empresa oferece sobre as fontes de financiamento, seja própria ou de terceiros, e revelam a política de capitalização de recursos e a alocação dos mesmos nos diversos itens do ativo.

O nível de endividamento da empresa, assim como, a composição deste endividamento, pode ser medido por meio dos Indicadores de Endividamento. O Índice Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros evidencia o percentual de participação do capital de terceiros em relação à composição do financiamento da empresa. O Índice Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros mede a cobertura do capital de terceiros a partir do capital próprio como garantia. O índice Composição do Endividamento permite medir a qualidade do passivo com base nos prazos de execução da obrigação (Marion, 2019).

Os índices de rentabilidade têm o objetivo de calcular a taxa de lucro, conforme explica Marion (2019), ao calcular a Taxa de Retorno sobre o Investimento e a taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, evidencia-se a rentabilidade em função do investimento realizado, a Margem Líquida permite verificar o lucro efetivo após a dedução de todas as despesas (inclusive o Imposto de Renda), o Giro do Ativo estabelece relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa.

Investidores e credores são os principais interessados em conhecer a situação das empresas visando avaliar as condições e oportunidade de investimentos e fornecimento de crédito, mas não somente os usuários externos, os usuários internos, como administradores e acionistas, precisam avaliar os resultados de sua gestão. Neste sentido, a análise financeira permite uma visão abrangente e detalhada dos resultados alcançados para a partir dessa avaliação definir a melhor estratégia, novos direcionamentos ou soluções para os problemas que podem ser identificados (Silva, 2013).

Como afirma Scalzilli et al. (2018), quando uma empresa enfrenta uma crise, a solução mais viável é buscar, extrajudicialmente, institutos que permitam a reestruturação da empresa, na hipótese de a crise ser temporária ou reversível. Nota-se um aumento significativo no número de empresas que recorrem a negociação extrajudicial na tentativa de assegurar a continuidade da empresa.

A proteção da continuidade de uma empresa não se justifica apenas com base nos interesses dos sócios, acionistas e administradores, mas é pautada no interesse coletivo de seus empregados, fornecedores, consumidores, investidores e estado, que de forma indireta se beneficiam de sua atividade (Mamede. 2019).

A Lei de Falência e Recuperação Judicial tem o importante papel de reconhecer a função social da empresa, de seus ativos e a importância do estímulo à continuidade da atividade econômica. Deste modo, permite que a organização busque as condições jurídicas necessárias e possíveis para a recuperação de sua liquidez, de sua rentabilidade e o cumprimento integral de suas obrigações (Perez, 2008).

Assim, Sacramone (2021) reforça que a recuperação judicial tem o objetivo de viabilizar a superação da crise enfrentada pela empresa, assegurando sua continuidade e a manutenção da fonte geradora de renda, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a manutenção da empresa em sua função social.

Metodologia

O presente artigo, cujo objetivo geral do estudo é investigar e evidenciar os impactos do processo de recuperação judicial no desempenho financeiro da empresa OSXB3, a partir da análise dos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, durante o período de 2013 a 2022, tem natureza quantitativa, sendo realizado por meio do método de estudo de caso de dados secundários. Assim, utilizaram-se as seguintes dimensões analíticas: instrumentos de coleta de dados, tratamento e apresentação dos dados, análise e apresentação de resultados.

A Companhia OSX Brasil S.A é uma empresa do grupo EBX, criada em 2009 pelo empresário Eike Batista. Em 2013, a empresa enfrentou uma forte crise financeira que motivou o pedido de Recuperação Judicial, homologado no final do ano de 2014. Após encerrado o processo de Recuperação Judicial, a empresa atualmente segue em funcionamento tendo como única atividade a exploração econômica da área de seu estaleiro, localizado no porto do Açu, no Rio de Janeiro. A OSX está listada na B3 com ações ordinárias (OSXB3) e também está no mercado fracionado (OSXB3F).

O processo de recuperação Judicial da OSX durou 07 anos e 03 meses e, com o objetivo de traçar um comparativo entre os índices financeiros, antes, durante e após o processo de Recuperação Judicial, serão analisadas as demonstrações contábeis dos anos de 2013 a 2022.

Sendo a companhia OSX Brasil S.A uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na bolsa de valores do Brasil, os dados foram coletados no sítio eletrônico da Bolsa de Valores Brasileira (B3) e, também, dados relativos ao plano de recuperação judicial, disponibilizado no sítio eletrônico da companhia OSX Brasil, foram utilizados. Foram analisados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Os dados coletados foram aplicados para cálculo dos indicadores financeiros de liquidez (Liquidez Corrente, Liquidez Seca, Liquidez Geral e Liquidez imediata), endividamento (Participação de Capitais de Terceiros, Endividamento Geral e Composição do Endividamento) e rentabilidade (Retorno sobre investimento e Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Margem Líquida e Giro do Ativo), as fórmulas de aplicação para os índices estão de acordo com Szuster e Cardoso (2011) e Silva (2023), conforme apresentado na Tabela I.

Tabela I- Indicadores econômico-financeiros

CONJUNTO DE ÍNDICES	ÍNDICE	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
ÍNDICES DE LIQUIDEZ	LIQUIDEZ CORRENTE	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Quanto maior, melhor a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo.
	LIQUIDEZ SECA	(Ativo Circulante - estoque)/Passivo Circulante	Quanto maior, melhor a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo, desconsiderando o estoque.
	LIQUIDEZ GERAL	(Ativo Circulante + Realizável a longo prazo)/ (Passivo Circulante + Passivo não circulante)	Quanto maior, melhor a capacidade de pagamento das obrigações a partir dos valores a receber.
	LIQUIDEZ IMEDIATA	Disponível/ Passivo Circulante	Quanto maior, melhor a capacidade de pagamento das obrigações a partir dos saldos de caixa, banco e aplicações de curtíssimo prazo.
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO	PARTICIPACÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	Capital de Terceiros/ Patrimônio Líquido	Quanto maior, maior a dependência de Capital de Terceiro.
	ENDIVIDAMENTO GERAL	Capital de Terceiros/ Ativo Total	Quanto menor, menor o risco de o risco ao capital de terceiros.
	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	Passivo circulante / Capitais de Terceiros	Quanto maior, pior a qualidade do passivo em termos de prazo.
ÍNDICES DE RENTABILIDADE	TAXA DE RETORNO S/ ATIVO	Lucro Líquido / Ativo Total	Quanto maior, melhor a remuneração do Investimento Total.
	TAXA DE RETORNO S/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Quanto maior, melhor a remuneração do Capital Próprio.
	MARGEM LÍQUIDA	Lucro Líquido / Receita Líquida	Quanto maior, melhor o lucro da empresa.
	GIRO DO ATIVO	Receita Líquida / Ativo Total	Quanto maior, melhor o nível de eficiência da utilização dos recursos aplicados na empresa.

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Segundo Szuster e Cardoso (2011), o principal instrumento utilizado para a análise da situação econômica financeira de uma empresa é o índice, ou seja, o resultado da comparação entre grandezas. Os índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que tem o objetivo de traduzir as informações apresentadas pelas empresas facilitando a sua compreensão (Silva, 2013).

Resultados Preliminares

De acordo com os relatórios administrativos, durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou uma crise situação financeira agravada pelo cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açú ("UCN Açú") e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. É possível evidenciar no ano de 2022 uma redução de 90,25% das disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, em relação a 2013. No mesmo ano a OSX reconheceu um prejuízo da ordem de R\$ 2.399.842,00 mil reais. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido com abstenção de opinião, ressaltou a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da empresa.

No dia 08 de novembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, contudo os planos de recuperação judicial só foram aprovados em 17 de dezembro de 2014. Deste modo os reflexos dos planos de recuperação judicial só podem ser evidenciados a partir das demonstrações contábeis de 2015.

A Tabela 2 apresenta a análise horizontal das principais contas do Balanço Patrimonial, extraídas das demonstrações contábeis de 2013, momento de aprovação da recuperação judicial pelo conselho de administração, até o ano de 2022 em um cenário após encerrada a recuperação judicial.

Tabela 2 – Análise Horizontal do Balanço Patrimonial de 2013 a 2022

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO TOTAL	-13%	-29%	-70%	-7%	3%	0%	16%	-26%	50%	23%
ATIVO CIRCULANTE	78%	-4%	-96%	-76%	-70%	10%	39%	-27%	38%	102%
ESTOQUE		154%	0%	588%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
DISPONIVEL	-90%	-11%	-94%	-90%	114%	-53%	25%	-26%	485%	269%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-39%	-50%	-27%	-1%	5%	0%	15%	-26%	50%	23%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-37%	-33%	-7%	-23%	-8%	-2%	-10%	-14%	0%	-89%
INVESTIMENTO	95%	-21%	-8%	-84%	34557%	0%	-11%	-37%	96%	26%
IMOBILIZADO	-39%	-51%	-28%	1%	-100%	-24%	-30%	-40%	-53%	147%
INTANGIVEL	96%	-23%	-30%	-44%	-75%	-	46201300%	8%	-32%	17%
						100%				
PASSIVO TOTAL	-13%	-29%	-70%	-7%	3%	0%	16%	-26%	50%	23%
PASSIVO CIRCULANTE	83%	-34%	-92%	49%	0%	-10%	27%	5%	12%	1%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-78%	470%	-9%	11%	13%	10%	14%	5%	9%	11%
PATRIMONIO LÍQUIDO	-34%	-	26%	31%	17%	12%	14%	19%	-2%	5%
		185%								

Fonte: Dados originais da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta a análise vertical do Balanço Patrimonial dos anos de 2013 a 2022. A análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis permite uma melhor interpretação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade.

Tabela 3 – Análise Vertical do Balanço Patrimonial de 2013 a 2022.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
ATIVO CIRCULANTE	45%	62%	7%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
ESTOQUE	2%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
DISPONIVEL	2%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	55%	38%	93%	98%	100%	99%	99%	99%	99%	99%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1%	1%	4%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	0%
INVESTIMENTO IMOBILIZADO	0%	1%	2%	0%	97%	97%	74%	63%	82%	84%
INTANGIVEL	53%	36%	87%	95%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
PASSIVO TOTAL	0%	0%	0%	0%	0%	0%	23%	34%	15%	15%
PASSIVO CIRCULANTE	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	65%	61%	17%	27%	26%	24%	26%	37%	28%	23%
PATRIMONIO LÍQUIDO	9%	70%	212%	254%	280%	307%	302%	430%	312%	282%
	26%	-31%	-129%	-181%	-206%	-231%	-228%	-367%	-239%	-205%

Fonte: Dados originais da pesquisa.

A análise das informações contábeis por meio dos indicadores visa permitir uma maior clareza na interpretação das informações e uma maior compreensão sobre os dados apresentados. A partir dos dados extraídos das demonstrações contábeis, foi possível calcular os principais índices de liquidez, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 4 – Índices de Liquidez

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
LIQUIDEZ CORRENTE	0,69	1,02	0,44	0,07	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,05
LIQUIDEZ SECA	0,67	0,96	0,44	0,06	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,05
LIQUIDEZ GERAL	0,63	0,48	0,05	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,03	0,04	0,03	0	0	0	0	0	0,01	0,03

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Ao se analisar o índice de Liquidez Corrente, nota-se que, em 2014, a empresa OSX Brasil possuía R\$ 1,02 para de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação no curto prazo, um aumento com relação ao ano anterior, consequência da redução do Passivo Circulante. Entre os anos de 2015 e 2017, houve uma consecutiva redução do índice de liquidez devido à redução consecutiva do passivo circulante, pela reestrutura da dívida

negociada em novos prazos, e pela redução do ativo circulante, que apresentou queda, devido a redução da atividade comercial e da perda de receita.

Nos anos de 2018 e 2019 o índice de liquidez corrente permaneceu constante, R\$ 0,03 de recursos de curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação no curto prazo, entre 2020 e 2021 a liquidez corrente permaneceu constante em 0,02, com um crescimento em 2022, destaca-se que apesar da reestruturação da dívida da empresa, com o cancelamento das vendas e dos contratos firmados, houve redução na receita da empresa e o ativo circulante apresenta reduções puxado pelo estoque que foi zerado e pelas disponibilidades a curto prazo que sofreram forte redução.

A figura I apresenta a análise horizontal do ativo circulante, conta patrimonial fundamental para o cálculo dos índices de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral.

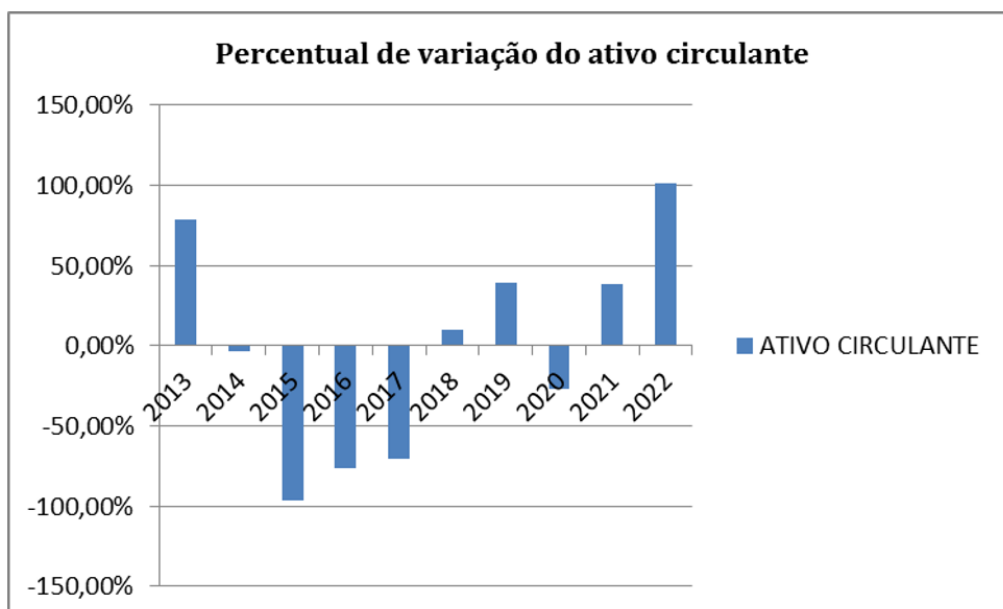


Figura I – Análise horizontal do ativo circulante

Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Nota-se que oscilações da conta de Ativo Circulante que aparece como numerador do cálculo dos índices de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral, conforme se evidencia ver na figura I. O Ativo circulante apresentou variação negativa de 96,41% com relação a 2014, ou seja uma redução significativa, já entre 2015 e 2016, a variação foi de 76,48%, no ano de 2017 a variação foi de 70,12% com relação ao ano anterior, entre 2018 e 2021 essa variação oscila entre aumento e redução, chegando a 2022 com um aumento de 101,61% em relação ao ano anterior. As reduções se deram pelo cancelamento de contratos e redução das receitas de vendas, logo uma redução das disponibilidades a curto prazo, permanecendo a empresa operando apenas com a exploração econômica da área do estaleiro, localizado no porto Açu, no Rio de Janeiro.

O índice Liquidez Seca, que desconsidera o saldo de estoque, manteve-se próximo do resultado encontrado na liquidez corrente, visto que houve uma redução nos saldos de estoques entre 2013 e 2016 e, a partir de 2017, esse saldo foi zerado, o que tornou o resultado dos indicadores, Liquidez Corrente e Liquidez Seca, iguais entre 2017 e 2022. Destaca-se que, a redução a zero dos estoques dá-se pela mudança na operação da empresa, que inicialmente operava nas áreas de construção naval, leasing, serviços operacionais de navios e gestão de áreas arrendadas, e após iniciado o processo de recuperação judicial, passa apenas com a gestão de áreas arrendadas no Porto do Açu.

Em 2022, embora tanto o ativo circulante quanto o passivo circulante tenham apresentado crescimento, o aumento do ativo na ordem de 101,61% foi maior que o aumento do Passivo Circulante de 1,38%. Com relação ao exercício anterior, esse aumento refletiu no índice, que passou de 0,02 para 0,05. A variação do ativo circulante, em 2022, é reflexo do aumento das receitas operações com a assinatura de novos contratos, com a área da OSX Açu se destacando como o principal local para implantação de novos negócios, em contrapartida o aumento do passivo circulante reflete a captação de novos financiamentos, para recompor o capital de giro necessário para continuidade de suas atividades, pagamento dos custos de reestruturação, bem como desenvolvimento de seu plano de negócios, conforme destaca-se no relatório da administração.

Com base nos índices de Liquidez Geral, identificamos uma evolução negativa. Em 2013 para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa dispunha de R\$ 0,63 em disponibilidades e direitos realizáveis a curto e longo prazo. Em 2024, essa disponibilidade cai para R\$ 0,48, ficando em R\$0,05 em 2015. Entre 2017 e 2021, o Índice de Liquidez Geral ficou em R\$ 0,01, chegando em 2022 com índice zero. Este resultado é motivado pela redução significativa nas contas de ativo circulante e realizável a longo prazo. A redução do ativo realizável a longo prazo é puxada pela redução das aplicações financeiras avaliadas a valor justo, de imposto de renda e contribuição social diferidos e de contas a receber. O passivo não circulante, presente no cálculo do índice de Liquidez Geral, tem seu aumento justificado, principalmente, pela reestruturação da empresa com a obtenção de novos prazos para as suas obrigações, com fornecedores e credores, que passam a ser mensurados a longo prazo.

Ao se observar a Liquidez Imediata, nota-se que em 2022 o índice volta ao mesmo patamar de 2013, antes de ser aprovado o plano de recuperação judicial. Este indicador permite medir a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo a partir do saldo de caixa e de seus equivalentes. Em 2013, a empresa possuía R\$ 0,13 de recursos conversíveis em dinheiro para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, ou seja, a empresa não possui recursos disponíveis suficientes para cobrir suas obrigações a curto prazo. Entre 2016 e 2020, o índice permanece em zero, isto por que embora tenha ocorrido a negociação de prazos que elevaram o saldo do passivo não circulante, também houve a redução do caixa e de seus equivalentes, pela redução da geração de receita das operações.

Os indicadores de liquidez evidenciam a dificuldade na recuperação da liquidez da empresa dada a redução da receita de venda, embora a empresa tenha firmado novos contratos e continue operando com a explora economicamente a área de seu estaleiro, localizado no Super porto do Açu, no Rio de Janeiro. O índice de liquidez geral, que leva em conta o passivo não circulante reforça a dificuldade de recuperação da empresa visto a redução de receita em comparação aumento de obrigações, tanto renegociadas a longo prazo, como também, nas novas obrigações advindas de novos financiamentos para manutenção do capital de giro da empresa.

A tabela 5 apresenta os índices de endividamento, que evidenciam o grau de endividamento da empresa e o grau de dependência de suas fontes de financiamento, seja por capital próprio ou capital de terceiros. O Capital de Terceiros é a soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

Tabela 5 - Índices de Endividamento

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PARTICIPAÇÃO DE CAP DE TERCEIROS	288%	-424%	-177%	-155%	-149%	-143%	-144%	-127%	-142%	-149%
GARANTIA DO CAP PRÓPRIO AO CAP DE TERCEIROS	35%	39%	83%	73%	74%	76%	74%	63%	72%	77%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	88%	46%	7%	10%	9%	7%	8%	8%	8%	7%

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Por meio do indicador de Participação de Capital de Terceiros, pode-se inferir a dependência da empresa em relação aos recursos de terceiros. Nota-se que em 2013, para cada R\$ 100,00 de capital próprio, a empresa utilizava R\$ 288,00 de recursos de terceiros, neste período, o Patrimônio Líquido da empresa apresentava saldo positivo, no ano seguinte esse índice recuou para R\$ 424,00 negativo (passivo a descoberto, não havia ativos suficientes aos passivos), isso ocorre por que em 2014 foi reconhecido um prejuízo que levou o patrimônio líquido ao um patamar negativo. Em 2014, o Patrimônio Líquido apresentou uma variação negativa de 185%, em relação a 2013, essa oscilação reflete principalmente o aumento nas despesas/receitas operacionais e o aumento nas perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Entre 2015 e 2020, o percentual aparece constante, embora negativo, visto que existe um aumento do passivo não circulante e um aumento gradativo do prejuízo acumulado. O prejuízo acumulado reflete a baixa rentabilidade da empresa que opera apenas com a explora economicamente a área do estaleiro, em contra partida, conforme identificamos na DRE, a receita de venda de bens e/ou serviços da empresa é inferior as despesas e as obrigações de curto prazo, gerando recorrentes prejuízos e um prejuízo acumulado crescente.

O índice de Endividamento Geral sofreu variações, contudo em uma tendência de aumento. Em 2013, o endividamento geral era de 34,51%, em 2014, esse índice sobe para 39,36%, a partir de 2015, já aprovado o plano de recuperação judicial, o índice salta para 83,23%, isso devido, principalmente, à redução de 70% no ativo total em relação ao exercício anterior, essa redução, reflete a variação negativa de aproximadamente 96% do estoque e redução de 99,63% das disponibilidades. Em 2022, mesmo com o encerramento do processo de recuperação judicial, o índice de endividamento geral foi o segundo maior desde 2013 com 77%. Isso se deu por conta do aumento do capital de terceiros e um patrimônio líquido negativamente maior do que o de 2021, devido o prejuízo acumulado.

Observando-se o índice de Composição do Endividamento, nota-se o impacto direto da renegociação dos prazos juntos aos credores por meio do processo de Recuperação Judicial, transferindo obrigações de curto prazo para o longo prazo. Em 2013, ano da constatação da necessidade da recuperação judicial, para cada R\$ 100,00 de dívida a empresa possui R\$ 88,25 com vencimento em curto prazo. No ano seguinte, esse índice reduz para R\$ 46,34, já em 2015, primeiro ano após homologação do plano de recuperação judicial esse índice cai para R\$ 7,32 de dívidas em curto prazo.

A figura 2 apresenta a variação do passivo circulante e não circulante da empresa OSX Brasil no período de 2013 a 2022. A variação do passivo não circulante torna-se necessário para uma melhor interpretação dos índices de endividamento.

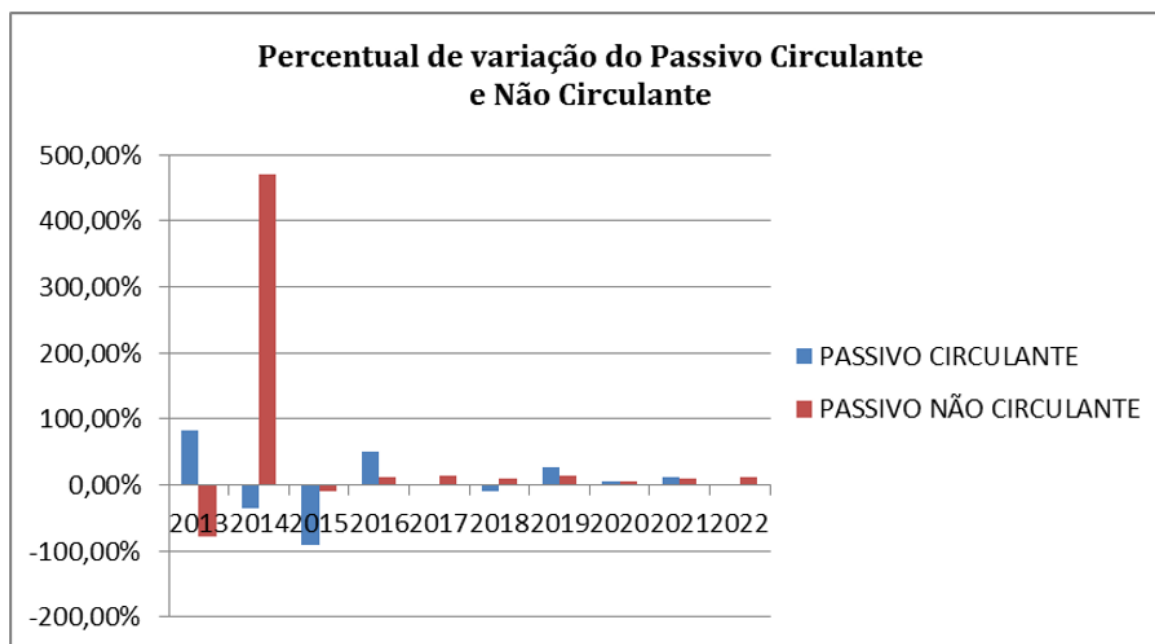


Figura 2 – Análise horizontal do passivo circulante e passivo não circulante
 Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Conforme podemos verificar na figura 2, entre 2016 a 2022, as alterações do passivo circulante e do passivo não circulante, destaca-se a variação evidenciada no ano de 2014, ano em que se deu início a recuperação judicial. Com o plano de recuperação, que entre os objetivos, buscava a renegociação dos prazos das dívidas junto a credores e financiadores, nota-se o aumento do passivo não circulante, que segue em crescimento embora com percentuais de variação menor, o passivo circulante reduz e apresenta oscilações, principalmente devido a captação de novos financiamentos para reestruturação do capital de giro e cumprimento do plano de recuperação judicial.

Ao analisar o índice de rentabilidade, busca-se evidenciar, os níveis de eficiência e o grau de êxito econômico-financeiro alcançado pela empresa. A tabela 5 apresenta os indicadores de rentabilidade mais aplicados para este fim.

Os índices de endividamento tornam visível a dependência da empresa OSX Brasil, do capital de terceiros, principalmente devido ao prejuízo acumulado e aumento do passivo não circulante. O endividamento geral de 35% em 2013, passa para 77% em 2022, isso significa que em 2022, o capital de terceiros representa 77%. O índice composição do endividamento, reflete a execução do plano de recuperação judicial, quanto ao aumento dos prazos das obrigações dando maior capacidade de cumpri-las, contudo, esse indicador não pode ser visto de maneira isolada, é preciso observar a estrutura de capital da empresa.

A tabela 6 apresenta os índices de rentabilidade. Os índices de rentabilidade evidenciam a capacidade da empresa de geração de retornos financeiros, sendo considerados para isto, a receita líquida, o lucro líquido, o ativo total, e o patrimônio líquido. Ao analisar o índice de rentabilidade, busca-se evidenciar, os níveis de eficiência e o grau de êxito econômico-financeiro alcançado pela empresa.

Tabela 6 - Índices de Rentabilidade

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TAXA DE RETORNO S/INVESTIMENTO	-28%	-71%	-34%	-87%	-33%	-25%	-28%	-59%	6%	-11%
TAXA DE RETORNO S/PATRIMONIO LÍQUIDO	-109%	230%	27%	48%	16%	11%	12%	16%	-2%	5%
MARGEM LÍQUIDA	-322%	-586%	-330%	-134892%	-54322%	-4719%	-4296%	-7888%	465%	-822%
GIRO DO ATIVO	9%	12%	10%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Para uma melhor interpretação dos resultados evidenciados por meio dos índices de rentabilidade a tabela 7 apresenta a análise horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. A DRE é a demonstração contábil que permite calcular o desempenho

financeiro da empresa em um determinado período, verificando se o resultado foi positivo (lucro), ou negativo (prejuízo).

Tabela 7 – Análise horizontal da DRE de 2013 a 2022

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA DE VENDAS	72%	-2%	-74%	-99%	872%	-15%	33%	-8%	139%	33%
CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS	17%	81%	-64%	-96%	-100%	0%	0%	0%	154%	24%
RESULTADO BRUTO	154%	-59%	-106%	-44%	-270%	-15%	33%	-16%	137%	34%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	1211%	50%	-91%	154%	-79%	-62%	193%	165%	-237%	-35%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6445%	71%	-90%	148%	-81%	-64%	215%	176%	-243%	-33%
RESULTADO FINANCEIRO	169%	702%	-32%	105%	-13%	-14%	-1%	-11%	27%	69%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	4484%	83%	-85%	132%	-58%	-30%	33%	59%	-147%	-130%
IMPOSTOS	-439%	-72%	-100%	23%	-90903%	-101%	-99%	-588220%	-1137%	-47%
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	7234%	79%	-85%	137%	-61%	-26%	33%	53%	-114%	-335%

Fonte: Dados originais da pesquisa.

O índice de retorno sobre o ativo evidencia que a empresa OSX Brasil, durante os anos de 2013 a 2020, apresenta índices negativos, ou seja, não há rentabilidade para o capital investido. Entre 2017 e 2018, nota-se que há uma melhora no indicador, contudo entre 2019 e 2020 esse indicador volta a crescer. Em 2021, o índice aparece positivo em virtude do reconhecimento de lucro de 122.860, conforme o relatório de administração em 2021 foram celebrados novos contratos além da expansão da exploração do estaleiro, logo houve um aumento de 139% em relação ao ano anterior, outros fatores como o aumento do resultado de despesas e receitas operacionais positivo, contribuíram para o resultado positivo. Em 2022 a empresa volta a apresentar prejuízo dando o reconhecimento de um resultado de despesas e receitas operacional menor do que no ano anterior por conta da avaliação ao valor justo de propriedade para investimento. Cabe ressaltar que a empresa OSX Brasil detém ativos consideráveis contudo não existe uma rentabilidade desses ativos, a única fonte de receita da empresa é o aluguel de suas propriedades para investimento e contrato de concessão.

Quando analisados o índice de retorno sobre o patrimônio líquido, mede-se a remuneração do capital próprio investido na empresa. Entre os anos de 2013 e 2022 apenas os anos de 2013 e 2021 apresentaram saldos negativos, contudo desde 2014 a empresa apresenta um patrimônio líquido negativo, além de ter apresentado prejuízo em todos os anos, salvo no ano de 2021, quando houve lucro. Desta forma, é importante ressaltar que esse indicador não pode ser interpretado da mesma forma quando aplicado em uma empresa com patrimônio líquido positivo e que gera lucro.

Ao analisar a Margem Líquida, nota-se que apenas em 2021 o índice esteve positivo, por que nos demais anos a empresa registrou prejuízo em suas operações, como nos demais índices apesar de haver entre os anos de 2016 a 2022 um gradativo aumento na receita líquida, a empresa não tem gerado lucro, isso se confirma quando analisado o Patrimônio Líquido, que ao longo dos anos tem registrado uma série de prejuízos, chegando a 2022 com um prejuízo acumulado de aproximadamente R\$ 289 milhões em 2022, variando negativamente em R\$ 166 milhões em relação ao exercício social anterior, quando a OSX apresentou um lucro de R\$ 123 milhões. Apesar de novos contratos e expansão da exploração da área do estaleiro a variação da avaliação ao valor justo de propriedade para investimento e as obrigações a curto prazo impedem a geração de lucro. Em relação a 2013, a receita de 2022 teve redução de 95,28%, já o patrimônio líquido de 2022 teve variação negativa de 355% em relação ao apurado em 2013.

O giro do ativo mede a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, utilizando o ativo total. Neste índice, o resultado será positivo visto que tanto o saldo de ativo como a receita líquida são positivos. Em 2013, a empresa obteve uma receita líquida equivalente a 8,12% do ativo total médio, já em 2014, esse valor subiu para 10,02% do ativo. Em 2015, após os primeiros reflexos da recuperação judicial, esse valor recua para 0,06%, o menor entre 2013 e 2022, isso se deu pela redução 99,42% no valor de receita líquida em relação a 2014. Entre 2016 e 2022, é possível perceber uma recuperação, e em 2022 esse percentual chegou a 1,28%. Esse resultado indica que houve uma melhora no desempenho da utilização dos recursos totais investidos.

O índice de rentabilidade evidencia a dificuldade da empresa OSX Brasil em gerar receita, principalmente devido à redução no número de contratos e das atividades exercidas pela empresa após o início do processo de recuperação judicial até o presente momento. A maioria dos indicadores aparece negativos o que chama atenção quanto a capacidade de gerar receita e sobre a continuidade da operação da empresa.

Conclusão

O presente estudo teve por objetivo investigar e evidenciar os impactos do processo de recuperação judicial no desempenho financeiro da empresa OSX Brasil, a partir da análise dos indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento, durante o período de 2013 a 2022. A análise financeira permite a avaliação do desempenho financeiro da empresa, os índices aplicados sobre os dados extraídos das demonstrações contábeis permitem uma melhor interpretação das informações financeiras da empresa.

Em 2013 a empresa OSX Brasil, conforme informado através do Relatório da Administração, enfrentava forte crise econômica agravada pelo cancelamento da encomenda de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu") e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Diante do agravamento da situação, a o conselho de administração aprovou a Recuperação

Judicial, no dia 08 de novembro de 2013, contudo o Plano de Recuperação Judicial só foi judicialmente aceito e homologado pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 2014.

Em 2014, já estando à empresa elaborando o plano de recuperação judicial, houve uma redução de 34,42% do passivo circulante frente a um aumento de 470,27% do passivo circulante, neste período o Patrimônio Líquido sofreu redução de 184,71% tornando-se negativo, ou seja, as obrigações superaram a soma dos ativos da empresa. No ano seguinte, primeiro ano após a efetiva homologação da recuperação judicial é possível evidenciar os impactos da execução do plano, em relação a 2014 o ativo circulante teve redução de 96,41% o saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes) teve redução de 93,98%, olhando para as obrigações o passivo circulante teve redução de 91,71%, frente a um aumento de 11,43% do passivo não circulante, no mesmo período a uma redução no prejuízo das operações, nota-se também aumento de 30,54% no prejuízo acumulado.

Essas variações refletem diretamente a execução do plano de recuperação judicial que visou estabelecer a forma de liquidação das dívidas e a captação de novos recursos, de forma a viabilizar a manutenção das atividades da OSX e das suas subsidiárias, o que leva a uma mudança na estrutura de financiamento da empresa, reduzindo as obrigações em curto prazo e aumentando as obrigações em longo prazo.

Entre 2016 e 2020 os índices apresentam certa constância, contudo cabe ressalva quanto à receita da empresa que sofreu redução drástica, durante o processo de recuperação, a receita de operação estava resumida aos alugueis recebidos, somente em 2021 é que se inicia uma tendência de aumento da receita. Em contra partida, com exceção de 2021, todos os anos entre 2013 e 2022 apresentaram prejuízo.

Em 24 de novembro de 2020, em virtude do cumprimento das obrigações vencidas no prazo de dois anos após a concessão do Plano, foi decretado o encerramento do processo de recuperação judicial, cabe ressaltar que a decisão de encerramento da recuperação judicial ainda não transitou em julgado, neste caso a decisão ainda pode ser alterada.

Com relação aos índices de liquidez, nota-se que há uma recuperação embora pouco expressiva e incapaz de evidenciar de fato da capacidade financeira da empresa, é necessário acompanhar o desenvolvimento desse índice, e se confirmada a tendência de crescimento, poderá ser concluído que a empresa entra em uma tendência de crescimento.

Os índices de endividamento confirmam o movimento de reestruturação das obrigações, havendo um aumento das obrigações a longo prazo, o índice endividamento geral chama atenção ao evidenciar o aumento no endividamento da empresa, que é comprometido pela baixa geração de receita e pelos recorrentes prejuízos acumulados. O relatório de auditoria independente chama a atenção para a deficiência de capital de giro e prejuízos acumulados no montante de R\$7.270.464 mil o que, segundo a auditoria independente,

gera a existência de incerteza significativa quanto à capacidade da Companhia continuar operando, indicando, inclusive, a possibilidade da Companhia e suas controladas não serem capazes de realizarem seus ativos e saldarem seus passivos durante o curso normal dos negócios.

Os índices de rentabilidade reforçam essa incerteza acerca da capacidade da empresa de honrar com suas obrigações, dado a queda considerável no faturamento da empresa e embora a empresa possua ativos consideráveis não consegue rentabilizar esse ativo. O Índice de Participação de Capital de Terceiros ainda evidencia um cenário negativo visto que a empresa não possui ativos suficientes para a liquidação de suas obrigações com terceiros, uma vez que o patrimônio líquido resta negativo.

Em resumo, mesmo tendo sido decretado o encerramento da recuperação judicial da empresa OSX Brasil, os índices revelam que existe o risco de a empresa não conseguir honrar com suas obrigações frente à redução da receita, recorrentes prejuízos e um aumento no passivo circulante que comprometem o desempenho e eficiência da empresa, esse cenário gera insegurança para os acionistas e investidores, e por consequência, essa insegurança compromete a recuperação e a continuidade da empresa.

O presente artigo evidencia a importância da aplicação dos indicadores financeiros para melhor interpretação das demonstrações contábeis e para determinação das correções estruturais que precisam ser corrigidas ou reformulada para o enfrentamento de possíveis crises ou para melhorar os resultados alcançados, a análise dos indicadores ao longo de um determinado período de tempo, possibilita identificar a tendência dos resultados.

Uma limitação que requer atenção, encontra-se no tratamento das informações coletadas nas demonstrações contábeis, visto que essas estão sujeitas a divergências, sejam erros, omissões ou tentativas fraudulentas de manipular as informações declaradas nas demonstrações, que muitas vezes só são descobertas após a realização de auditoria. Essas divergências comprometem diretamente os resultados dos indicadores que passam a não evidenciar a realidade da empresa.

Visando auxiliar em pesquisas posteriores em relação a análises dos reflexos da recuperação judicial através da aplicação dos índices financeiros, propõe-se que sejam pesquisados os índices dos próximos 5 anos após decretado o encerramento da recuperação judicial a fim de verificar se a empresa de fato conseguiu reverter a situação a qual motivou o conselho administrativo a optar pela recuperação judicial e se todas as obrigações transferidas para longo prazo terão sido honradas.

Referências

Alves, W. J., & Cardoso, Y. 2021. ANÁLISE FINANCEIRA: os índices financeiros da empresa Oi S/A em sua recuperação judicial, no período de 2016 a 2019. CADERNO CIENTÍFICO UNIFAGOC DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO v. 7 n. 1: 57-83.

Anschau, C.T.; Kield, T.A.C.; Theisen, C.P.; Zeni, E. 2023. Impactos Econômicos da Recuperação Judicial: Estudo de caso da Livraria Saraiva. ANAIS – Ciências Sociais Aplicadas ISSN – 2526-8570; V.8, Nº1 -2023: 281-297.

BRASIL. Lei nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11101.htm. Acesso em: 15 dezembro 2019.

Brunassi Silva, V., Sampaio, J. O., & Gallucci Netto, H. (2018). Pedidos de Recuperação Judicial no Brasil: Uma Explicação com Variáveis Econômicas. Revista Brasileira de Finanças.

MAMEDE, Gladston. Falência e Recuperação de Empresas. 10ª ed. Atlas, São Paulo, 2019.

Marion, José C. 2023. Análise das Demonstrações Contábeis. 13ª edição. Atlas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OSX Brasil. 2022. Recuperação judicial. Disponível em: <<https://www.osx.com.br/show.aspx?idCanal=ui6ix0YV4C88QRUsmumJOg==>>. Acesso em: 26 Setembro 2023.

PEREZ, Marcelo Monteiro. Uma contribuição ao estudo do processo de recuperação de empresas em dificuldades financeiras no Brasil, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-02092008-155403/pt-br.php>>. Acesso em: 17 Janeiro 2024.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 2ª ed. Saraiva, São Paulo, 2021.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Recuperação de empresas e falência. 3ª ed. São Paulo: Almedina, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584934577/cfi/0!4/4@0.00:7.06>>. Acesso em: 20 Dezembro 2023.

Silva, José P. 2013. Análise Financeira da Empresas. 12ª edição, Atlas. São Paulo, SP, Brasil.

Szuster, N.; Cardoso, L. 2011. Contabilidade Geral. 3ª edição. Atlas. São Paulo, SP, Brasil. Apêndices

Apêndices A – Balanço Patrimonial
Tabela 8 – Balanço Patrimonial 2013 a 2022

Apêndices

Apêndices A – Balanço Patrimonial

Tabela 8 – Balanço Patrimonial 2013 a 2022

Conta / Ano	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Ativo Total	2.746.315	2.231.041	1.487.657	2.012.059	1.740.647	1.742.132	1.687.484	1.812.670	6.049.548	8.542.602
Ativo Circulante	29.360	14.563	10.515	14.438	10.373	9.423	31.532	134.074	3.734.703	3.882.276
Ativo Não Circulante	2.716.955	2.216.478	1.477.142	1.997.621	1.730.274	1.734.362	1.655.952	1.678.596	2.314.845	4.660.326
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.904	36.384	36.352	42.493	47.376	48.296	52.571	67.929	72.873	109.291
Estoque	0	0	0	0	0	0	4.858	826	223.782	145.665
Disponível	17.807	4.829	826	1.115	890	1.906	890	8.825	146.614	164.255
Passivo Total	2.746.315	2.231.041	1.487.657	2.012.059	1.740.647	1.742.132	1.687.484	1.812.670	6.049.548	8.542.602
Passivo Circulante	624.028	615.551	548.025	520.211	409.442	456.246	454.355	304.026	3.668.748	5.594.240
Passivo Não Circulante	7.746.550	6.952.419	6.398.295	6.075.296	5.345.575	4.870.610	4.292.061	3.851.890	4.247.427	744.807
Patrimônio Líquido	-5.624.263	-5.336.929	5.458.663	-4.583.448	1.014.370	-3.584.724	-3.058.932	2.343.246	866.627	2.203.555
Lucro/Prejuízo Líquido	-288.421	122.860	-871.911	-568.628	-427.575	-577.395	-1.474.367	-622.985	-4.287.555	1.399.842
Receita Líquida	31.857	23.805	11.054	13.237	9.060	10.629	1.093	188.706	731.084	745.123

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Apêndices B – Demonstração do Resultado do Exercício

Tabela 9 – Demonstração do Resultado do Exercício 2013 a 2022

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA DE VENDAS	433.773	745.123	731.084	188.706	1.093	10.629	9.060	12.013	11.054	26.406	35.083
CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS	-260.130	-303.678	-549.097	-199.916	-7.330	0	0	0	-1.023	-2.601	-3.226
RESULTADO BRUTO	173.643	441.445	181.987	-11.210	-6.237	10.629	9.060	12.013	10.031	23.805	31.857
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-208.705	-2.736.337	-4.107.819	-376.888	-957.715	-198.157	-75.991	-222.817	-591.288	810.192	526.055
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-35.062	-2.294.892	-3.925.832	-388.098	-963.952	-187.528	-66.931	-210.804	-581.257	833.997	557.912
RESULTADO FINANCEIRO	-15.937	-42.922	-344.197	-234.861	-481.871	-418.924	-360.308	-357.819	-320.060	-406.138	-684.354
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	-50.999	-2.337.814	-4.270.029	-622.959	-1.445.823	-606.452	-427.239	-568.623	-901.317	427.859	-126.442
IMPOSTOS	18.275	-62.028	-17.526	-26	-32	29.057	-336	-5	29.406	-304.999	-161.979
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	-32.724	-2.399.842	-4.287.555	-622.985	-1.474.367	-577.395	-427.575	-568.628	-871.911	122.860	-288.421

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Apêndices B – Demonstração do Resultado do Exercício

Tabela 9 – Demonstração do Resultado do Exercício 2013 a 2022

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA DE VENDAS	433.773	745.123	731.084	188.706	1.093	10.629	9.060	12.013	11.054	26.406	35.083
CUSTO DOS BENS E SERVIÇOS	-260.130	-303.678	-549.097	-199.916	-7.330	0	0	0	-1.023	-2.601	-3.226
RESULTADO BRUTO	173.643	441.445	181.987	-11.210	-6.237	10.629	9.060	12.013	10.031	23.805	31.857
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-208.705	-2.736.337	-4.107.819	-376.888	-957.715	-198.157	-75.991	-222.817	-591.288	810.192	526.055
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-35.062	-2.294.892	-3.925.832	-388.098	-963.952	-187.528	-66.931	-210.804	-581.257	833.997	557.912
RESULTADO FINANCEIRO	-15.937	-42.922	-344.197	-234.861	-481.871	-418.924	-360.308	-357.819	-320.060	-406.138	-684.354
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	-50.999	-2.337.814	-4.270.029	-622.959	-1.445.823	-606.452	-427.239	-568.623	-901.317	427.859	-126.442
IMPOSTOS	18.275	-62.028	-17.526	-26	-32	29.057	-336	-5	29.406	-304.999	-161.979
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	-32.724	-2.399.842	-4.287.555	-622.985	-1.474.367	-577.395	-427.575	-568.628	-871.911	122.860	-288.421

Fonte: Dados originais da pesquisa.

Administrações Tributárias e e-Government: Uma Análise Exploratória baseada no Modelo de Kok, Ryan e Prybutok

Tax Administrations and e-Government: An Exploratory Analysis based on the Kok, Ryan and Prybutok Model

Samuel Leite Castelo

Resumo:

Na Administração pública, várias iniciativas têm promovido a implementação de ações voltadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para aprimorar o relacionamento com cidadãos. Este artigo, através de uma pesquisa qualitativa e exploratória, busca verificar em qual estágio de evolução se encontram as iniciativas de e-goverment das Administrações Tributárias (ATs) da região metropolitana de Fortaleza, utilizando o modelo de cinco estágios de desenvolvimento de Kok, Ryan e Prybutok (EGTKM). O objetivo do artigo é avaliar o e-government das ATs segundo o modelo EGTKM. Este modelo fornece uma estrutura para mapear o progresso das iniciativas de *e-government*, ajudando os governos a identificarem suas posições atuais e planejar estratégias para avançar, criando valor e melhorando a governança pública. Os resultados demonstram que os governos municipais devem melhorar suas práticas de canais de tecnologia de informação e comunicação e rever suas estratégias para avançar em sua relação com os cidadãos, para criar valor público e melhorar sua governança pública.

Palavras-chaves: Administrações Tributárias; Tecnologias de Informação e Comunicação; E-government.

Abstract:

In public administration, several initiatives have promoted the implementation of actions aimed at the use of information and communication technologies (ICTs) to improve relationships with citizens. This article, through a qualitative and exploratory research, seeks to verify at what stage of evolution the e-government initiatives of the Tax Administrations (TAs) of the metropolitan region of Fortaleza are, using the five-stage development model of Kok, Ryan and Prybutok (EGTKM). The objective of the article is to evaluate the e-government of the TAs according to the EGTKM model. This model provides a framework for mapping the progress of e-government initiatives, helping governments to identify their current positions and plan strategies to move forward, creating value and improving public governance. The results demonstrate that municipal governments must improve their practices of information and communication technology channels and review their strategies to advance their relationship with citizens, to create public value and improve their public governance.

Keywords: Tax Administrations; Information and Communication Technologies; E-government.

I.Introdução:

Nos últimos 10 anos, o governo federal tem coordenado e articulado ações visando a implementação de projetos com ênfase em iniciativas voltadas para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) (Santos et al. (2013); Castells (2003) e Araújo; Penteado; Santos, (2015)).

Por seguinte, esse movimento não é diferente no âmbito estadual e municipal. A adoção continua de TICs na prestação de serviços governamentais tem levado diversas instâncias do Estado a criarem atividades e informações para se inserirem nas redes eletrônicas. Com a institucionalização desses canais, faz-se necessário o acompanhamento periódico sobre sua efetividade em relação ao público-alvo (Araújo; Penteado; Santos, 2015).

A necessidade de avaliação constante e os devidos ajustes são de suma importância para que os sites cumpram o propósito de informar e garantir a plena transparência na execução das políticas governamentais. A adoção dessas medidas contribui para despertar no cidadão o interesse em acompanhar e monitorar de forma crescente a execução de projetos e de políticas. (Santos et al. 2013).

Considerando um forte movimento em prol de inserir o cidadão no centro desse processo, este artigo busca, a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, verificar em qual estágio de evolução encontram-se as ações de e-government das Administrações Tributárias (Ats) da região metropolitana de Fortaleza baseado no modelo de Kok, Ryan e Prybutok.

O modelo de cinco estágios de desenvolvimento de Kok, Ryan e Prybutok fornece uma estrutura útil para entender a evolução das iniciativas de e-government. Ao mapear o progresso através desses estágios, os governos podem identificar suas posições atuais e planejar estratégias para avançar, criando valor público e melhorando a governança pública (Kok, Ryan e Prybutok, 2005).

Diante disso, a questão problema é: Como se encontram o e-government adotado das Administrações Tributárias da região metropolitana de Fortaleza baseado no modelo de Kok, Ryan e Prybutok? Por seguinte, para responder questão problema, o objetivo geral do artigo é: avaliar o e-government adotado das Administrações Tributárias da região metropolitana de Fortaleza baseado no modelo evolutivo de cinco estágios de Kok, Ryan e Prybutok (E-Government Transformation and Knowledge Management (EGTKM) Model).

O estudo se justifica em virtude fornecer elementos para que os gestores dos ATs possam adequar suas atividades e estratégias que garantam o acesso às informações de forma adequada, bem como assegurar ao cidadão o direito de acesso, a interatividade e o acompanhamento de seus débitos tributários.

Muitos autores abordam a temática da classificação das iniciativas de governo eletrônico em fases/níveis/estágios de desenvolvimento, entre eles, Layne e Lee (2001), Bélanger e Hiller (2006), Baum e Di Maio (2000) e Kok, Ryan e Prybutok (2005). Assim como, a literatura aprofundou outros temas relacionados a democracia digital, tais como: Santos et al. (2013), que estudou sobre o uso das TICs como instrumentos para auxiliar os governos a modernizar-se e implementar novos modelos de gestão e de processos; Sanchez e Araújo, (2003) que estudou sobre a rápida evolução tecnológica associada à internet e sua absorção pelas estruturas administrativas "governo eletrônico" para designar as atividades estatais realizadas por meio das TICs; Maia (2007) que estudou sobre ativismo on-line e que potencializam a atuação da sociedade civil com uso das TIC para contribuem para a criação de ferramentas de fiscalização e transparência do poder público; estudos sobre a participação da sociedade por meio das novas tecnologias e práticas de e-gov (governo eletrônico), nas quais o governo desenvolve um desenho institucional (top-down) que possibilita a participação cidadã por meio do ciberespaço (Macintosh, Whyte, 2008; Meijer, Burger, Ebbers, 2009); e por fim, Castells (2003) e Araújo; Penteado; Santos, (2015) estudaram a tecnologia da informação e comunicação como instrumento ideal para promover a democracia.

O trabalho teórico-empírico será dividido nas seguintes seções: na introdução encontra-se a justificativa, os problemas e o objetivo da pesquisa; o referencial teórico, que aborda sobre a democracia digital e a sua relação com a administração tributária. Logo a seguir, a metodologia e a análise de dados. Por fim, as considerações finais, em que se têm as principais considerações e limitações da pesquisa, bem como as recomendações para estudos futuros.

2.Referencial Teórico:

2.1 Bases democráticas da Democracia Digital:

A sociedade e a política passam por reconfigurações mediatizadas por aparatos digitais (Pinho, 2012). Em outras palavras, a internet contribui para novos processos de relacionamentos e vivências (Araújo; Penteado; Santos, 2015).

Castells (2003) e Araújo; Penteado; Santos, (2015) apontam que a tecnologia da informação e comunicação é um instrumento ideal para promover a democracia, pois possibilita fácil acesso a informação política; permite aos cidadãos ser quase tão bem informados quanto seus líderes; que o governo possibilite que os registros públicos sejam disponibilizados on-line.

Logo, os autores supracitados afirmam que é possível reformar a base do governo e alterar a forma como funciona e presta seus serviços. Essas ideias começaram a ser praticadas pelas administrações públicas nos anos 1990, quando se assistiu à implementação de políticas públicas com o objetivo de utilizar os sistemas informacionais em rede para simplificar as práticas internas e garantir os preceitos de eficiência, eficácia e efetividade (Valenti, Anta

e Bendersky, 2003). Este movimento integrou a chamada nova gestão pública (NGP), que está alicerçada no racionalismo econômico (Denhardt, 2012) e tem como fundamento o modelo clássico weberiano de eficiência e autocontrole do sistema (Sarker, 2006).

A maior crítica sobre essa abordagem, provavelmente resultante do empréstimo inadequado de valores advindos do setor privado, é que ela trata as pessoas como consumidores, usuários de um produto final, e não como cidadãos, parte de um processo de decisão política.

Em resposta a NGP, Denhardt e Denhardt (2003) propõe o que denominam de novo serviço público (NSP), cujo alicerce está na dignidade e no valor do serviço público; no resgate de valores democráticos; e no interesse dos cidadãos quanto ao funcionamento da administração pública.

Segundo os autores, o NSP deve respeitar sete princípios básicos: a) servir cidadãos, não consumidores; b) perseguir o interesse público; c) dar mais valor à cidadania e ao serviço público do que ao empreendedorismo; d) pensar estrategicamente, agir democraticamente; e) reconhecer que a accountability não é simples; e) "servir" em vez de "dirigir"; e f) dar valor às pessoas e não apenas à produtividade.

A partir da nova perspectiva, passa-se a colocar o cidadão na parte central da administração pública: O Novo Serviço Público procura valores compartilhados e interesses comuns mediante amplo diálogo e engajamento de cidadãos. O próprio serviço público é visto como uma extensão da cidadania; ele é motivado por um desejo de servir os outros e de atingir objetivos públicos (Denhardt, 2004 e 2012).

Castells (2003) retrata que a literatura costuma mencionar que as iniciativas de e- gov (e-government, e-gov, governo virtual, e-governo ou, ainda, governo digital) devem incluir infraestrutura, inclusão digital e aplicações voltadas para diversos atores. Para Takahashi, (2000) os atores institucionais envolvidos nos serviços governamentais são representados pelo próprio governo ("G"), instituições externas ("B", de business) e o cidadão ("C"), todos podendo interagir conforme segue: i) G2G (Government Government): Corresponde a funções que integram ações do governo horizontalmente ou verticalmente; ii) G2B e B2G (Business Government): Corresponde a ações do governo que envolvem interação com entidades externas; iii) G2C e C2G (Citizen Government): Corresponde a ações do governo de prestação (ou recebimento) de informações e serviços ao cidadão via meios eletrônicos.

Conforme Dias (2005), é apenas uma das cinco classificações possíveis para avaliação do e-gov. Segundo a autora, outras classificações, identificadas a partir de uma revisão de literatura, envolvem: classificação em estágios evolutivos, voltada para a identificação e implementação de boas práticas na gestão; comparar a realidade com objetivos estratégicos; prestação de contas ao governo central; avaliação de programas de governo; e aplicações específicas, levando-se em consideração a satisfação do cliente e a taxa de

adoção, pelo mesmo, desse canal de interação.

Logo, o intenso uso das tecnologias abriu novas possibilidades para que a sociedade civil pudesse ampliar sua participação ativa na vida pública, aumentando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos, possibilitando um maior envolvimento dos atores sociais. Além disso, a própria produção de informação e a disputa pela formação da opinião foram transformadas, deixaram de ser unidirecionais e verticais (como na mídia tradicional), passando a ser multidirecionais e horizontais (Araújo; Penteado; Santos, 2015).

Daí, segundo Araújo; Penteado; Santos, (2015) a mudança no perfil de atuação da sociedade civil, com o uso das TICs, abre caminho para que as entidades civis tenham participação mais ativa na vida pública. Os mecanismos de comunicação interativos e colaborativos da internet criam condições para que esses grupos da sociedade desenvolvam novas atividades políticas, principalmente no exercício de influência sobre políticas públicas setoriais.

Os autores Kok, Ryan e Prybutok (2005) apresentam um modelo evolutivo de cinco estágios de desenvolvimento no contexto de e-government (G2C - Government to Constituency). Esse modelo, denominado E-Government Transformation and Knowledge Management (EGTKM) Model, organiza as fases de transformação do e-government juntamente com funções principais de gestão do conhecimento. Os cinco estágios são:

1. Informacional (Informational), onde o estágio inicial faz com que o governo estabeleça uma presença online básica com websites que fornecem informações estáticas aos cidadãos, cujo o objetivo é criar um canal de comunicação acessível e informativo para o público. Os Desafios são de garantir a atualização constante das informações e a acessibilidade a todos os cidadãos. Logo, necessita-se identificar e reunir informações relevantes para serem disponibilizadas ao público.

2. Interação (Interactional), este estágio faz com que os Websites governamentais permitam comunicação bidirecional, como formulários online e consultas por e-mail, cujo o objetivo é facilitar a comunicação entre governo e cidadãos, respondendo a consultas e prestando serviços básicos. Os desafios são de desenvolver sistemas eficientes de resposta às consultas e garantir a segurança e privacidade dos dados. Daí a necessidade de organizar e armazenar informações de forma sistemática para fácil acesso e uso futuro.

3. Transação (Transactional), as plataformas de e-government permitem transações completas online, como pagamento de impostos e renovação de licenças, cujo o objetivo são tornar os serviços governamentais mais acessíveis e eficientes, reduzindo a necessidade de visitas presenciais. Os desafios são de implementar sistemas seguros para transações financeiras e integrar diferentes sistemas governamentais. Por conseguinte, distribuir informações relevantes e garantir que cheguem aos cidadãos e funcionários de maneira eficaz.

4. Integração (Integrated), este estágio de evolução encontra-se a consolidação de serviços e sistemas governamentais em uma plataforma unificada para uma experiência de usuário coesa, cujo a finalidade é criar um portal único onde cidadãos possam acessar múltiplos serviços governamentais de forma integrada. Os desafios são de superar barreiras tecnológicas e organizacionais para integrar sistemas e dados de diferentes departamentos e agências. Assim, aplicar o conhecimento de forma prática para melhorar processos e decisões governamentais.

5. Transformação (Collaborative), o último estágio perfaz que o e-government utiliza tecnologias avançadas para transformar processos governamentais e a interação com os cidadãos, cujo o objetivo é usar o conhecimento e a tecnologia para inovar e melhorar continuamente os serviços públicos, promovendo uma governança participativa e eficiente. Os desafios são de manter a inovação contínua, adaptar-se rapidamente às mudanças tecnológicas e garantir a inclusão digital de todos os cidadãos. Então, a captura, codificação, disseminação e uso do conhecimento para suportar a transformação contínua e inovação.

O Model EGTKM reconhece que a transformação bem-sucedida do e-government depende de vários fatores tecnológicos, organizacionais, culturais e políticos. Cada estágio do modelo destaca a importância da gestão do conhecimento e como ela deve ser aplicada para facilitar a evolução do e-government: i) tecnológicos: necessidade de infraestrutura tecnológica robusta e segura; ii) organizacionais: estruturas organizacionais que suportem a inovação e a integração de processos; iii) culturais: cultura organizacional que valorize a participação e a transparência; iv) políticos: suporte político para iniciativas de e-government e gestão do conhecimento.

O modelo EGTKM de Kok, Ryan e Prybutok (2005) fornece uma estrutura compreensiva para entender a evolução das iniciativas de e-government. Ao mapear o progresso através desses estágios e funções, os governos podem identificar suas posições atuais, planejar estratégias para avançar e criar valor sustentável, melhorando a governança pública e a interação com os cidadãos.

Esta categorização de estágios de maturidade de e-gov não indica necessariamente uma cadeia evolutiva, embora sirva para identificar características importantes da utilização das TICs por parte dos governos em suas ações. (SANTOS et al. 2013).

Estudos realizados por Santos (2011) e Bernardes (2011) evidenciam que, inicialmente e na maioria das vezes, os sites das instituições governamentais funcionam como simples murais de recados, prestando informações on-line — e os públicos interno e externo acabam por demandar serviços mais complexos e eficientes. Naturalmente, a mudança acontecerá de forma gradual e pode ocorrer que determinado serviço esteja no estágio integrado ou no colaborativo, enquanto outro serviço se encontre no estágio informacional. As escolhas do governante, nesse sentido, ora serão influenciadas pela demanda pública, ora por aspectos financeiros. (Santos et al. 2013).

Com isso percebe-se claramente a necessidade de adotar estratégias que possibilitem ao governo eletrônico rumo a estágios mais avançados, sob pena de os atuais mecanismos disponíveis aos cidadãos restarem subutilizadas e/ou de que os investimentos já realizados em governo eletrônico se tornem infrutíferos (Santos et al., 2010).

Deste cenário deriva vasta literatura postulando a criação de ambientes que intermedeiem o contato entre governo e cidadão com o objetivo de facilitar a interação e permitir maior participação social na definição de políticas públicas. Isso nada mais é do que a participação popular via internet, fenômeno chamado de democracia digital (Gomes, 2005) e outras variantes que lhe são próximas ou correspondentes, tais como democracia eletrônica (Castells, 1999) ou ciberdemocracia (Lévy, 2002).

É consabido que o simples acesso a esses canais de comunicação não será o remédio para acabar com a apatia política, todavia são meios eficientes para que os cidadãos interajam com seus decisores políticos e fiscalizem com eficiência suas ações (SANTOS et al. 2013).

Para Santos, Bernardes e Mezzaroba (2010), o governo eletrônico tem papel fundamental na comunicação e interação com o cidadão, de modo que sua principal função não é informar, mas sim assegurar a participação dos cidadãos, pois só assim haverá um verdadeiro Estado Democrático de Direito.

Embora a introdução de práticas interativas ainda dependa muito da abertura e da capacidade do Estado, estas, conforme salientam Cornwall e Coelho (2007), têm objetivos muito claros, quais sejam: aprimorar a democracia, criar novas formas de cidadania e melhorar a eficácia e a equidade da política pública. Sua implementação pode dar início à mudança na cultura de interação na esfera participativa, permitindo que uma diversidade de vozes possa ser ouvida.

Tal entendimento é compartilhado pelo Departamento de Governo Eletrônico Brasileiro (Brasil, 2011), que aponta o objetivo dos sites oficiais é servir ao cidadão da melhor forma possível. O conteúdo exposto deve ser estruturado a partir das necessidades do cidadão. Desde a concepção, desenvolvimento, estrutura, até a gestão, independente das condições e meios de acesso.

Nessa perspectiva, a arquitetura em rede da internet, somada às ferramentas de interação, tem possibilitado uma criativa agenda de ações políticas, que podem significar um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil. As TICs, nesse sentido, têm sido usadas por órgãos e instituições estatais, mas também por indivíduos e grupos sociais organizados da sociedade, como forma de ampliação da esfera pública e da arena política, numa via de mão dupla (Pinho, 2012).

O Estado e a sociedade civil se apropriam dessas ferramentas para fazer valerem seus

pontos de vista e articulações políticas. Quando as ações partem do Estado para a sociedade civil, ficam conhecidas como modelos top-down, ou seja, de cima para baixo. Quando, ao contrário, partem da sociedade civil para o Estado, o modelo é denominado de bottom-up, de baixo para cima. Assim, quanto maior o diálogo ou contatos porosos entre Estado e sociedade civil, mais se definem como democráticas as políticas adotadas ou realizadas (Araújo; Penteado; Santos, 2015).

A internet oferece diferentes oportunidades para os cidadãos intervirem e atuarem na vida política, criando mecanismos para o desenvolvimento de uma participação on-line (e-participação), pela qual o uso das ferramentas das TICs possibilita o envolvimento da sociedade civil na busca de soluções para alguns dos problemas da sociedade. Tambouris et al. (2007), ao estudar experiências europeias de e-participação, identificaram diferentes níveis: e-informação (canal de informação para os cidadãos), e-consulta (canal de comunicação on-line para coletar respostas e alternativas do público), e-envolvimento (assegurar que as preocupações públicas sejam compreendidas e levadas em consideração), e-colaboração (canal interativo entre o cidadão e o governo, pelo qual os primeiros podem participar ativamente do desenvolvimento de alternativas e na identificação de soluções preferidas) e e-empoderamento (facilita a transferência da influência, o controle e a formulação de políticas para o público).

2.2 Administração Tributária:

A Administração Tributária (AT) é a atividade do Poder Público que realiza a fiscalização e arrecadação tributária através dos procedimentos de verificação quanto à ocorrência do fato gerador e o cumprimento das obrigações tributárias, fazendo o lançamento tributário que irá iniciar a cobrança das exações (TCU, 2022; TCU 2021).

Assim, a instituição e arrecadação dos tributos da competência do poder público municipal consolidam o princípio da autonomia e dá efetividade ao federalismo fiscal, em relação às outras pessoas políticas estatais (Silva & Silva, 2018). Portanto, os Municípios têm o pleno exercício das competências tributárias.

Para Lima e Diniz (2016) a receita pública constitui o principal ativo do governo, pois representa recursos externos que garantem o cumprimento de suas obrigações e contribui para a melhoria da sua condição financeira. Por essa razão, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo II, prevê que a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente governamental constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Assim, é dever do gestor explorar adequadamente a base econômica da localidade para manter a condição financeira do governo em situação favorável.

Entre os tributos de competência dos Municípios instituídos pela CF/88, temos os impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), impostos sobre a prestação de

serviços de qualquer natureza (ISS ou ISSQN) e impostos sobre a alienação de bens imóveis (ITBI). Além da cobrança de taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços, de contribuições de melhoria e contribuições para o custeio da iluminação pública.

Além do exercício do poder de tributar, para o TCU (2022; 2021), a AT compreende um conjunto de atividades e processos destinados à arrecadação e fiscalização dos tributos, que se relacionam com a gestão dos tributos por parte do Estado, englobando atividades como arrecadação, fiscalização, cobrança e controle. Sua caracterização envolve o estabelecimento e aplicação das normas tributárias, visando assegurar a justa distribuição das cargas fiscais e a conformidade dos contribuintes (ENAP, 2019).

O Código Tributário Nacional define como sendo atribuições da Administração Tributária a fiscalização (arts. 194 a 200), a dívida ativa com providências executórias contra os que não cumpriram suas obrigações (arts. 201 ao 204) e a expedição de certidões negativas ou positivas para a comprovação da regularidade fiscal dos sujeitos passivos possibilitando o acesso a benefícios legais (arts. 205 ao 208).

Para Carvalho, Oliveira e Carvalho (2007) e Varela, Martins e Fávero (2008) apontam que a diversidade tributária das economias municipais é uma das principais características do federalismo fiscal. Segundo Varela, Martins e Fávero (2008) e Boff (2005), após a Carta Magna os municípios, principalmente os de pequeno porte, passaram a depender quase que exclusivamente dos recursos repassados por outras esferas do governo, ficando em segundo plano a arrecadação dos tributos sob sua competência.

Albuquerque (2019) e Ribeiro e Júnior (2004) salientam que o esforço fiscal é o grau de exploração de determinada base tributária, esta entendida como a competência de um governo em gerar receitas das próprias fontes. De forma generalizada, Lima e Diniz (2016) esclarecem que a divisão tributária mais eficiente é aquela em que os tributos de natureza progressiva incidentes sobre a renda ficam a cargo do governo central. Os Estados ficam com os impostos sobre o consumo, enquanto os governos locais arrecadam os impostos imobiliários e as taxas de uso.

A Constituição Federal (CF/88) em vigor, além de distribuir atribuições aos entes federativos, também definiu, precipuamente aos Municípios, instrumentos de arrecadação própria através dos tributos de sua competência e no que se compreende aponta também para a necessidade de investimentos na máquina fazendária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000) foi um dos instrumentos legislativos que vieram também para ampliar a necessidade de gestão fiscal ao estabelecer parâmetros para que não se gaste mais do que se arrecada. A LRF impôs também restrições às despesas públicas e estimulou os governos dos entes federativos a utilizarem melhor suas bases de tributação com maior eficiência da administração tributária municipal (Silva & Silva, 2018).

Sendo assim cada nível governamental terá seus tributos próprios e a divisão de repasses para Estados e Municípios incapazes de financiarem suas atividades utilizando- se apenas de sua arrecadação tributária (Albuquerque, 2019).

Em relação a atividade de fiscalizar e arrecadar tributo é, talvez, a mais importante atividade-meio do Estado, pois dos recursos dela advindos dependem todas as atividades- fim estatais, como a prestação dos serviços de segurança, saúde e educação (Silva & Silva, 2018).

Na Administração Tributária municipal tem como característica uma estrutura composta pelos departamentos de fiscalização, de tributação e de arrecadação, que estão inseridos no Ente. Uma boa infraestrutura administrativa e tecnologica é indispensável para a eficiente atuação tributante, no sentido de maximizar a arrecadação tributária, coibindo, prontamente, a ação danosa dos sonegadores com o objetivo de conscientizar o contribuinte de que o pagamento de tributos é um dever de todos, na proporção de suas respectivas capacidades contributivas (TCU, 2022).

Corroborando esse entendimento, a Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXII combinado com o artigo 167, inciso IV reitera que as administrações tributárias são atividades essenciais à atividade e funcionamento dos Entes Federados, devendo ser exercidas por servidores de carreiras específicas, com recursos prioritários para a realização de suas atividades, podendo até vincular a receita dos próprios impostos para tal finalidade (Silva & Silva, 2018; TCU, 2022).

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXII combinado com o artigo 167, inciso IV ordena que os servidores públicos que atuam na administração tributária devem ocupar cargos públicos, criados e definidos por lei, com denominação própria e específica daquele órgão. Esta mesma lei deve delinear as atribuições dos cargos e fixar o padrão de vencimentos, remunerações e garantir as gratificações relacionadas à atividade (TCU, 2021; Silva & Silva, 2018).

A utilização de tecnologia e a digitalização dos procedimentos fiscais é de vital importância para que a administração tributária municipal tenha um processo de cobrança efetivo dos tributos devidos, realizando adequadamente o controle e o acompanhamento das dívidas ativas dos cidadãos e empresas (TCU, 2022).

Além disso, a troca de informações tributárias entre as administrações tributárias é um importante instrumento para aumento da conformidade tributária. O artigo 146, parágrafo único, IV, da Constituição Federal dispõe que a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes (TCU, 2022).

O recolhimento de tributos depende, em certa medida, da atuação da administração fiscal, especialmente se considerarmos que certas exações somente se tornam exigíveis

a partir de um ato específico da autoridade fiscal, que é o lançamento. Por outro lado, para prevenir ou combater a sonegação, faz-se necessário um permanente trabalho de fiscalização. Inúmeras outras tarefas permeiam a atuação das autoridades fiscais na sua função burocrática, de controle, de orientação, de relacionamento com o sujeito passivo, com a rede arrecadadora, com outros órgãos públicos etc. (Amaro, 2021).

Assim, para que a gestão tributária seja eficiente, é necessária a regulação das atividades de fiscalização, o controle da dívida ativa e dos benefícios de natureza tributária.

3. Metodologia:

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, pela ausência de categorias que utilizam a administração tributária como nível análise, e pela caracterização do esforço tributário dos municípios da região metropolitana de Fortaleza. O trabalho baseou-se numa pesquisa qualitativa, pois busca a compreensão das práticas de e-government nas administrações tributária e suas interações. Assim como, busca auxiliar as administrações tributárias em identificar o seu atual estágio e desenvolver estratégias para a sua evolução.

A primeira etapa para realização do estudo foi a produção dos dados referentes às Administrações Tributárias, especialmente, nas Secretarias de Finanças Municipais. Após levantados, os dados foram tabulados no excel. Para que se tenha uma correta seleção da amostra, fez-se necessário a análise e a gestão de seu desempenho da receita pública municipal. Nesse contexto, utilizou-se os indicadores de desempenho como instrumentos de gestão, capazes de prover o monitoramento e a avaliação das organizações, pelas suas funções básicas que consiste em descrever por meio da geração de informações o estado real dos acontecimentos e o seu comportamento.

Os indicadores selecionados retratam a situação dos entes municipais cearenses de forma a permitir inferências sobre a sua capacidade de gestão e arrecadação tributária própria e que também permita atender ao dispositivo do artigo II da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que dispõe sobre requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal: a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. São eles: 1) Montante da receita própria; 2) Montante da receita total; 3) População do município; 4) Produto Interno Bruto (PIB) municipal; 5) % Receita própria sobre receita total; Receita própria sobre a população (R\$); 7) % Receita própria sobre PIB municipal.

Como indicadores foram utilizados o PIB de cada município (importante para identificar se a dinâmica econômica contribui para a arrecadação fiscal); a população do município (espera-se que quanto maior o tamanho da população, maior tende a ser o produto da arrecadação fiscal); o quantitativo de empresas por município (inferir a oferta de serviços

disponíveis no município) e a renda dos empregados dos municípios (para dimensionar a demanda pelo serviço); a dívida ativa tributária (relevante para aferir a possibilidade de recuperação dos créditos tributários a receber). Logo, tais indicadores, podem ajudar a explicar fenômenos de variação de eficiência tributária.

Em relação ao universo e amostra, a pesquisa realizou um censo nas administrações tributárias nos municípios cearenses, com a escolha da amostra por conveniência os municípios cearenses que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza/CE para a escolha da amostra, por se tratar de um recorte espacial formado pela capital e pelos municípios integrados a ela. Essas regiões são caracterizadas, ainda, pelo elevado contingente populacional e por concentrar importantes serviços essenciais para a população, grandes empresas, indústrias, ofertas de trabalho, estabelecimentos culturais e financeiros etc.

Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) concentra 44,40% da população cearense (3.903.945 dos 8.791.688 habitantes), sendo a densidade demográfica de 547,67 hab./km². No que tange ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2020 a RMF representou 61,77% do PIB Estado do Ceará, sendo R\$ 103,10 bilhões dos R\$ 166,91 bilhões do Estado.

A coleta de dados contou com o apoio institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e foi realizada entre os meses de junho de 2024.

No processo avaliativo do e-government adotado das Administrações Tributárias da região metropolitana de Fortaleza, foram acessados os sites das secretarias de finanças no período de julho de 2024, para levantar as atividades promovidas por estes Entes para oferta de serviços de e-government, no intuito de diagnosticar em que estágio as ATs estão em relação ao modelo evolutivo de de Kok, Ryan e Prybutok. Assim, os seguintes dados e categorias ajudarão a compreender as atividades de e- government: gênero dos gestores da administração tributária; os serviços ofertados; os mecanismos de interações; a segurança das informações; e a estrutura organizacional.

4. Análise de Resultados:

Ao analisar descretivamente o esforço em arrecadação própria, elaboramos Tabela I que por meio de indicadores financeiros e demográficos da região metropolitana de Fortaleza, podemos verificar os comportamentos destes Entes sobre o processo da administração tributária.

• O esforço da arrecadação própria:

Esta análise revela diferenças importantes na capacidade e eficiência fiscal entre os municípios. Entender essas diferenças é crucial para planejamento financeiro, reformas

fiscais, e para aumentar a autonomia financeira local. A tabela I, evidencia insights sobre a capacidade de geração de receita própria dos municípios, a dependência de transferências e a eficiência na gestão fiscal.

Tabela 01 – Indicadores da seleção da amostra

Município	Receita Própria (RP) (em milhões)	Receita Total (RT) (em milhões)	% RP/RT	População	RP / População	PIB (em milhões)	% RP / PIB
Aquiraz	R\$ 139	R\$ 474	29%	81.581	R\$1.699,47	R\$3.854	3,61%
Cascavel	R\$ 35	R\$ 342	10%	72.706	R\$ 476,62	R\$1.074	3,26%
Caucaia	R\$ 270	R\$ 1.429	19%	368.918	R\$ 731,67	R\$10.414	2,59%
Chorozinho	R\$ 9	R\$ 125	7%	20.286	R\$ 451,06	R\$ 260	3,46%
Eusébio	R\$ 216	R\$ 637	34%	55.035	R\$3.917,93	R\$3.577	6,04%
Fortaleza	R\$ 3.947	R\$ 13.484	29%	2.703.391	R\$1.460,13	R\$73.436	5,37%
Guaiúba	R\$ 7	R\$ 112	6%	26.508	R\$ 265,04	R\$ 231	3,03%
Horizonte	R\$ 67	R\$447	15%	69.688	R\$ 961,86	R\$2.117	3,16%
Itaitinga	R\$ 47	R\$ 295	16%	38.661	R\$1.222,49	R\$1.258	3,74%
Maracanaú	R\$ 208	R\$ 1.406	15%	230.986	R\$ 901,53	R\$12.337	1,69%
Maranguape	R\$ 52	R\$ 410	13%	131.677	R\$ 393,75	R\$1.649	3,15%
Pacajus	R\$ 35	R\$ 276	12%	74.145	R\$ 465,80	R\$1.360	2,57%
Pacatuba	R\$ 37	R\$ 300	12%	85.647	R\$ 428,51	R\$1.235	3,00%
Paracuru	R\$ 14	R\$ 169	8%	35.526	R\$ 390,76	R\$ 555	2,52%
Paraipaba	R\$ 15	R\$ 192	8%	33.232	R\$ 449,18	R\$ 535	3,61%
Pindoretama	R\$ 7	R\$ 107	6%	20.964	R\$ 320,34	R\$ 274	3,26%
São Gonçalo do Amarante	R\$ 151	R\$ 649	23%	49.306	R\$3.052,10	R\$8.633	2,59%
São Luís do Curu	R\$ 2,4	R\$52	5%	13.086	R\$ 186,67	R\$ 133	3,46%
Trairi	R\$ 25	R\$ 257	10%	56.653	R\$ 441,00	R\$1.115	6,04%

Fonte: IBGE (2020) e Siconfi (2023).

Os municípios de Eusébio e Fortaleza se destacam com as maiores proporções de receita própria em relação à receita total, alcançando 34% e 29% respectivamente, indicando uma maior autonomia financeira comparada a outros municípios. Por outro lado, São Luís do Curu e Guaiúba apresentam as menores proporções, com apenas 5% e 6%, respectivamente, o que aponta uma forte dependência desses municípios em relação a transferências governamentais ou outras fontes de receitas.

No quesito de receita própria por habitante, Eusébio e São Gonçalo do Amarante sobressaem com R\$3.917,93 e R\$3.052,10, respectivamente, sugerindo uma capacidade de arrecadação mais eficiente ou uma base tributária mais robusta. Em contraste, São Luís do Curu registra o menor valor, com apenas R\$186,67 por habitante, refletindo limitações na capacidade de arrecadação local.

Quanto à proporção da receita própria em relação ao PIB, Eusébio e Trairi também lideram, ambos com 6,04%, o que indica uma alta eficiência na conversão da atividade econômica em receita própria. No entanto, Maracanaú demonstra a menor eficiência nesse indicador, com apenas 1,69%, o que pode indicar que, apesar de seu grande porte econômico e populacional, o município enfrenta desafios em otimizar sua arrecadação proporcionalmente à sua economia.

Esses dados revelam uma variabilidade importante na eficiência fiscal entre os municípios, influenciada por fatores como política tributária, eficácia administrativa e características econômicas locais.

Os Municípios menores, como São Luís do Curu e Guaiúba, enfrentam desafios particulares na mobilização de recursos locais, enquanto municípios maiores como Maracanaú e Caucaia têm um potencial significativo para melhorar a eficiência de arrecadação.

• Análise dos serviços (E-goverment):

A análise das secretarias de finanças da Região Metropolitana de Fortaleza revela dados interessantes sobre a gestão e os serviços oferecidos por estas instituições. Das 19 secretarias analisadas, a grande maioria é liderada por homens (84.2%), com apenas 3 secretarias sendo lideradas por mulheres (15.8%). Isso indica uma predominância masculina nos cargos de liderança das secretarias de finanças.

Em relação aos Contatos oferecido aos contribuintes, 84.2% das secretarias oferecem a funcionalidade "Fale Conosco" e 78.9% utilizam WhatsApp para facilitar a comunicação com os cidadãos. No entanto, o uso de redes sociais (36.8%) e aplicativos (21.1%) ainda é limitado, sugerindo um potencial para expansão no uso dessas ferramentas modernas de comunicação.

Os principais Serviços oferecidos pelas Secretarias de Finanças são: i) 84,2% a emissão de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-E); ii) 89,5% disponibilizam a segunda via de boletos de impostos como IPTU, ISS e ITBI; iii) 89,5% a emissão de certidões. Outros serviços também são ofertados, tais como: a validação de documentos e emissão de Certidões negativas por 73.7% das secretarias. Esses dados indicam que a maioria das secretarias está bem equipada para oferecer serviços essenciais aos cidadãos de maneira digital.

Em relação aos formulários mais comuns são requerimentos diversos (73.7%) e declarações diversas (52.6%), mostrando que as secretarias fornecem ferramentas para que os cidadãos possam fazer solicitações e declarações de forma estruturada.

No que se refere as informações sobre o órgão, as principais informações são sobre missão, visão e valores estão disponíveis em 89.5% das secretarias, enquanto funções e atribuições são especificadas por 94.7% delas. Destaca-se também as informações de transparência, onde são oferecidas por 89.5% das secretarias, e 78.9% disponibilizam uma carta de serviços. Esses dados indicam um bom nível de transparência e clareza sobre o papel e as responsabilidades das secretarias.

No entanto, a avaliação do Site das Secretarias, apenas 52.6% possuem um campo de avaliação do site, o que sugere uma oportunidade para que mais secretarias implementem essa funcionalidade para obter feedback dos usuários e melhorar continuamente seus serviços.

Por fim, a segurança dos sites das secretarias é uma área que necessita de atenção. Somente 26.3% das secretarias têm dispositivos de segurança implementados. Isso representa um risco significativo para a integridade dos dados e a confiança dos cidadãos nos serviços oferecidos.

• **Análise do modelo evolutivo de cinco estágios de desenvolvimento de Kok, Ryan e Prybutok:**

Com base na análise descritiva das variáveis das secretarias de finanças da Região Metropolitana de Fortaleza, podemos enquadrá-las nos respectivos estágios do modelo.

No **Estágio Informacional**, as características primárias desta fase foram a presença online básica com informações unidirecionais. As Secretarias enquadradas foram: São Luís do Curu, onde não possui serviços ou formulários digitais disponíveis, apenas informações básicas. E as secretarias de finanças de Chorozinho, Paracuru, Paraipaba e Pindoretama onde oferecem informações básicas e alguns serviços limitados. Esses resultados coadunam com os achados de Santos (2011) e Bernardes (2011) que evidenciaram que na maioria das vezes, os sites das instituições governamentais funcionam como simples murais de recados, prestando informações on-line.

Enquanto no Estágio Interacional, as características predominante foram a interação inicial entre cidadãos e governo através de formulários online e e-mail. As Secretarias enquadradas foram Sefin de Aquiraz, que disponibiliza informações, vários serviços online e múltiplos canais de contato; As Sefins de Itaitinga e Trairi que oferecem diversos serviços online e múltiplos formulários; a Sefin de Pacatuba, que oferece serviços online básicos e requerimentos diversos.

No Estágio Transacional, esta fase tem como características, a realização de transações completas online, como pagamento de impostos e emissão de certidões. As Sefins de Caucaia e de Maranguape, que também oferecem e disponibilizam serviços transacionais e informações detalhadas através de portais de transparência; As Sefins de Maracanaú e de Horizonte, que possuem serviços de emissão de NFS-E, certidões, segunda via de boletos e atendimento virtual.

Observem que os dois estágios anteriores foram resultantes de mudanças que aconteceram de forma gradual e podem ocorrerem em determinado serviço (Santos et al. 2013).

Já o Estágio Integrado, constatou-se que as características presentes foram relacionadas com a consolidação de serviços e sistemas governamentais em uma plataforma unificada para uma experiência de usuário coesa. As Secretarias foram: a Sefin de Cascavel e de Itaitinga que disponibiliza serviços integrados através de várias plataformas, incluindo redes sociais e aplicativos; as Sefins de Guaiúba e do Eusébio, que oferecem múltiplos serviços integrados e canais de contato modernos. As escolhas do governante, nesse sentido, ora serão influenciadas pela demanda pública, ora por aspectos financeiros. (Santos et al. 2013).

Por fim, no estágio mais avançado, Estágio Colaborativo, que utiliza tecnologias avançadas para transformar processos governamentais e a interação com os cidadãos, com alto nível de personalização e colaboração. A secretaria que se enquadra foi da capital do estado do Ceará, as Sefins de Fortaleza e São Gonçalo do Amarante pois, podem se aproximar deste estágio devido à ampla gama de serviços e canais de interação disponíveis, incluindo guichê virtual e ouvidoria digital.

Assim, a maioria das secretarias se encontra entre os estágios Interacional e Transacional, com algumas avançando para o estágio Integrado. Fortaleza é a que mais se aproxima do estágio Colaborativo, embora ainda haja espaço para melhorias em termos de personalização e colaboração.

Observamos que os municípios no estágio informacional apresentam a menor % RP/RT, indicando um esforço menor na geração de receita própria. Já os municípios no estágio interacional mostram um % RP/RT superior à do estágio informacional, sugerindo um esforço maior na arrecadação própria. O % RP/PIB é similar ao estágio informacional, indicando uma arrecadação proporcional ao PIB.

No que se refere aos municípios no estágio transacional apresentam a maior % RP/RT, indicando um alto esforço de receita própria. Assim como, o % RP/PIB é superior, sugerindo que a capacidade de realizar transações online está correlacionada com uma maior eficiência na arrecadação própria. Por fim, os municípios no estágio integrado têm um % RP/RT alta, mas inferior ao estágio transacional. O % RP/PIB é similar aos estágios informacional e interacional, indicando um esforço proporcional de arrecadação em relação ao PIB.

A análise sugere que há uma tendência de que municípios com estágios mais avançados de e-government (Transacional e Integrado) apresentem um maior esforço de receita própria (% RP/RT). Esses estágios também estão associados a um maior % RP/PIB, indicando que a capacidade de realizar serviços e transações online pode estar ligada a uma maior eficiência na arrecadação de receitas próprias.

Esses resultados apresentados podem ajudar os gestores a identificarem as áreas que precisam de desenvolvimento para avançar nos estágios do modelo de Kok, Ryan e Prybutok, aprimorando a eficácia e a satisfação dos serviços de e-government oferecidos aos cidadãos.

5. Considerações Finais:

O objetivo do presente trabalho foi avaliar o e-government adotado das Administrações Tributárias da região metropolitana de Fortaleza baseado no modelo evolutivo de cinco estágios de Kok, Ryan e Prybutok. Os resultados obtidos demonstraram os enquadramentos destes órgãos em relação ao modelo de Kok, Ryan e Prybutok e que o objetivo do trabalho foi atingido.

A pesquisa revela que, embora a maioria das secretarias estejam bem equipadas em termos de acessibilidade básica e serviços essenciais, que há áreas importantes que necessitam de melhorias, especialmente no que diz respeito à utilização de ferramentas modernas de comunicação, a disponibilidade de formulários diversos, a implementação de campos de avaliação para feedback dos usuários e, crucialmente, a segurança dos sites. A metodologia utilizada foi apropriada e permitiu que encontrar resultados que o modelo de Kok, Ryan e Prybutok pode ser usado para propor melhorias no processo de gestão da arrecadação e de relacionamento com os contribuintes.

As implicações práticas de gestão demonstram que se melhorar as áreas de acessibilidade básica e serviços essenciais pode aumentar a eficiência e a satisfação dos cidadãos com os serviços fornecidos pelas secretarias de finanças da Região Metropolitana de Fortaleza.

Para avançar a pesquisa e melhorar a implementação do e-government nas Administrações Tributárias, sugerimos as seguintes direções para futuras investigações:

i) Realizar estudos longitudinais para acompanhar a evolução dos serviços de e-government e suas melhorias ao longo do tempo; ii) Incluir com cidadãos para avaliar a satisfação e a eficácia percebida dos serviços oferecidos; iii) Comparar os resultados obtidos com outras regiões metropolitanas no Brasil, para identificar melhores práticas e lições aprendidas; iv) Realizar estudos específicos focados em segurança da informação e privacidade, dada a importância crítica dessas áreas para a confiança e eficácia dos serviços de e-government; e v) Explorar o impacto de novas tecnologias, como inteligência artificial, na melhoria dos serviços de e-government e na eficiência da arrecadação tributária.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Rafael Menezes. Análise da Eficiência da Arrecadação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN. Orientador: Guilherme Diniz Irffi. 2019. 23p. artigo científico – Curso de Especialização em "Fronteiras do Conhecimento em Auditoria Governamental", Universidade de São Paulo - USP, Fortaleza, 2019.

AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, supl., dez. 2015, p.1597-1619.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. Lua Nova: Revista de cultura e política, p. 25-46, 2000. –

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2002.

BRASIL. 10 passos para aprimoramento da gestão tributária. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria-geral de Controle Externo, 2022. 64 p.

BRASIL. Gestão tributária federal: conclusões técnicas dos trabalhos realizados na gestão tributária federal. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria-geral de Administração, 2021. 42 p

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. São Paulo: Ciências Humanas, p. 68, 1980.

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
DENHARDT, Robert B. Teoria geral de organizações públicas. Wadsworth: Thompson, 2004.

DOWNS, Anthony; MERINO, Luis Adolfo Martín. Teoría económica de la democracia. Madrid: Aguilar, 1973.

KOK, Chang E.; RYAN, Sherry; PRYBUTOK, Victor R. Creating value through managing knowledge in an e-government to constituency (G2C) environment. The Journal of

Computer Information Systems, v. 45, n. 4, p. 32-41, July 2005.

LIMA, SC de; DINIZ, Josedilton Aves. Contabilidade pública: análise financeira governamental. São Paulo: Atlas, v. 576, 2016.

MACINTOSH, Ann; WHYTE, Angus. Towards an evaluation framework for eParticipation. Transforming Government: People, Process and Policy, v.2, n.1, p.16-30. 2008.

MEIJER, Albert; BURGER, Nils; EBBERS, Wolfgang. Citizens4Citizens: mapping participatory practices on the internet. Electronic Journal of e-Government, v.7, n.1, p.99-112. 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 59, p. 5-49, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. Novos estudos CEBRAP,

p. 145-161, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Dados, v. 45, p. 483-511, 2002. - <https://www.scielo.br/j/dados/a/3nkkDsspkGdQDKJnc434FLs/?lang=pt>

OFFE, Claus; SCHMITTER, Philippe C. Las paradojas y los dilemas de la democracia liberal. 1995.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHO, José Antônio G. (Org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: Edufba. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. BOD GmbH DE, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2009. p. 678-678.

SILVA, Albertiano Dias da; SILVA, Alex Dias da. AUTONOMIA MUNICIPAL NO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO: A Eficiência na Administração Tributária Municipal. Dom Helder Revista de Direito, v. 1, n. 1, Setembro/Dezembro de 2018.

Previsibilidade de Receita em Empresas Exportadoras: O papel do ACC/ACE como estratégia de financiamento e gestão cambial

Revenue Predictability in Exporting Companies: The Role of ACC/ACE as a Financing and Exchange Rate Management Strategy

Previsibilidad de ingresos en empresas exportadoras: El papel del ACC/ACE como estrategia de financiamiento y gestión cambiaria



Alessandro Moreira dos Santos

Resumo

A volatilidade cambial representa um desafio significativo para empresas exportadoras, impactando diretamente a previsibilidade de receitas e o planejamento financeiro. Oscilações nas taxas de câmbio podem elevar custos operacionais, dificultar o acesso ao crédito e comprometer a competitividade no mercado externo. Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar o papel do Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e do Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) como estratégias financeiras para reduzir a exposição cambial e garantir maior previsibilidade de receitas.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios financeiros e normativos do setor. Os resultados indicam que, embora ACC e ACE não sejam hedges cambiais tradicionais, sua utilização pode aumentar a previsibilidade do fluxo de caixa e fortalecer a estabilidade financeira das exportadoras brasileiras. Além disso, o estudo apresenta um exemplo prático de aplicação desses instrumentos no setor de rochas naturais, um segmento altamente dependente da previsibilidade cambial para manter sua competitividade internacional.

Conclui-se que a adoção do ACC/ACE como estratégia de financiamento pode mitigar riscos cambiais e otimizar a estrutura de capital das exportadoras, especialmente em períodos de instabilidade macroeconômica. A pesquisa reforça a importância de políticas financeiras que promovam maior segurança para o comércio exterior, contribuindo para a competitividade das empresas brasileiras no mercado global.

Palavras-chave: ACC/ACE; volatilidade cambial; financiamento à exportação; previsibilidade de receita; hedge cambial.

Abstract

Exchange rate volatility poses a significant challenge for exporting companies, directly impacting revenue predictability and financial planning. Fluctuations in exchange rates can increase operational costs, hinder access to credit, and compromise competitiveness in the international market. In this context, this study aims to analyze the role of Advance on Foreign Exchange Contracts (ACC) and Advance on Delivered Exchange Contracts (ACE) as financial strategies to reduce exchange rate exposure and ensure greater revenue predictability.

The research adopts a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis of financial and regulatory reports in the sector. The results indicate that, although ACC and ACE are not traditional exchange rate hedging instruments, their use can enhance cash flow predictability and strengthen the financial stability of Brazilian exporters. Furthermore, the study presents a practical example of how these instruments are applied in the natural stone sector, a segment highly dependent on exchange rate predictability to maintain its international competitiveness.

It is concluded that adopting ACC/ACE as a financing strategy can mitigate exchange rate risks and optimize the capital structure of exporting companies, especially in periods of macroeconomic instability. The research reinforces the importance of financial policies that promote greater security for foreign trade, contributing to the competitiveness of Brazilian companies in the global market.

Keywords: ACC/ACE; exchange rate volatility; export financing; revenue predictability; currency hedge.

I. INTRODUÇÃO

A volatilidade cambial representa um desafio crítico para economias abertas, podendo comprometer a liquidez do sistema econômico e impactar agentes do comércio internacional (Chang & Velasco, 2000). Em economias emergentes, oscilações cambiais aumentam os custos financeiros e os riscos para o mercado de crédito, especialmente em períodos de instabilidade geopolítica (Hossain et al., 2024; Mamonov et al., 2024). No Brasil, a variação do câmbio tem afetado a competitividade das exportações, exigindo que empresas exportadoras adotem estratégias de mitigação de riscos financeiros para garantir previsibilidade de receitas e estabilidade operacional.

Entre os mecanismos disponíveis, o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e o Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) surgem como ferramentas relevantes, permitindo a antecipação de receitas e reduzindo a exposição cambial das empresas exportadoras. Embora esses instrumentos sejam amplamente utilizados no Brasil, a literatura acadêmica sobre o tema se concentra majoritariamente em estudos gerais sobre gestão de riscos financeiros e estratégias de hedge (Belk & Edelshain, 1997; Petersen & Rajan, 1997). No entanto, poucos estudos analisam setores específicos, como o de rochas naturais, explorando como e em que condições o ACC/ACE contribui para a previsibilidade financeira das exportadoras. Além disso, há uma lacuna sobre o impacto desses instrumentos na mitigação da volatilidade cambial em segmentos que dependem de prazos mais longos para concretização das vendas.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar o papel do ACC/ACE na gestão financeira das exportações, destacando seus benefícios, limitações e aplicabilidade no setor de rochas naturais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios financeiros e normativos do setor, com foco na previsibilidade de receitas e mitigação de riscos cambiais.

As contribuições deste estudo são duplas. No campo teórico, a pesquisa amplia a compreensão sobre o uso do ACC/ACE como mecanismo de proteção financeira, diferenciando-o de estratégias tradicionais de hedge. Além disso, fornece uma abordagem setorial específica, aprofundando o impacto da volatilidade cambial no setor de rochas

naturais. Na prática, o estudo oferece insights para empresas exportadoras que buscam estratégias de financiamento mais eficientes, permitindo uma melhor gestão da exposição cambial e do fluxo de caixa.

Além desta introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta o problema prático enfrentado pelas empresas exportadoras; a Seção 3 detalha a metodologia adotada; a Seção 4 discute as normativas e regulamentações aplicáveis ao ACC/ACE; a Seção 5 explora um estudo de caso no setor de rochas naturais; e, por fim, a Seção 6 apresenta as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2. PROBLEMA PRÁTICO DAS EMPRESAS

2.1 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

A volatilidade cambial impacta diretamente a competitividade e a estrutura financeira das exportadoras, exigindo estratégias eficazes para mitigar riscos. Oscilações no câmbio afetam a previsibilidade de receitas, o planejamento financeiro e a precificação de produtos no mercado externo. Além disso, empresas do comércio internacional frequentemente estruturam sua alavancagem financeira priorizando financiamentos de longo prazo para mitigar barreiras de entrada e garantir maior estabilidade operacional (Bergin et al., 2021). No Brasil, a incerteza cambial tem sido intensificada por fatores macroeconômicos e geopolíticos, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e adoção de instrumentos de proteção financeira (Banco Central do Brasil, 2024).

Até janeiro de 2025, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 20,376 bilhões, com crescimento de 6,2% na indústria de transformação, enquanto a agropecuária e a indústria extrativa registraram quedas de 9,5% e 10,2%, respectivamente (SECEX, 2025). Essas oscilações, associadas ao ambiente de juros elevados, impactam diretamente os custos financeiros das exportadoras, influenciando o acesso ao crédito e a precificação de produtos no mercado internacional. Esse cenário destaca a importância de mecanismos financeiros que possibilitem maior previsibilidade de caixa e proteção contra oscilações bruscas no câmbio (Banco Central do Brasil, 2024).

2.2 EFEITOS DA INCERTEZA CAMBIAL

A imprevisibilidade do câmbio impacta diretamente as margens de lucro e a competitividade das empresas exportadoras. A desvalorização do real e a elevação das taxas de juros aumentaram os custos financeiros, restringindo o acesso ao crédito e limitando investimentos (Banco Central do Brasil, 2024). Além disso, a exposição cambial afeta os balanços financeiros, sobretudo de empresas que dependem de insumos importados ou possuem contratos denominados em moeda estrangeira. A falta de previsibilidade nas receitas prejudica o planejamento estratégico, reforçando a necessidade de mecanismos financeiros para mitigar esse risco (D'Mello & Toscano, 2020).

A instabilidade cambial também influencia o custo do capital e a disponibilidade de crédito para exportadores. Empresas altamente expostas ao câmbio frequentemente enfrentam maiores custos financeiros, seja pela necessidade de proteção cambial ou pelo encarecimento do crédito em momentos de instabilidade (Matousek et al., 2020). Além disso, crises financeiras tendem a reduzir a oferta de crédito bancário, levando exportadores a recorrer a alternativas como o trade credit, que pode se tornar menos acessível nesses períodos (Love et al., 2007). Esse cenário reforça a importância de instrumentos financeiros que proporcionem estabilidade e previsibilidade às receitas, auxiliando na mitigação dos riscos operacionais.

2.3 NECESSIDADE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A utilização de mecanismos financeiros é essencial para reduzir a exposição cambial e garantir maior previsibilidade de receita. Entre as opções disponíveis, destacam-se os ACC/ACE, que possibilitam a antecipação de receitas em moeda estrangeira, reduzindo incertezas e impactos da volatilidade cambial sobre o fluxo de caixa (Petersen & Rajan, 1997). Além disso, esses instrumentos ajudam a minimizar as restrições de crédito e a viabilizar investimentos produtivos, especialmente em períodos de alta instabilidade cambial (Li et al., 2020). Empresas com restrição ao crédito bancário frequentemente recorrem a alternativas como trade credit e antecipação de receitas para garantir estabilidade financeira. Em mercados expostos à volatilidade cambial, essas estratégias são fundamentais para preservar a competitividade internacional (Petersen & Rajan, 1997; Li et al., 2020).

Embora não sejam instrumentos de hedge cambial no sentido clássico, como derivativos ou contratos futuros, ACC/ACE desempenham um papel estratégico no planejamento financeiro das exportadoras. Além de reduzir a exposição cambial, permitem maior previsibilidade do fluxo de caixa e melhor estruturação da gestão financeira (Yang & Birge, 2018). Sua adoção auxilia na liquidez das empresas e na eficiência da gestão de fluxo de caixa, sendo especialmente útil para exportadores que enfrentam restrições de capital (Qin et al., 2021; Cao & Yu, 2018).

Dessa forma, ACC/ACE representam alternativas valiosas para empresas que buscam reduzir sua dependência de crédito bancário, otimizar o planejamento financeiro e mitigar riscos operacionais. A literatura demonstra que esses instrumentos desempenham um papel essencial na previsibilidade das exportações e na redução do impacto da volatilidade cambial sobre o custo do capital (D'Mello & Toscano, 2020; Love et al., 2007).

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental e revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender o papel do Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e do Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) na gestão financeira das exportadoras brasileiras. A pesquisa examina as características, benefícios e limitações desses instrumentos financeiros, além de avaliar seu impacto na previsibilidade de receita e mitigação de riscos cambiais.

3.1 ESCOLHA DO SETOR DE ROCHAS NATURAIS COMO ESTUDO DE CASO

A seleção do setor de rochas naturais para análise foi motivada por sua alta dependência do mercado externo, tornando-o fortemente impactado pela volatilidade cambial. O Brasil é um dos principais exportadores globais desse segmento, com destaque para o estado do Espírito Santo, que responde por aproximadamente 82% das exportações nacionais de rochas ornamentais (Sindirochas, 2024). Empresas desse setor enfrentam desafios financeiros significativos devido a prazos de recebimento estendidos e oscilações no câmbio, o que reforça a relevância da investigação sobre o papel do ACC/ACE na previsibilidade de receitas.

Além disso, há pouca literatura acadêmica focada no impacto de mecanismos de financiamento nesse setor específico, evidenciando uma lacuna na pesquisa sobre estratégias financeiras aplicadas a segmentos altamente dependentes do comércio internacional. Assim, o estudo contribui ao trazer uma perspectiva detalhada sobre a aplicação do ACC/ACE para empresas desse ramo.

3.2 COLETA DE DADOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

A pesquisa baseou-se em duas principais fontes de dados:

1. Revisão Bibliográfica: Foram analisados artigos científicos e livros publicados em bases reconhecidas, como Scopus, Web of Science, Google Scholar e Scielo, abrangendo estudos sobre financiamento de exportações, volatilidade cambial e planejamento financeiro.

2. Análise Documental: Foram examinados relatórios financeiros, normativas regulatórias e publicações institucionais, com foco nas seguintes fontes:

- **Banco Central do Brasil (BACEN)** – Normativas e estatísticas sobre operações de ACC/ACE.
- **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)** – Dados de exportação do setor de rochas naturais.

- **Sindirochas e Centrorochas** – Informações setoriais e impactos financeiros do câmbio sobre as exportadoras de rochas ornamentais.

A opção por essas fontes se deve à natureza do estudo, que busca compreender mecanismos regulatórios e financeiros em vez de realizar um levantamento empírico de empresas exportadoras. A limitação dessa abordagem é a falta de dados primários obtidos diretamente com gestores empresariais, o que poderia complementar a análise com percepções sobre desafios práticos do uso do ACC/ACE.

3.3 LIMITAÇÕES DO MÉTODO UTILIZADO

Apesar de fornecer uma visão abrangente sobre o papel do ACC/ACE no financiamento das exportações, o estudo apresenta algumas limitações:

- **Ausência de dados primários:** O estudo se baseia em análises documentais e bibliográficas, sem entrevistas ou questionários com empresas do setor.
- **Foco em um setor específico:** Embora o setor de rochas naturais seja representativo, os resultados podem não ser generalizáveis para outros segmentos exportadores.
- **Falta de modelagem quantitativa:** A pesquisa não inclui uma análise estatística da correlação entre ACC/ACE e volatilidade cambial, o que poderia fornecer evidências empíricas mais robustas.

3.4 ESTRUTURA METODOLÓGICA RESUMIDA

Para facilitar a compreensão, a Tabela I apresenta um resumo da abordagem metodológica adotada.

Tabela I – Estrutura da Pesquisa

ETAPA DA PESQUISA	PROCEDIMENTO	FONTE DE DADOS
Revisão Bibliográfica	Identificação de artigos e livros sobre ACC/ACE e volatilidade cambial	Google Scholar, Scopus, Web of Science, SciELO
Análise Documental	Estudo de normativas e relatórios financeiros	BACEN, SECEX, Sindirochas, Centrorochas
Estudo de Caso	Aplicação da análise no setor de rochas naturais	Relatórios do setor, dados de exportação

4. DESCRIÇÃO DA ÁREA QUE CUIDA DO PROBLEMA

4.1 REGULAÇÃO CONTÁBIL E NORMATIVA SOBRE VARIAÇÃO CAMBIAL

As operações de ACC/ACE estão sujeitas a normativas contábeis e financeiras que asseguram transparência e precisão no reconhecimento dos efeitos cambiais nas demonstrações financeiras das empresas exportadoras. O *Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis* estabelece diretrizes para a conversão de transações e saldos em moeda estrangeira, determinando critérios para a identificação da moeda funcional e os procedimentos para reconhecimento das variações cambiais em ativos e passivos denominados em outras moedas (CPC 02, 2020).

A nível internacional, a norma IAS 21 - *The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates* define diretrizes para a conversão de demonstrações financeiras e o reconhecimento de variações cambiais. Essa norma estabelece critérios para o tratamento de itens monetários e não monetários denominados em moeda estrangeira, garantindo que as oscilações cambiais sejam refletidas adequadamente nas demonstrações financeiras das empresas exportadoras, contribuindo para maior transparência e previsibilidade financeira (IAS 21, 2020).

4.2 REGULAMENTAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL SOBRE ACC/ACE

O Banco Central do Brasil regula as operações de ACC/ACE por meio de normativas que determinam os critérios de concessão, prazos e exigências documentais. Entre as regulamentações vigentes, destacam-se:

- *Resolução CMN nº 5.042/2022* – Estabelece diretrizes gerais para a realização das operações no mercado de câmbio, incluindo princípios de transparência, segurança e competitividade (Banco Central do Brasil, 2022b).

- *Resolução BCB nº 277/2022* – Regulamenta aspectos operacionais do mercado de câmbio, incluindo a concessão de adiantamentos sobre operações de exportação (ACC/ACE), os requisitos normativos e as condições para realização dessas operações (Banco Central do Brasil, 2022c).

Essas normativas garantem que as operações de ACC/ACE sejam conduzidas de maneira estruturada e dentro dos parâmetros regulatórios, proporcionando segurança jurídica e previsibilidade financeira para as empresas exportadoras.

4.3 MECANISMOS FINANCEIROS DE MITIGAÇÃO DE RISCO CAMBIAL

As empresas exportadoras enfrentam desafios significativos relacionados à volatilidade cambial, o que torna essencial a adoção de instrumentos financeiros para mitigar esses riscos. Dentre as soluções existentes, destacam-se:

- *Hedge Cambial Tradicional* – Inclui instrumentos como contratos futuros, swaps cambiais e NDFs (Non-Deliverable Forwards), que permitem que as empresas protejam suas receitas de exportação contra oscilações da moeda estrangeira (Aabo et al., 2010).

- *ACC/ACE* – Além de possibilitarem a antecipação de receitas futuras, essas operações funcionam como um incentivo ao crédito para exportadores, dinamizando as exportações nacionais e tornando-as mais competitivas. O ACC pode ser utilizado na fase de produção da mercadoria a ser embarcada ao exterior, enquanto o ACE permite que o adiantamento ocorra após o embarque, garantindo ao exportador a variação cambial desde a produção até a entrega final da mercadoria (Neto, 2021).

- *Crédito Comercial e Trade Finance* – Muitas empresas utilizam Trade Credit como solução complementar ao ACC/ACE, garantindo maior flexibilidade financeira e melhor gestão do capital de giro (Cao & Yu, 2018). Instrumentos de crédito comercial são amplamente utilizados como mecanismo de compartilhamento de risco, permitindo que empresas exportadoras reduzam sua dependência de financiamento bancário e garantam maior previsibilidade de fluxo de caixa (Yang & Birge, 2018).

A escolha entre essas opções depende da estrutura financeira da empresa, do grau de exposição ao risco cambial e das condições de mercado. Empresas com acesso limitado a crédito bancário podem encontrar no ACC/ACE uma alternativa mais acessível e estratégica para reduzir riscos e manter a estabilidade financeira (Matousek et al., 2020).

Dessa forma, a compreensão das normas contábeis e financeiras que regulam ACC/ACE e a gestão eficiente de risco cambial são fundamentais para que as empresas exportadoras adotem estratégias financeiras que garantam maior previsibilidade de receita e competitividade no mercado internacional.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A volatilidade cambial tem impactos diretos sobre a competitividade e a previsibilidade financeira das exportadoras brasileiras. O estudo buscou analisar o papel do ACC/ACE na gestão dessas empresas, explorando sua influência na antecipação de receitas e mitigação de riscos cambiais.

Os achados indicam que, embora ACC/ACE não sejam mecanismos de hedge cambial tradicionais, eles oferecem vantagens financeiras significativas, principalmente para setores com forte dependência do mercado externo, como o setor de rochas naturais.

A seguir, os resultados serão analisados à luz da literatura, destacando convergências e divergências entre os dados do estudo e as pesquisas existentes.

5.1 IMPACTO DA VOLATILIDADE CAMBIAL NAS EMPRESAS EXPORTADORAS

A análise documental demonstrou que a volatilidade cambial afeta a estrutura de financiamento das exportadoras, tornando-as mais vulneráveis a oscilações nas taxas de câmbio e juros.

Dados do Belk (1997) indicam que a depreciação do real e a elevação das taxas de juros elevaram os custos financeiros das exportadoras, restringindo o acesso ao crédito e aumentando a necessidade de proteção cambial.

No setor de rochas naturais, que depende de prazos longos para recebimento de pagamentos, a imprevisibilidade cambial pode impactar significativamente a precificação de produtos e os contratos internacionais. Em 2024, as exportações desse setor cresceram 12,7%, consolidando-se como um dos pilares do comércio exterior brasileiro (Centrorochas, 2024).

A instabilidade cambial influencia diretamente o custo do crédito, fazendo com que empresas busquem estratégias para aumentar a previsibilidade de fluxo de caixa.

5.2 UTILIZAÇÃO DO ACC/ACE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA

O ACC/ACE têm sido utilizados para mitigar os impactos da volatilidade cambial e garantir maior previsibilidade financeira às exportadoras brasileiras. De acordo com o Banco Central (2022a), essas operações representaram 12,7% do valor total dos contratos de exportação em 2022. Entretanto, em 2023, houve uma redução no uso dessas operações, associada ao aumento do custo do crédito devido à alta das taxas de juros internacionais (Banco Central do Brasil, 2023a).

A pesquisa identificou que empresas de grande porte conseguem utilizar ACC/ACE de forma mais eficaz devido à sua maior capacidade de negociação junto às instituições financeiras. Pequenas e médias empresas, por outro lado, enfrentam dificuldades no acesso a esse tipo de financiamento. Isso reforça os achados de Petersen & Rajan (1997), que destacam que a utilização de trade credit e ACC/ACE é mais acessível a empresas com maior poder de negociação bancária.

5.3 EXEMPLO PRÁTICO: O SETOR DE ROCHAS NATURAIS NO BRASIL

O setor de rochas naturais foi analisado como um exemplo prático do impacto da volatilidade cambial e da utilização do ACC/ACE na gestão financeira das exportadoras. O Espírito Santo, principal estado exportador desse segmento, registrou US\$ 1,038 bilhão em exportações em 2024, consolidando-se como referência nacional na comercialização de rochas ornamentais. Diante da dependência de prazos longos para recebimento de pagamentos do exterior, as empresas do setor frequentemente recorrem ao ACC/ACE como forma de antecipação de receitas e redução da exposição cambial. Entretanto, a análise revela que as concessões dessas operações diminuíram nos últimos anos, reflexo do aumento do custo do crédito vinculado à taxa Libor (Banco Central do Brasil, 2023a), o que exige que as empresas avaliem alternativas para diversificação de suas estratégias financeiras.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais – ABIROCHAS (2024), o setor de rochas naturais desempenha um papel estratégico no comércio exterior brasileiro, sendo altamente sensível às condições cambiais. No primeiro semestre de 2024, as exportações totalizaram US\$ 597,2 milhões e 1,0 milhão de toneladas, representando um crescimento de +8,9% em valor e +10,3% em volume em relação ao mesmo período de 2023. Apesar do aumento no volume exportado, o preço médio das exportações caiu 1,3%, passando de US\$ 599,5/t (2023) para US\$ 591,6/t (2024), evidenciando a volatilidade do mercado e o impacto das oscilações cambiais na rentabilidade das empresas.

A evolução do faturamento das exportações brasileiras de rochas ornamentais demonstra um crescimento significativo entre 2002 e 2013, quando atingiu US\$ 1,3 bilhão. No entanto, a partir desse período, o setor passou a oscilar em torno desse valor, sem uma trajetória de expansão consistente. Conforme ilustrado na Figura 3, o desempenho das exportações está atrelado à predominância da comercialização de rochas processadas em chapas,

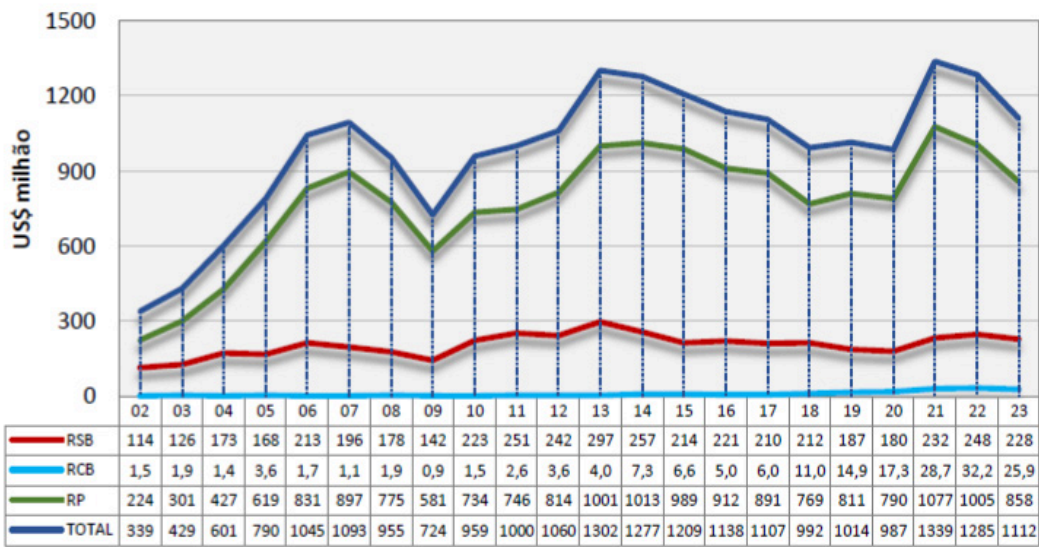


Figura 1 – *Figura 1 - Evolução anual do faturamento das exportações brasileiras de rochas ornamentais e de revestimento (2002-2023): RSB - blocos de granito; RCB - blocos de mármore; RP - rochas processadas*
Fonte: ABIROCHAS (2024).

enquanto as exportações de blocos brutos, tanto silicáticas quanto carbonáticas, apresentam pequena participação no faturamento total.

Esse comportamento reforça a dependência do setor em relação ao mercado externo, especialmente dos Estados Unidos, principal destino das exportações. Ainda segundo o levantamento da ABIROCHAS (2024), a concentração das exportações em poucos mercados aumenta a exposição ao risco cambial. Os Estados Unidos (US\$ 342,3 milhões), China (US\$ 92,6 milhões) e Itália (US\$ 36,4 milhões) foram os principais destinos das exportações no período, representando mais de 75% do total exportado. Essa dependência implica uma vulnerabilidade direta às flutuações cambiais, pois variações no real frente ao dólar e ao euro podem impactar contratos comerciais e a competitividade das empresas exportadoras.

Outro desafio enfrentado pelo setor é a queda no faturamento anual, que desde 2013 não ultrapassa o teto de US\$ 1,3 bilhão. Em junho de 2024, o faturamento mensal foi de US\$ 95,5 milhões, o menor valor registrado para esse mês desde 2021, reforçando a necessidade de estratégias financeiras que mitiguem a instabilidade econômica e cambial.

Diante desse cenário, o uso do ACC/ACE se destaca como um mecanismo essencial para garantir liquidez e previsibilidade financeira às exportadoras de rochas naturais. O setor, predominantemente composto por empresas de médio porte, encontra dificuldades no acesso ao crédito bancário tradicional, tornando o ACC uma alternativa eficiente para antecipação de receitas em moeda estrangeira. O Espírito Santo, que sozinho exportou US\$ 495,9 milhões no primeiro semestre de 2024, é um dos maiores usuários dessas operações, demonstrando a relevância do financiamento pré-embarque para a sustentabilidade financeira das empresas.

Embora o ACC/ACE não seja um hedge cambial tradicional, sua utilização permite fixar a taxa de câmbio no momento da operação, reduzindo a incerteza sobre as receitas futuras. No entanto, o aumento das taxas de juros internacionais tem reduzido a atratividade dessas operações, levando exportadores a buscar estratégias complementares, como hedge cambial e diversificação de mercados, para mitigar riscos e manter a competitividade.

A análise do desempenho do setor nos últimos anos reforça a importância de políticas públicas que incentivem o financiamento das exportações, permitindo maior previsibilidade financeira e competitividade no mercado global. Assim, estratégias como ACC/ACE devem ser constantemente avaliadas e ajustadas, garantindo a estabilidade financeira das empresas em um ambiente econômico cada vez mais volátil.

5.4 COMPARAÇÃO COM A LITERATURA

Os resultados deste estudo corroboram pesquisas anteriores sobre o uso do ACC/ACE como mecanismo de antecipação de receita e gestão do fluxo de caixa, mas também evidenciam limitações que ainda não haviam sido amplamente discutidas na literatura.

A Tabela 2 apresenta uma síntese comparativa entre os achados do estudo e as principais contribuições teóricas sobre o tema.

Tabela 2 – Comparação entre Achados da Pesquisa e Literatura Acadêmica

AUTOR	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES	ACHADOS DO ESTUDO
Petersen & Rajan (1997)	ACC/ACE aumentam liquidez e antecipam receitas.	Confirmado: empresas de rochas naturais utilizam ACC/ACE para reduzir impactos da volatilidade cambial.
Belk & Edelshain (1997)	ACC/ACE não são hedge cambial, mas oferecem previsibilidade financeira.	Parcialmente confirmado: ACC/ACE não eliminam risco cambial, mas ajudam a mitigar oscilações no fluxo de caixa.
Banco Central do Brasil (2023)	Uso de ACC/ACE caiu nos últimos anos devido à alta de juros.	Confirmado: aumento no custo financeiro reduziu demanda por essas operações.

Fonte: Elaborada pelo autor

6. IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO FINANCEIRA DAS EXPORTADORAS

Com base nos resultados obtidos, é possível estabelecer boas práticas para otimizar o uso do ACC/ACE e maximizar seus benefícios para as exportadoras brasileiras.

6.1 BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA

As empresas exportadoras podem aprimorar sua gestão financeira ao integrar os ACC/ACE dentro de um planejamento estratégico mais amplo, que contemple:

- **Alinhamento do financiamento com os ciclos de produção e recebimento internacional** (Petersen & Rajan, 1997).
- **Monitoramento contínuo das taxas de câmbio e juros** para otimizar a contratação de ACC/ACE (Aabo et al., 2010).
- **Combinação de ACC/ACE com hedge cambial** para maior proteção contra volatilidade (Belk & Edelshain, 1997).

6.2 BENEFÍCIOS E LIMITAÇÕES DO ACC/ACE

Os ACC/ACE oferecem liquidez e previsibilidade financeira, mas também apresentam desafios regulatórios e custos financeiros variáveis.

Benefícios do ACC/ACE:

- **Aumento da liquidez** – Permitem a antecipação de recursos antes ou após o embarque da mercadoria, reduzindo a necessidade de capital próprio para financiar a produção (Neto, 2021).
- **Mitigação da volatilidade cambial** – O ACC fixa uma taxa de câmbio no momento da operação, proporcionando previsibilidade no fluxo de caixa e reduzindo a exposição da empresa a oscilações adversas no câmbio (Banco Central do Brasil, 2023b).
- **Custo financeiro competitivo** – Normalmente apresentam taxas de juros mais atrativas em relação a outras formas de crédito bancário internacional, sendo uma alternativa viável para empresas que buscam otimizar o financiamento das exportações (Cao & Yu, 2018).

Limitações do ACC/ACE:

- **Dependência de crédito bancário** – A obtenção do ACC/ACE está sujeita à análise de risco de crédito e à disponibilidade de linhas de financiamento no mercado internacional, o que pode limitar o acesso de algumas empresas a essa modalidade (Petersen & Rajan, 1997).
- **Restrições regulatórias** – As operações de ACC/ACE são reguladas pelo Banco Central do Brasil, estando sujeitas a exigências documentais e critérios específicos para concessão, conforme disposto na Resolução BCB nº 277/2022, que estabelece os requisitos operacionais dessas operações.
- **Possíveis custos adicionais** – Caso a empresa não necessite do recurso antecipado, pode perder oportunidades melhores de taxa de câmbio ou investimento financeiro, tornando a operação menos vantajosa em determinados cenários (Matousek et al., 2020).

6.3 COMPARAÇÃO ENTRE ACC/ACE E OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO

Diante da diversidade de opções financeiras disponíveis para exportadores, é importante entender como ACC/ACE se comparam a outras formas de mitigação de risco cambial e financiamento de exportações:

Tabela 3 – Análise Comparativa de Instrumentos Financeiros para Exportadores

CARACTERÍSTICA	ACC/ACE	HEDGE CAMBIAL (SWAPS, FUTUROS, NDFS)	CRÉDITO BANCÁRIO TRADICIONAL
FINALIDADE	Antecipação de receita	Proteção contra oscilações cambiais	Empréstimos para capital de giro
RISCO CAMBIAL	Reduzido pela fixação da taxa de câmbio no momento da operação	Reduzido, pois protege contra oscilações	Pode ser afetado por variação cambial se for em moeda estrangeira
CUSTO FINANCEIRO	Geralmente menor, pois está atrelado a taxas internacionais como Libor	Varia conforme mercado e contratos	Normalmente mais alto que ACC/ACE
FLEXIBILIDADE	Depende da regulamentação do Banco Central	Pode ser ajustado conforme estratégias da empresa	Depende das políticas do banco e do crédito disponível
ACESSO	Empresas precisam ter relacionamento com bancos autorizados pelo BACEN	Disponível no mercado financeiro via corretoras e bancos	Sujeito à análise de crédito e garantias

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Banco Central do Brasil (2024), Aabo et al. (2010), Petersen & Rajan (1997), Matousek et al. (2020), entre outros.

O ACC/ACE se destaca por sua capacidade de antecipar receitas, reduzindo a necessidade de capital próprio e permitindo melhor previsibilidade financeira. No entanto, em alguns cenários, a combinação dessas operações com hedge cambial pode ser uma estratégia mais completa para mitigar riscos financeiros e cambiais (Aabo et al., 2010). A utilização de trade credit como ferramenta de financiamento sugere que empresas que antecipam receitas conseguem reduzir sua exposição ao risco cambial, conceito semelhante ao adotado nas operações de ACC/ACE no Brasil (Yang & Birge, 2018).

Dessa forma, exportadores podem estruturar suas estratégias financeiras considerando fatores como a volatilidade cambial, os custos de financiamento e as exigências regulatórias para garantir uma gestão eficiente de seus recursos e maximizar a competitividade no mercado global.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A volatilidade cambial representa um desafio significativo para empresas exportadoras, comprometendo a previsibilidade de receitas e a estabilidade financeira. Este estudo analisou o papel do ACC/ACE como estratégias de financiamento e mitigação do risco cambial, evidenciando que, apesar de não serem instrumentos de hedge convencionais, essas operações podem contribuir para a liquidez das exportadoras e a previsibilidade do fluxo de caixa.

Os resultados indicaram que os ACC/ACE são amplamente utilizados no Brasil, especialmente em setores altamente dependentes do mercado externo, como o de rochas naturais. No entanto, a eficácia desses instrumentos não é homogênea entre as empresas exportadoras, pois fatores como custos financeiros elevados, acesso restrito ao crédito bancário e regulamentações do Banco Central do Brasil influenciam a viabilidade de sua utilização. Além disso, observou-se que períodos de alta nas taxas de juros internacionais podem tornar essas operações menos atrativas, reduzindo seu impacto na estabilidade financeira das exportadoras.

Um dos principais desafios identificados é que pequenas e médias empresas enfrentam barreiras no acesso ao ACC/ACE, devido a restrições de crédito e exigências regulatórias, o que limita sua efetividade como solução universal para a previsibilidade de receitas. Ademais, a antecipação de receitas pode gerar custos adicionais, caso a empresa não necessite imediatamente dos recursos ou se as taxas de câmbio forem mais favoráveis no futuro. Assim, a eficiência dessas operações depende de um planejamento financeiro criterioso, que considere a volatilidade cambial e a combinação com outras estratégias de mitigação de risco, como derivativos financeiros.

Uma limitação importante deste estudo foi a ausência de dados empíricos primários, restringindo a análise a fontes secundárias e dificultando a quantificação do impacto do ACC/ACE sobre a previsibilidade de receitas. Futuras pesquisas podem preencher essa lacuna por meio de estudos de caso, entrevistas com gestores financeiros e modelagens econométricas, possibilitando uma avaliação mais robusta da relação entre esses instrumentos e a mitigação da volatilidade cambial em diferentes setores exportadores.

Além disso, a análise demonstrou que os ACC/ACE, isoladamente, não eliminam os riscos cambiais, sendo necessário que as empresas utilizem estratégias complementares para aumentar sua proteção financeira. Isso reforça a necessidade de um debate mais aprofundado sobre o custo-benefício desses instrumentos em cenários de instabilidade econômica, especialmente para setores que enfrentam ciclos longos de produção e pagamento.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para a literatura ao aprofundar a compreensão sobre a previsibilidade de receitas no comércio exterior e destacar a importância do ACC/ACE como alternativa de financiamento para exportadores. No contexto empresarial, os achados fornecem insights práticos para a tomada de decisão financeira, ressaltando a necessidade de uma avaliação criteriosa do uso desses instrumentos diante das condições de mercado e da estrutura financeira das empresas.

Diante de um cenário global dinâmico e incerto, a previsibilidade financeira é essencial para a competitividade das exportadoras. Portanto, estratégias como os ACC/ACE devem ser constantemente avaliadas e combinadas com outras soluções financeiras, garantindo maior estabilidade e crescimento sustentável no mercado internacional.

REFERENCIAS

Aabo, T., Høg, E., & Kuhn, J. (2010). Integrated foreign exchange risk management: The role of import in medium-sized manufacturing firms. *Journal of Multinational Financial Management*, 20(3), 235–250. <https://doi.org/10.1016/j.mulfin.2010.08.002>

ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais. Síntese das exportações brasileiras de rochas ornamentais e de revestimento no 1º semestre de 2024. Brasília, DF, julho de 2024.

Banco Central do Brasil. (2022a). Relatório de Economia Bancária 2022. Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf>

Banco Central do Brasil. (2022b). Resolução CMN nº 5.042, de 25 de novembro de 2022. Dispõe sobre o mercado de câmbio e estabelece diretrizes para sua operação. Recuperado em 5 de fevereiro de 2025, de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20CMN&numero=5042>

Banco Central do Brasil. (2022c). Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022. Regulamenta a Lei nº 14.286/2021 e dispõe sobre o mercado de câmbio. Recuperado em 5 de fevereiro de 2025, de <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20BCB&numero=277>

Banco Central do Brasil. (2023a). Relatório de Economia Bancária 2023. Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2023p.pdf>

Banco Central do Brasil. (2023b). Relatório de Estabilidade Financeira – Volume 22, Número 2 – Novembro 2023. Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202310/RELESTAB202310-refPub.pdf>

Banco Central do Brasil. (2024). Relatório de Estabilidade Financeira – Volume 23, Número 2 – Novembro 2024. Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202410/RELESTAB202410-refPub.pdf>

Belk, P., & Edelshain, D. (1997). Foreign exchange risk management - the paradox. *Managerial Finance*, 23(7), 5–24. <https://doi.org/10.1108/eb018632>

Bergin, P. R., Feng, L., & Lin, C.-Y. (2021). Trade and firm financing. *Journal of International Economics*, 131, 103461. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2021.103461>

Cao, E., & Yu, M. (2018). Trade credit financing and coordination for an emission-dependent supply chain. *Computers & Industrial Engineering*, 119, 50–62. <https://doi.org/10.1016/j.cie.2018.03.024>

Centrorochas. (2024). Brasil encerra 2024 com alta de 12,7% nas exportações de rochas naturais e reforça liderança global. Disponível em: <https://centrorochas.org.br>

Chang, R., & Velasco, A. (2000). Financial fragility and the exchange rate regime. *Journal of Economic Theory*, 92(1), 1–34. <https://doi.org/10.1006/jeth.1999.2621>

CPC 02. (2020). Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>

D'Mello, R., & Toscano, F. (2020). Economic policy uncertainty and short-term financing: The case of trade credit. *Journal of Corporate Finance*, 64, 101686. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2020.101686>

Hossain, A. T., Masum, A.-A., & Saadi, S. (2024). The impact of geopolitical risks on foreign exchange markets: Evidence from the Russia–Ukraine war. *Finance Research Letters*, 59, 104750. <https://doi.org/10.1016/j.frl.2023.104750>

IAS 21. (2020). The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates. International Accounting Standards Board. Disponível em: <https://www.ifrs.org>

Li, J., Lan, L., & Ouyang, Z. (2020). Credit constraints, currency depreciation and international trade. *Journal of International Money and Finance*, 104, 102175. <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2020.102175>

Love, I., Preve, L. A., & Sarria-Allende, V. (2007). Trade credit and bank credit: Evidence from recent financial crises. *Journal of Financial Economics*, 83(2), 453–469. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2005.11.002>

Mamonov, M., Parmeter, C. F., & Prokhorov, A. B. (2024). Bank cost efficiency and credit market structure under a volatile exchange rate. *Journal of Banking and Finance*, 168, 107285. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2024.107285>

Matousek, R., Panopoulou, E., & Papachristopoulou, A. (2020). Policy uncertainty and the capital shortfall of global financial firms. *Journal of Corporate Finance*, 62, 101558. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2020.101558>

Neto, A. A. (2021). Mercado Financeiro (15ª ed.). Grupo GEN. Recuperado em 5 de fevereiro de 2025, de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597028171>

Petersen, M. A., & Rajan, R. G. (1997). Trade credit: Theories and evidence. *The Review of Financial Studies*, 10(3), 661–691. <https://doi.org/10.1093/rfs/10.3.661>

Qin, J., Fu, H., Wang, Z., & Xia, L. (2021). Financing and carbon emission reduction strategies of capital-constrained manufacturers in E-commerce supply chains. *International Journal of Production Economics*, 241, 108271. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2021.108271>

SECEX. (2025). Balança Comercial Brasileira. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br>

Sindirochas. (2024). Espírito Santo registra US\$1,038 bilhão e impulsiona o crescimento nacional de rochas naturais. Disponível em: <https://www.sindirochas.com>

Yang, S. A., & Birge, J. R. (2018). Trade credit, risk sharing, and inventory financing portfolios. *Management Science*, 64(8), 3469–3970. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2017.2799>

Aderência às normas de sustentabilidade IFRS S1 e S2 e desempenho empresarial: Evidências das companhias listadas no ISE B3 em 2023.

Adherence to IFRS S1 and S2 Sustainability Standards and Business Performance: Evidence from Companies Listed on the ISE B3 in 2023.

Daniel Ferreira Monteiro, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro Maia, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Alexandra Alencar Siebra e Welynadia Rodrigues Pereira

RESUMO

As empresas estão cada vez mais empenhadas em atender às demandas de seus stakeholders, no que diz respeito à sustentabilidade e às mudanças climáticas. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o índice de aderência às normas internacionais de sustentabilidade pelas companhias listadas no ISE B3 e sua possível relação com o desempenho. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) caracterizar as empresas listadas no ISE B3; (ii) mensurar o índice de aderência das normas internacionais de sustentabilidade; e (iii) analisar o desempenho organizacional das companhias. Para atingir os objetivos, foi realizado um estudo bibliográfico sobre o ESG, sobre as normas de contabilidade internacionais (IFRS S1 e IFRS S2) e nacionais (Resolução CVM Nº 193), e também sobre artigos relacionados ao tema. A metodologia utilizada no presente estudo consiste em pesquisa de caráter documental, descritiva, mista e bibliográfica sobre o tema. Com o auxílio dos relatórios integrados de 78 empresas listadas no ISE B3, divulgados até 31 de março de 2024, foi realizada uma análise em 4 partes, sendo a primeira a caracterização da carteira do ISE B3; a segunda sendo a aderência as diretrizes de sustentabilidades atuais; e as duas últimas partes a aderência às normas IFRS S1 e IFRS S2, conforme checklist. Os resultados principais obtidos, através dessa análise, foram a construção de um perfil das empresas listadas no ISE B3; como essas empresas estão em consonância com as normas IFRS S1 e IFRS S2, e como está seu respectivo desempenho, através da análise do lucro e do indicador ROE em 2023. Conclui-se, assim, que as empresas estudadas vêm atendendo de forma gradativa às normas IFRS S1 e IFRS S2, o que contribui para uma maior transparência de informações em seus relatórios integrados.

Palavras-chave: ESG. Sustentabilidade. IFRS S1. IFRS S2. ISE.

ABSTRACT

Companies are increasingly committed to meeting the demands of their stakeholders regarding sustainability and climate change. The general objective of this study is to analyze the index of adherence to international sustainability standards by companies listed on ISE B3 and its possible relationship with performance. To this end, the following specific objectives were defined: (i) characterize the companies listed on ISE B3; (ii) measure the adherence rate to international sustainability standards; and (iii) analyze the companies' organizational performance. To achieve the objectives, a bibliographical study was carried out on ESG, on international (IFRS S1 and IFRS S2) and national (Resolução CVM No. 193) accounting standards and also on articles related to the topic. The methodology used in the present study consists of documentary, descriptive, mixed and bibliographical research on the topic. With the help of integrated reports from 78 companies listed on ISE B3, published until March 31, 2024, an analysis was carried out in 4 parts, the first being the characterization of the ISE B3 portfolio; the second being adherence to current sustainability guidelines; and the last two parts are adherence to IFRS S1 and IFRS S2 standards, according to the checklist. The main results obtained through this analysis were the construction of a profile of companies listed on ISE B3; how these companies are in line with the IFRS S1 and IFRS S2 standards, and how their respective performance is, through the analysis of profit and the ROE indicator in 2023. It is concluded, therefore, that the companies studied have been gradually complying to IFRS S1 and IFRS S2 standards, which contributes to greater transparency of information in its integrated reports.

Keywords: ESG. Sustainability. IFRS S1. IFRS S2. ISE.

I INTRODUÇÃO

O termo em inglês ESG (Environmental, Social and Governance) está muito presente no mundo corporativo atual. As empresas estão cada vez mais empenhadas a atenderem às demandas de seus stakeholders no que diz respeito à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Como pressupostos teóricos de ESG, Elkington (1998) apresentou a definição Tripple Bottom Line (Tripé de Sustentabilidade), termo precursor a ESG, que trata sobre a sustentabilidade corporativa. No ambiente empresarial, o desempenho ambiental está sendo cada vez mais considerado um fator competitivo e estratégico para as companhias (ELKINGTON, 1998).

Nos anos 2000, surgiu o termo ESG, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com o Banco Mundial, publica "Who Cares Wins". O Pacto Global da ONU, em 2004, foi o primeiro documento produzido a citar o tema. Essa iniciativa teve como objetivo aumentar a compreensão da indústria sobre os riscos e oportunidades ESG, bem como melhorar a integração de ESG na tomada de decisões de investimento (ONU, 2004).

Em 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as primeiras normas com orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade conhecidas como IFRS S1 e IFRS S2, tendo essa última como foco o clima. No mesmo ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução de nº 193, que permite, de forma voluntária, para companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras, a elaboração e divulgação de um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) e emitido pelo ISSB.

Do exposto, emerge o seguinte questionamento: Qual o índice de aderência às normas internacionais de sustentabilidade pelas companhias listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa brasileira (ISE B3), bem como sua possível correlação com o desempenho organizacional?

Neste cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar o índice de aderência às normas internacionais de sustentabilidade pelas companhias listadas no ISE B3, bem como sua possível relação com o desempenho. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: (1) caracterizar as empresas listadas no ISE B3; (2) mensurar o índice de aderência das normas internacionais de sustentabilidade; e (3) analisar o desempenho organizacional das companhias.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em pesquisa documental, descritiva, mista e bibliográfica sobre o tema. A população considerada compreende as 78 empresas listadas no ISE B3, que divulgaram relatórios de sustentabilidade ou relatos integrados de 2023 até 31 de março de 2024.

Este estudo pretende contribuir de forma gerencial com informações úteis sobre as novas normas de sustentabilidade, identificando empresas que estabelecem evidenciação contábil respectiva diferenciada. Ao identificar benchmarking entre as empresas da análise, contribui-se socialmente também com a sinalização de informações úteis para a sociedade e demais stakeholders das empresas, referente às ações em prol da sustentabilidade

2 SUPORTE TEÓRICO

2.1 Environmental, social and governance (ESG)

Na década de 1980, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou o Relatório Our Common Future ("Nosso futuro comum"), mais conhecido como Relatório de Brundtland, onde se define o conceito de "Desenvolvimento Sustentável". Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

Na década de 1990, Elkington introduziu o conceito do Triple Bottom Line, também conhecido como Tripé da Sustentabilidade. Esse tripé é composto por três pilares fundamentais: o Econômico, o Ambiental e o Social.

O tripé encontrado nas organizações globalizadas, recentemente chamado pela abreviação de ESG para resumir as práticas adotadas, substituiu o fator econômico pelo termo governança corporativa (COSTA; FERREZIN, 2021). ESG é uma sigla que representa os três principais pilares da sustentabilidade corporativa e da responsabilidade social: Ambiental (Environmental), Social (Social) e Governança (Governance).

No pilar Ambiental (Environmental), estipula-se o relacionamento da empresa com o contexto natural no qual está inserida, mensurando sua dependência dos recursos naturais e a sua preocupação com os impactos causados no meio ambiente a partir da prática de suas atividades de uma forma sustentável (REDECKER; TRINDADE, 2021).

O pilar Social (Social) engloba as questões sociais relacionadas ao impacto das atividades empresariais nas comunidades e na sociedade em geral. Isso inclui práticas de responsabilidade social corporativa, respeito aos direitos humanos, diversidade e inclusão, saúde e segurança no trabalho, relações com os fornecedores, engajamento com as partes interessadas, entre outros (DA SILVA; CARVALHO, 2024).

A Governança (Governance) está ligada às estruturas e práticas de governança corporativa adotadas pelas empresas. Isso envolve a transparência, a prestação de contas, a ética nos negócios, a independência dos conselhos, a proteção dos direitos dos acionistas, a gestão de riscos e a adoção de boas práticas de gestão (REDECKER; TRINDADE, 2021).

Anos após surgir o termo ESG, a ONU lançou a Agenda 2030 contendo 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estão interligados com os 3 pilares. Esses objetivos estão relacionados na Figura I abaixo.



Figura I – Agenda 2030: 17 ODS da ONU
Fonte: ONU (2024).

Um grupo composto por líderes de cinco organizações que estabelecem diretrizes para relatórios de sustentabilidade (Carbon Disclosure Project (CDP), Climate Disclosure Standards Board (CDSB), Global Reporting Initiative (GRI), International Integrated Reporting Council (IIRC) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB)) divulgam diretrizes para as empresas elaborarem divulgações financeiras relacionadas ao clima, de acordo com os padrões de sustentabilidade que cada uma dessas organizações adota (SILVA; FERREIRA, 2023).

Para garantir maior segurança nas informações fornecidas pelas empresas, o ISSB elaborou normas de sustentabilidade específicas para serem aderidas aos relatórios financeiros.

2.2 Normas contábeis internacionais e nacionais de sustentabilidade

O ano de 2023 marcou um avanço significativo para as normas de sustentabilidade, com a publicação das normas internacionais IFRS S1 e IFRS S2. A cronologia da evolução dessas normas de sustentabilidade, desde sua publicação até maio de 2024, presente na Resolução da CVM, que tornou o Brasil o pioneiro na aderência a essas normas, caracteriza-se pela publicação das Normas IFRS S1 e IFRS S2 em junho de 2023, seguida da Resolução da CVM nº 193, publicada em outubro de 2023, Resolução do CFC nº 1.710 em novembro de 2023, a publicação da Taxonomia das Normas (ISSB) em abril de 2024 e a Consulta Pública SNC nº 02/24 e nº 03/24.

A IFRS S1 estabelece os requisitos para a divulgação de informações sobre os riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade de uma entidade e a IFRS S2 relacionados com o clima de uma entidade (ISSB, 2023). A IFRS S2 aplica-se a riscos, físicos e transitórios, relacionados ao clima aos quais a entidade está exposta, e, também, as oportunidades relacionadas ao clima disponíveis para a entidade (ISSB, 2023). Os requisitos para atender as normas IFRS S1 e S2 (ISSB, 2023a;2023b) são divididos em 4 categorias: (1) Governança; (2) Estratégia; (3) Gerenciamento de Risco; e (4) Métricas e Meta.

Na categoria Governança, a entidade precisa monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade/ao clima. Na Estratégia visa a gestão de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade/com o clima da entidade. Na Gerenciamento de Risco engloba os processos utilizados pela entidade para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade/com o clima. E, por última, nas Métricas e Metas é relacionada ao desempenho da entidade em relação a riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade/com o clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha estabelecido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

O CFC, após duas semanas da publicação da CVM, publicou a Resolução CFC N° 1.710/2023 que dispõe sobre a adoção das Normas Brasileiras de preparação e asseguuração de Relatórios de Sustentabilidade convergidas aos padrões internacionais. Além de estabelecer que esses relatórios serão elaborados e assegurados por um profissional de Contabilidade, habilitado pelo CFC.

Em abril de 2024, o ISSB criou a Taxonomia de Divulgação de Sustentabilidade IFRS para refletir os requisitos de divulgação decorrentes das normas IFRS S1 e IFRS S2. Foi projetado para ajudar na transparência das informações financeiras, no formato digital, relacionadas à sustentabilidade para os usuários, autoridades reguladoras e entidades (ISSB, 2024).

A CVM, juntamente com o CBPS e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), publicou, em maio de 2024, dois editais de consulta pública SNC N°02/2024 referente ao Pronunciamento Técnico CBPS n° 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade, (IFRS S1) e SNC N° 03/2024, ao Pronunciamento Técnico CBPS N° 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2). Ambas as consultas públicas terão o prazo de 60 dias para recebimento de sugestões e comentários, com previsão de encerramento em julho de 2024.

2.3 Estudos empíricos anteriores

Com o propósito de identificar o estágio atual de desenvolvimento científico sobre a temática, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir da temática, tendo como base

o ENGEMA (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA), bem como repositórios científicos (ConsensusApp, Google Acadêmico e EBSCO Host). Assim, foram identificados seis estudos, publicados em 2023, que guardam harmonia com esta pesquisa.

No Brasil, Santos (2023) analisou as práticas de Governança Corporativa na empresa Natura&CO Holding S.A., identificando se há uma projeção dos requisitos gerais estabelecidos pela IFRS SI, em seus relatórios de sustentabilidade. Para tal feito, a autora utilizou de elementos qualitativos e exploratórios, além de uma pesquisa bibliográfica, para identificar os requisitos da norma IFRS SI no relatório integrado da empresa, que foram divulgados pelo site da própria empresa.

Nos EUA, Tolkach (2023) investigou como as normas IFRS SI e S2 podem impulsionar a transparência, facilitar decisões de investimento informadas e catalisar uma mudança para a prática de negócios sustentáveis no ecossistema corporativo norte americano. Para atingir tal objetivo, foram utilizados métodos mistos e dados complementares foram obtidos de literatura, relatórios institucionais e documentos de política regulatória relevantes.

No que tange as normas de sustentabilidade, Silva e Ferreira (2023) analisaram preliminarmente as cartas enviadas ao ISSB para entender quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS SI e S2). Através de abordagem exploratória, documental e qualitativa, as autoras estudam sobre o processo de desenvolvimento de normas contábeis desde sua concepção inicial, fornecendo evidências sobre as regiões que mais contribuem e as motivações que levam o Board a efetuar mudanças nas regulamentações contábeis.

E a pesquisa de Indyk (2022) determinou as implicações dos Exposure Drafts (ED) IFRS SI e S2, especialmente para os relatórios financeiros e tenta determinar se as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Varsóvia (WSE) na Polónia estão preparadas para estas mudanças. Essa análise foi realizada através de um confronto entre os rascunhos das normas IFRS SI e S2 com regulamentos legais e leves de sustentabilidade da Polónia.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo considera a pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e mista. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre ESG, a norma de sustentabilidade da ISSB (IFRS SI e S2), a Resolução da CVM de nº 193, e a análise de estudos empíricos anteriores. Esta etapa também incluiu a utilização do site Consensus e o site da ENGEMA (Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente da FEA/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo) para acessar artigos relacionados às normas IFRS SI e S2 e ao tema ESG.

Em seguida, os dados foram coletados por meio de pesquisa documental no site da ISE B3, onde estão listadas as empresas que compõem a carteira no ano de 2024. A seleção da amostra foi realizada no dia 03 de maio de 2024, totalizando 78 empresas que atendem aos requisitos estabelecidos pela própria ISE B3.

Assim, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva a fim de atender seu objetivo de caracterizar as empresas listadas no ISE B3, quanto a área de atuação, região geográfica, idade das empresas e desempenho organizacional. Quanto aos dados, esta pesquisa se classifica como mista, ao utilizar técnicas qualitativas e quantitativas. Foram realizadas análises de conteúdo dos relatórios integrados e portais de relações com investidores das empresas, identificando práticas de divulgação quanto à sustentabilidade.

O processo incluiu a segregação dos dados por setor de atuação, idade da empresa, região geográfica, e verificação da existência de relatórios integrados de sustentabilidade por parte das empresas. Além disso, foram avaliados o índice de aderência, elaborado a partir do checklist das normas IFRS S1 e S2, e o desempenho operacional das empresas durante o período analisado.

No quesito desempenho financeiro, será utilizado para análise os dados de lucro da empresa e o indicador ROE (Retorno sobre o Patrimônio), que demonstra aos investidores a estabilidade e saúde financeira de uma empresa, bem como seu potencial de crescimento a longo prazo.

Quadro 1 – Adequação às normas de sustentabilidade

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
ESTRATOS DE SUSTENTABILIDADE EM GERAL, EVIDENCIADOS NOS RELATÓRIOS INTEGRADOS	Caderno ODS
	GRI (Global Reporting Initiative)
	Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)
	Sustainability Accounting Standards Board (SASB)
	Metas ESG

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O Quadro 2 destaca os requisitos para a empresa se enquadrar na norma IFRS S1.

Quadro 2 – Adequação às normas de sustentabilidade

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
SUSTENTABILIDADE (IFRS S1)	Governança	a. os processos, controles e procedimentos de governança que a entidade utiliza para monitorizar, gerir e supervisionar riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade;
	Estratégia	b. a estratégia da entidade para gerir riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade;
	Gerenciamento de Risco	c. os processos que a entidade utiliza para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e
	Metas e Métricas	d. o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para verificar o índice de aderência à IFRS S1, foi realizada a análise de conteúdo do Relatório Integrado de cada empresa, considerando os requisitos dispostos no Quadro 2. A mensuração do índice utilizou uma escala de pontos proposta por Van Staden e Hooks (2007), onde foi pontuando de 0 a 3 (0 = Não evidenciado; 1 = Evidenciada informação qualitativa; 2 = Evidenciada informação quantitativa; e 3 = Evidenciada informação mista). Sendo assim, a pontuação das empresas poderia variar de 0 (pontuação mínima) a 12 (pontuação máxima) quanto à aderência ao IFRS S1. Cabe destacar que, primeiramente, foram realizados testes com cinco empresas para validar a categorização e pontuar a empresa de forma adequada para cada requisito. O Quadro 3 aborda os requisitos para a empresa se enquadrar na norma IFRS S2.

Quadro 3 – Requisitos do IFRS S2

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	DESCRIÇÃO
CLIMA (IFRS S2)	Governança	a. os processos, controles e procedimentos de governança que a entidade utiliza para monitorizar, gerir e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados com o clima;
	Estratégia	b. a estratégia da entidade para gerir riscos e oportunidades relacionados com o clima;
	Gerenciamento de Risco	c. os processos que a entidade utiliza para identificar, avaliar, priorizar e monitorizar riscos e oportunidades relacionados com o clima, incluindo se e como esses processos estão integrados e informam o processo global de gestão de riscos da entidade; e
	Metas e Métricas	d. o desempenho da entidade em relação aos seus riscos e oportunidades relacionados com o clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas relacionadas com o clima que tenha definido, e quaisquer metas que seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Para verificar o índice de aderência à IFRS S2, tal como o anterior, foi realizada análise de conteúdo do relatório integrado de cada empresa, considerando os requisitos dispostos no Quadro 3, pontuando semelhante ao anterior, também, foi validada previamente a categorização para cada requisito. Assim, considerando as duas normas (IFRS S1 e IFRS S2), cada empresa poderia totalizar de 0 (pontuação mínima) a 24 pontos (pontuação máxima).

Os 1.560 dados coletados das empresas, considerando os três objetivos específicos, foram tabulados utilizando o software Excel. A análise de dados, por sua vez, utilizou como técnicas principais: estatística descritiva e análise de conteúdo dos relatórios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização das empresas listadas no ISE B3

Atendendo ao primeiro objetivo específico, iniciou-se a caracterização das companhias listadas na carteira do ISE B3. O Quadro 4 descreve as companhias que fazem parte dessa carteira.

Quadro 4 – Composição da carteira ISE em 31 de março de 2024

COMPANHIAS LISTADAS NA CARTEIRA ISE B3					
AES Brasil	BTG Pactual	CTEEP	Guararapes	Mitre Realty	Sendas
Allos	C&A Modas	Cyrela	Hypera	Movida	Serena
Ambev	Camil Alimentos	Dexco	Iguatemi	MRV	Simpar
Ambipar	CCR	Diagnósticos da América	Iochpe Maxion	Natura	SLC Agrícola
Arezzo	Cemig	Ecorodovias	Irani Papel e Embalagem	Neoenergia	Suzano
Atacadão	Cia Brasileira de Alumínio	Eletrobrás	Itaú Unibanco	Porto Seguro	Telefônica
Auren	Cia Brasileira de Distribuição	Enauta	Itausa	Raia Drogasil	Tim
Azul	Cielo	Eneva	JSL	Raízen	Ultrapar
B3	Cogna Educação	Engie	Klabin	Rede D'Or	Usiminas
Banco do Brasil	Copasa	Fleury	Lojas Renner	Rumo	Vamos
Banco Pan	Copel	Gafisa	M. Dias Branco	Sanepar	Vibra
Bradesco	Cosan	Grendene	Magazine Luiza	Santander	Weg
BRF	CPFL	Grupo de Moda Soma	Minerva	Santos Brasil	Yduqs

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme observado no Quadro 4, a carteira ISE, em 31 de março de 2024, é composta por 78 empresas em diversas áreas de atuação. Essas empresas estão distribuídas nas localizações geográficas a seguir:

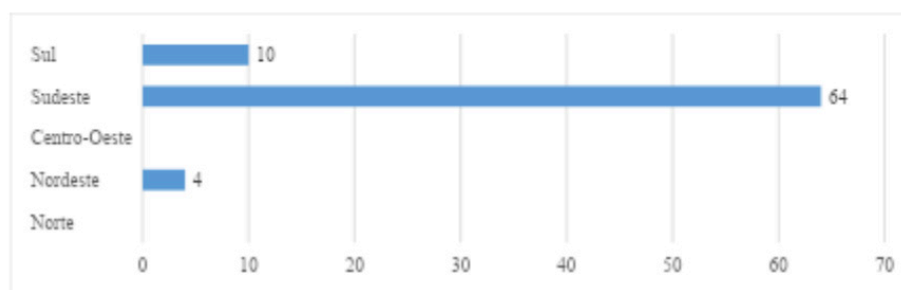


Figura 2 – Localização geográfica

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com base na localização geográfica, a maioria das empresas iniciaram suas operações na região Sudeste, representando 82,05 % do total de empresas, seguido por 12,82 % na região Sul e 5,13 % na região Nordeste. Não houveram empresas listadas no ISE B3 nas regiões Centro-Oeste e Norte.

A Figura 4, por sua vez, destaca a distribuição da amostra por setor de atuação.

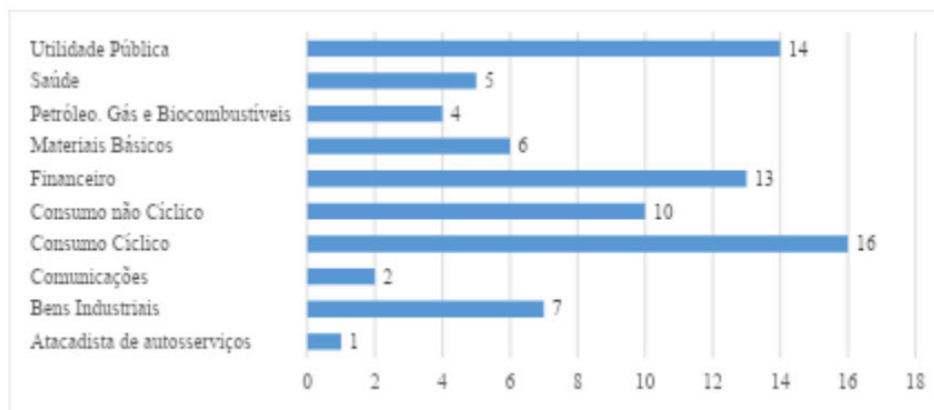


Figura 3 – Setor de atuação
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ao analisar o setor de atuação das empresas, conforme a Figura 3, nota-se que os setores mais presentes na lista do ISE B3 são empresas do setor de Consumo Cíclico com 20,51 %, Utilidade Pública com 17,95 %, e o Financeiro abriga 16,67 % das empresas, totalizando 43 empresas, ou seja, mais de 55 % da carteira. Os setores menos representativos são o de Atacadista de Autosserviços, com apenas 1,28 %, e o de Comunicações com 2,56 %.

A Figura 5 ilustra a distribuição da amostra por idade das empresas.

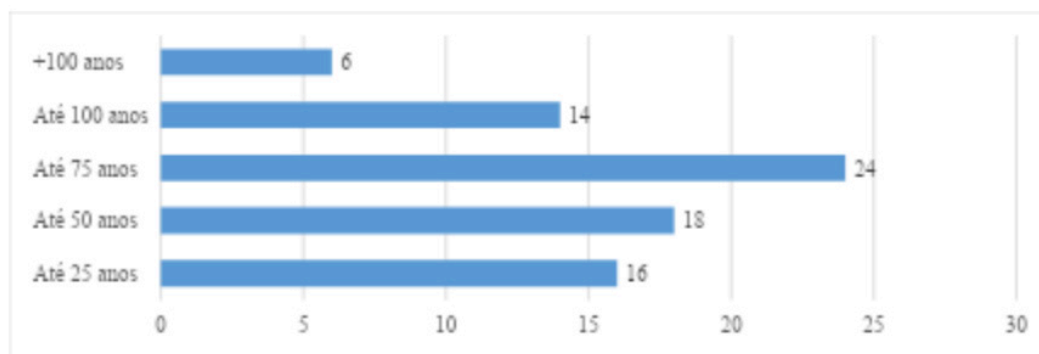


Figura 4 – Idade das empresas
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Analisando a Figura 4, pode-se observar que na lista do ISE B3, cinco grupos são classificados em cinco faixas etárias: (i) 0 a 25 anos; (ii) 26 a 50 anos; (iii) 51 a 75 anos; (iv) 76 a 100 anos; e (v) mais de 100 anos. A maioria das empresas encontra-se na faixa de 51 a 75 anos com 24 empresas, representando 30,77 % do total. Já o grupo que tem a minoria das empresas tem a idade superior a 100 anos, com 7,69 % do total.

O resultado encontrado na primeira análise encontra uma carteira concentrada na região mais desenvolvida do país, Sudeste. Além de levantar uma reflexão sobre como as empresas de outras regiões estão distantes quando se fala de sustentabilidade, do ponto

de vista do ISE B3. Outra reflexão a respeito é sobre não ter empresas da região Norte, pois é na região que se encontra a Floresta Amazônica, local mais visado no mundo quando se fala de mudanças climáticas.

Quanto aos setores de atuação dessas empresas, percebe-se que empresas de Vestuário e Construção Civil, que estão no setor de Consumo Cíclico, estão mais presentes na carteira da ISE B3, seguidos pelas empresas de Energia Elétrica e de Água e Saneamento. Um ponto de relevância são as empresas de Construção Civil estarem se adequando e com um olhar mais sustentável em suas obras para agregar mais valor ao seu produto. As empresas de energia elétrica já estão se adequando já tem algum tempo, com a inserção das energias limpas, então essas empresas estarem na carteira do ISE B3 só fortalece como as empresas estão muito ligadas a sustentabilidade.

Por meio das análises, percebe-se que empresas mais novas já nascem e amadurecem no mercado, preocupando-se mais com assuntos relacionados a sustentabilidade, enquanto as mais antigas no mercado estão mais afastadas desse tema. Cabe reflexão de como essas empresas mais antigas podem contribuir e melhorar seus processos para se adequar ao novo mercado sustentável.

4.2 Aderência às normas internacionais de sustentabilidade

Após a caracterização das empresas, procedeu-se aos procedimentos para atendimento ao segundo objetivo específico, a partir da análise dos relatórios integrados, a fim de mensurar o índice de aderência das normas internacionais de sustentabilidade.

Para a primeira análise da aderência às normas internacionais de sustentabilidade, a Figura 6 apresenta a evidenciação das companhias quanto aos estratos de sustentabilidade em geral mencionados em seus relatórios integrados: Caderno ODS; GRI (Global Reporting Initiative); SASB (Sustainability Accounting Standards Board); e TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures).

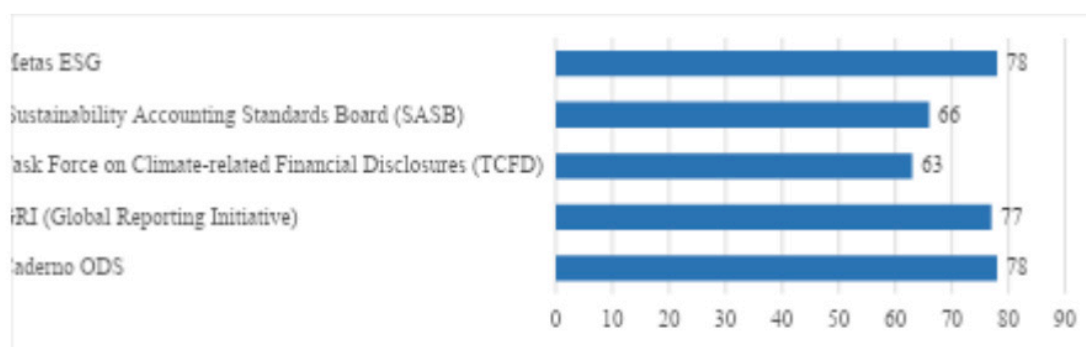


Figura 5 – Estratos de sustentabilidade em geral: ODS, GRI, TCFD, SASB e Metas ESG
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme pode ser observado na Figura 6, todas as 78 empresas da carteira ISE B3 (100%) incluem o Caderno de ODS e Metas de ESG em seus relatórios integrados. No entanto, apenas 98,72 % apresentam um sumário da GRI; 84,62 % incluem informações do SASB; e somente 80,77 % mencionam o TCDF em seus relatórios. Analisando empresa a empresa, notou-se que apenas 56 das 78 empresas listadas no ISE B3 se adequaram às normas de sustentabilidade vigente.

Após a primeira análise realizada, verificou-se a aderência às normas IFRS S1 e IFRS S2 seguindo os critérios estabelecidos na metodologia, conforme cada subcategoria de análise.

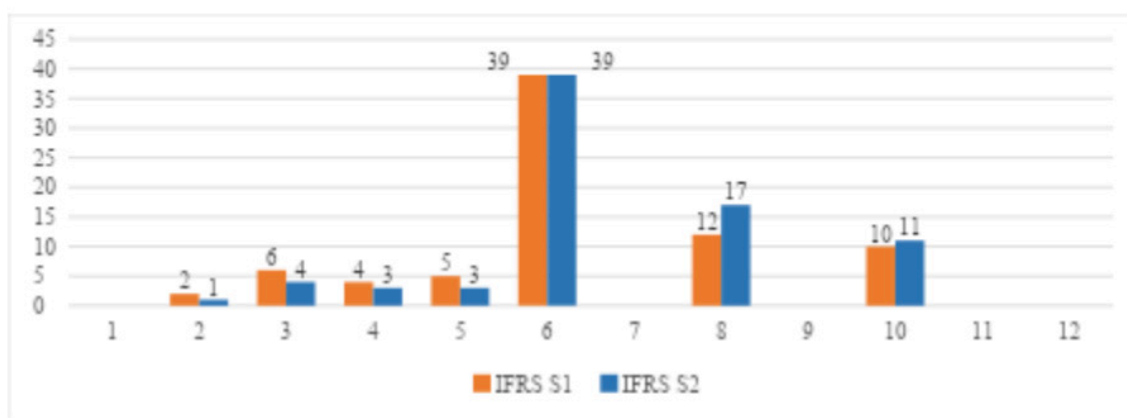


Figura 6 – Aderência às normas IFRS S1 e IFRS S2
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Após a análise dos relatórios integrados, foram somadas as pontuações de cada categoria. Nota-se que 50 % das empresas pontuaram em 6 pontos em ambas as normas, IFRS S1 e IFRS S2. No caso dessas empresas, nem todas as evidências foram mistas, tendo apenas um critério sendo avaliado como mista e os demais com pontuações diversas.

Aproximadamente 22 % das empresas apresentaram pontuação inferior a 6 pontos relacionados a norma IFRS S1 e 14 % relacionados a norma IFRS S2. As empresas inferiores a 6 pontos não evidenciaram todos os requisitos ou não deixaram de forma clara em seus relatórios alguns pontos abordados nas normas.

As demais empresas apresentaram mais evidências mistas, o que eleva mais a pontuação da categoria, em seus relatórios, por isso teve uma pontuação maior que 6 pontos. Nenhuma empresa apresentou a pontuação máxima (12), devido a não conter evidências mistas (quantitativa e qualitativa) em todas as categorias das normas.

O Quadro 5 mostra o ranking das empresas com as maiores pontuação, conforme evidências encontradas na análise documental, conforme a aderência às normas IFRS S1 e IFRS S2.

Quadro 5 – Ranking das Empresas com as maiores pontuação

EMPRESA	IFRS S1		EMPRESA	IFRS S2	
	PONTUAÇÃO	RANKING		PONTUAÇÃO	RANKING
AES Brasil	10	1	AES Brasil	10	1
Allos	10	2	Allos	10	2
Ambev	10	3	Ambev	10	3
Azul	10	4	Arezzo	10	4
B3	10	5	Azul	10	5
Banco do Brasil	10	6	B3	10	6
Bradesco	10	7	Banco do Brasil	10	7
BRF	10	8	Bradesco	10	8
BTG Pactual	10	9	BRF	10	9
Cia Brasileira de Alumínio	10	10	BTG Pactual	10	10
Camil Alimentos	8	11	Cia Brasileira de Alumínio	10	11
Copel	8	12	Auren	8	12
Cosan	8	13	Camil Alimentos	8	13
CPFL	8	14	Copel	8	14
Hypera	8	15	Cosan	8	15

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Essa análise corrobora os estudos de Tolkach (2023) ao evidenciar a transparência dos relatórios integrados das empresas, nos quais constam evidências das normas IFRS SI e S2. Todos os relatórios integrados analisados são assegurados por auditorias, conforme Araujo (2023), o que confere veracidade às informações encontradas. Assim como o estudo de Indyk (2022), o presente trabalho analisou a Bolsa de Valores do Brasil, tendo como amostragem as empresas do Índice de Sustentabilidade, verificando se as empresas estão se adequando as normas de sustentabilidade IFRS SI e IFRS S2.

Os relatórios que seguem as diretrizes GRI já apresentam alguns requisitos das normas IFRS SI e IFRS S2 de forma clara, através do sumário GRI e apresentam o Caderno de ODS. Outra observação é que os relatórios das empresas que seguem as diretrizes TCFD estão mais propensas a se adequarem melhor a norma IFRS S2, pois na própria diretriz já existem as categorias Governança, Estratégia, Gerenciamento de Risco e Métricas e Metas voltadas para o clima.

Vale salientar que no Relatório Integrado das empresas BTG PACTUAL e da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que foram divulgados para o ano de 2023, já fazem menção às normas IFRS SI e IFRS S2. No relatório da BTG PACTUAL afirma que se aplica no relatório determinadas divulgações dos requisitos e que visa se adequar gradativamente ao prazo de 2026, reforçando a transparência da empresa (BTG PACTUAL, 2024). No relatório da CBA, a empresa afirma que está se preparando para a adesão integral às normas IFRS SI e S2, conforme resolução I93/2023 da CVM (CBA, 2024).

4.3 Desempenho organizacional das empresas

Atendendo ao terceiro objetivo específico, analisou-se o desempenho organizacional das companhias, a partir do Lucro Líquido e o indicador de Retorno sobre o Patrimônio (ROE). Analisando a Figura 8, pode-se observar que aproximadamente 50 % das empresas apresentaram um lucro acima de R\$ 600 milhões no ano de 2023. Por outro lado, 21 % das empresas não obtiveram lucro em seus resultados.

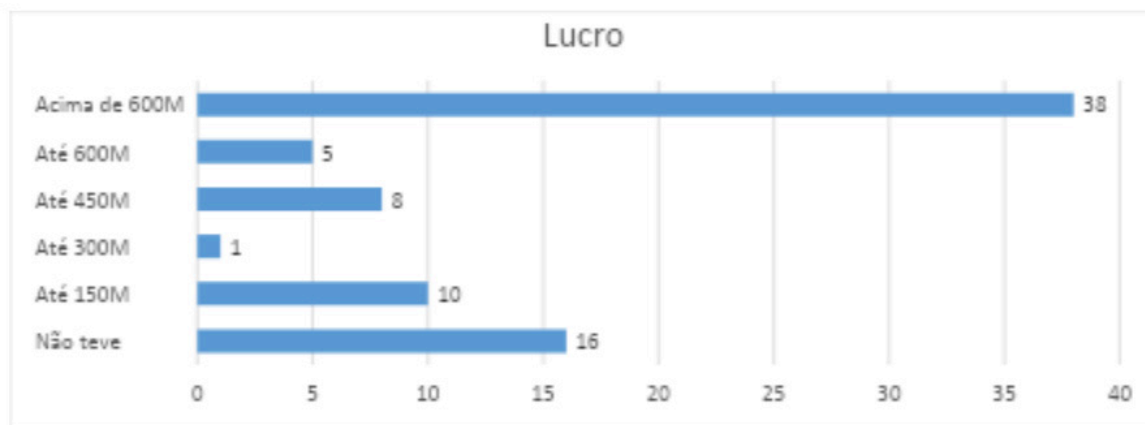


Figura 7 – Desempenho organizacional: lucro líquido em 2023
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme a Figura 9, 71,79 % das empresas em 2023 apresentaram índice de retorno sobre patrimônio líquido na faixa de 0 até 0,25. Por outro lado, 9 % das empresas apresentam um índice maior que 0,25 e quase 20 % das empresas não apresentaram um retorno de patrimônio para seus investidores.

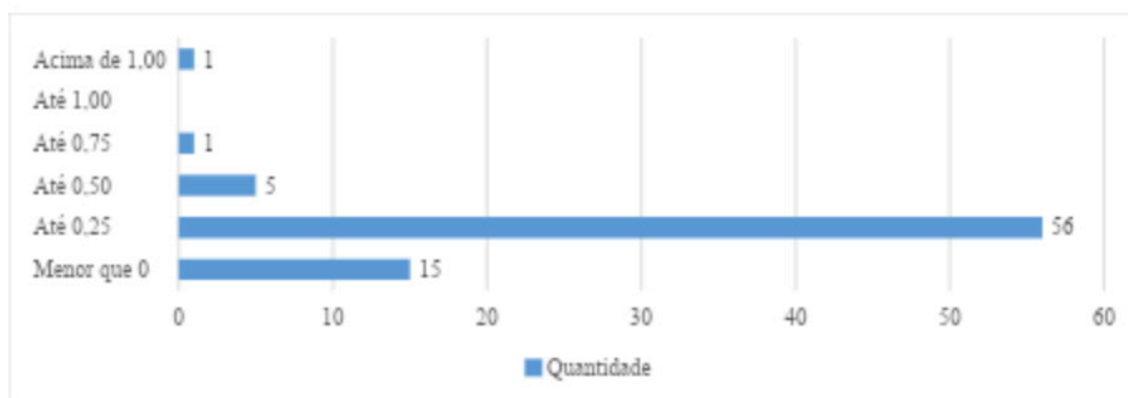


Figura 7 – Desempenho organizacional: ROE em 2023
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O desempenho das empresas listadas no ISE B3 se mostra bastante vantajoso para investidores, quando se analisado do ponto de vista apenas do indicador ROE. Mais de 80 % das empresas apresentam um bom desempenho e apresentaram lucro no último período apresentado.

Vale ressaltar que 21 das 38 empresas que tiveram lucro acima de R\$ 600 milhões se encaixam nos setores de atuação (Consumo Cíclico, Utilidade Pública e Financeiro) que estão mais presentes na carteira de empresas do ISE B3. E vinte destas empresas tendo um indicador ROE até 0,25, como a maioria das empresas analisadas.

5 CONCLUSÃO

Este estudo atingiu o objetivo de analisar o índice de aderência às normas internacionais de sustentabilidade pelas companhias listadas no ISE B3 e sua possível relação com o desempenho.

Se fosse traçado um perfil de empresa que está listada na ISE B3, com base na estatística descritiva, o perfil seria uma empresa localizada no Sudeste, atuando no setor de Consumo Cíclico e com uma faixa etária entre 51 e 75 anos. Esse perfil só pode ser traçado devido ao número apresentado nos resultados, que indicam que a maioria das empresas estão concentradas na região sudeste do país, com 82,05 % atuando no setor de Consumo Cíclico (20,51 %) e com uma faixa etária entre 51 e 75 anos (30,77 %).

Ao caracterizar as empresas, o presente artigo contribui socialmente para a transparência das informações, o que aumenta a confiança dos investidores e do público em geral em relação às empresas. Essa transparência pode promover maior engajamento e apoio à importância da sustentabilidade nas operações corporativas. Gerencialmente, o artigo promove o benchmarking, permitindo a comparação das práticas sustentáveis e desempenho entre as empresas. Além disso, fornece informações importantes para ajudar a alinhar as metas corporativas com as práticas de sustentabilidade.

Quanto à aderência as normas, as empresas listadas na ISE B3 já seguem algumas diretrizes de sustentabilidades destacadas em seus relatórios integrados, como SASB, GRI e TCFD e, também, já indicam suas metas relacionadas a ESG. Além dessas diretrizes, fica claro em seus relatórios quais são as ODS que essas empresas estão empenhadas a se destacar. Quando se fala das normas IFRS S1 e IFRS S2, as empresas já apresentam uma certa aderência, devido a semelhança de algumas diretrizes com as normas, pode ser citada, como exemplo, a semelhança da diretriz de TCFD com a norma IFRS S2.

Ao mensurar o índice de aderência às normas internacionais de sustentabilidade, este artigo fornece uma contribuição gerencial importante, permitindo que as empresas verifiquem sua conformidade com os padrões globais. Socialmente, a conformidade com essas normas evidencia o compromisso das empresas com a sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento sustentável através de práticas empresariais que respeitam os limites ambientais e sociais. Ademais, isso aumenta a credibilidade das empresas junto aos investidores e ao público em geral, fortalecendo a confiança no mercado.

O desempenho das empresas listadas no ISE B3, considerando apenas a perspectiva de lucro e o indicador ROE, revelou-se bastante positivo na análise realizada. É importante destacar que o ROE foi analisado isoladamente, sem considerar outros indicadores que ajudam aos investidores e que não estão presente neste estudo.

Ao analisar o desempenho organizacional das companhias, o artigo pode contribuir gerencialmente fornecendo dados importantes para a tomada de decisões estratégicas. Socialmente, ao destacar as empresas com bom desempenho organizacional, demonstram que essas empresas podem contribuir com a economia local. Isso se dá pela implementação de melhores práticas, que incluem a criação de empregos e o estímulo ao crescimento econômico, trazendo, assim, benefícios às comunidades onde operam.

Por fim, entende-se que o presente estudo atendeu a seu questionamento central, com a aderência dos relatórios integrados das empresas em relação as normas contábeis de sustentabilidade IFRS S1 e IFRS S2, através da mensuração de um índice de aderência, conforme as evidências encontradas. Vale ressaltar o quanto a aderência das empresas é importante para apresentar um relatório integrado com mais transparência para a sociedade.

Embora este estudo tenha atendido seus objetivos, algumas limitações devem ser reconhecidas. Primeiramente, a análise foi limitada a um conjunto específico de normas (IFRS S1 e IFRS S2) e não considerou a totalidade dos indicadores de desempenho que poderiam fornecer uma visão mais holística da sustentabilidade corporativa. Além disso, a pesquisa focou exclusivamente nas empresas do ISE B3, o que pode não refletir a realidade de outras empresas ou setores que não estão incluídos nesse índice. A análise do desempenho organizacional, por sua vez, baseou-se principalmente no lucro e no ROE, deixando de lado outros indicadores financeiros e não financeiros que também são relevantes para uma avaliação completa da performance corporativa.

Importante salientar que este estudo oferece contribuições significativas ao delinear um perfil detalhado das empresas listadas no ISE B3 e ao destacar a aderência parcial às normas de sustentabilidade, fornecendo uma base para futuras pesquisas. Essas futuras investigações poderiam expandir a análise para incluir outras empresas e índices, como o Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3), para uma compreensão mais abrangente da aplicação das normas IFRS S2, especialmente no contexto das metas ESG e das diretrizes TCFD.

REFERÊNCIAS

ANNANDY, R.; PEREIRA, D.; SILVA. Normas internacionais de sustentabilidade (IFRS S1 & S2): análise preliminar das cartas de comentários enviadas ao IASB. In: Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente (ENGEMA), São Paulo: USP, p. I-I5, 2023. Disponível em: <<https://engemausp.submissao.com.br/25/anais/arquivos/602.pdf?v=1714949597>>. Acesso em: 05 maio 2024.

B3. ISE. 2024. Disponível em: <<https://iseb3.com.br/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

BRUNDTLAND, G. H.; KHALID, M.; AGNELLI, S.; AL-ATHEL, S. A.; CHIDZERO, B.; FADIKA, L.M.; HAUFF, V.; LANG, I.; MA, S.; BOTERO, M. M.; SINGH, N.; NOGUEIRA, NETO. P. Our common future: by world commission on environment and development. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000764409>>. Acesso em: 05 maio 2024.

COSTA, E.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. Revista Alterjor, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.

CFC. Resolução CFC n.º 1.710, de 25 de outubro de 2023. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfc-n-1.710-de-25-de-outubro-de-2023-520669405>>. Acesso em: 25 maio 2024.

CVM. Edital de Consulta Pública n.º 02/2024. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/audiencias_publicas/ap_snc/2024/snc0224.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

CVM. Edital de Consulta Pública n.º 03/2024. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/audiencias_publicas/ap_snc/2024/snc0324.html>. Acesso em: 25 maio 2024.

CVM. Resolução Normativa n.º 193/2023. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resoll93.html>>. Acesso em: 05 maio 2024.

DA SILVA, A. C.; CARVALHO, F. de M. Relação entre práticas ESG e desempenho empresarial: uma revisão sistemática da literatura. Revista de Gestão e Secretariado, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1425-1456, 2024. Disponível em: <<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3430>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. Environmental Quality Management, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 37-51, 1998.

GAVIRIA, D. A. G.; MARTÍNEZ, E. M. C.; POLO, O. C. C.; ARCILA, J. O. S. Accounting mechanism to measure the environmental impact of industries in the Aburrá valley and its application of the general disclosure requirements related to financial information on sustainability (IFRS SI) and climate-related disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestão Social e Ambiental*, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 3639, 2023.

ISSBa. IFRS SI general requirements for disclosure of sustainability-related financial information. 2023. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-si-general-requirements.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards-issb/english/2023/issued/issbsl/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

ISSBb. IFRS S2 climate-related disclosures. 2023. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures/>>. Acesso em: 05 maio 2024.

ISSB. IFRS sustainability disclosure taxonomy. 2024. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2024/ifrs-sustainability-disclosure-taxonomy/#final-stage>>. Acesso em: 25 maio 2024.

INDYK, M. Are the companies prepared for sustainability reporting under the ED IFRS SI and S2? Evidence from Poland. *Business Source Elite*, [s. l.], 2022.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. *Cadernos EBAPE.BR*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 1–4, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395186096>>. Acesso em: 25 maio 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

OLIVEIRA, L. R. de; MEDEIROS, R. M.; TERRA, P. de B.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. *Production*, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 70–82, 2011.

PLATAFORMA AGENDA 2030. Conheça a Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

REDECKER, A. C.; TRINDADE, L. M. Práticas de ESG em sociedades anônimas de capital aberto: um diálogo entre a função social instituída pela Lei 6.404/76 e a geração de valor. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, [s. l.], v. 2, n. 7, p. 59–125, 2021.

ROSATI, F.; FARIA, L. G. D. Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 588–597, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/csr.1705>>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANTOS, S. C. A. dos. Práticas de governança corporativa na empresa Natura&CO Holdings S.A: Um estudo sobre a aplicação do IFRS SI em seus relatórios de sustentabilidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, [s. l.], v. 19, n. 48, p. 37-49, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772008000300004>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

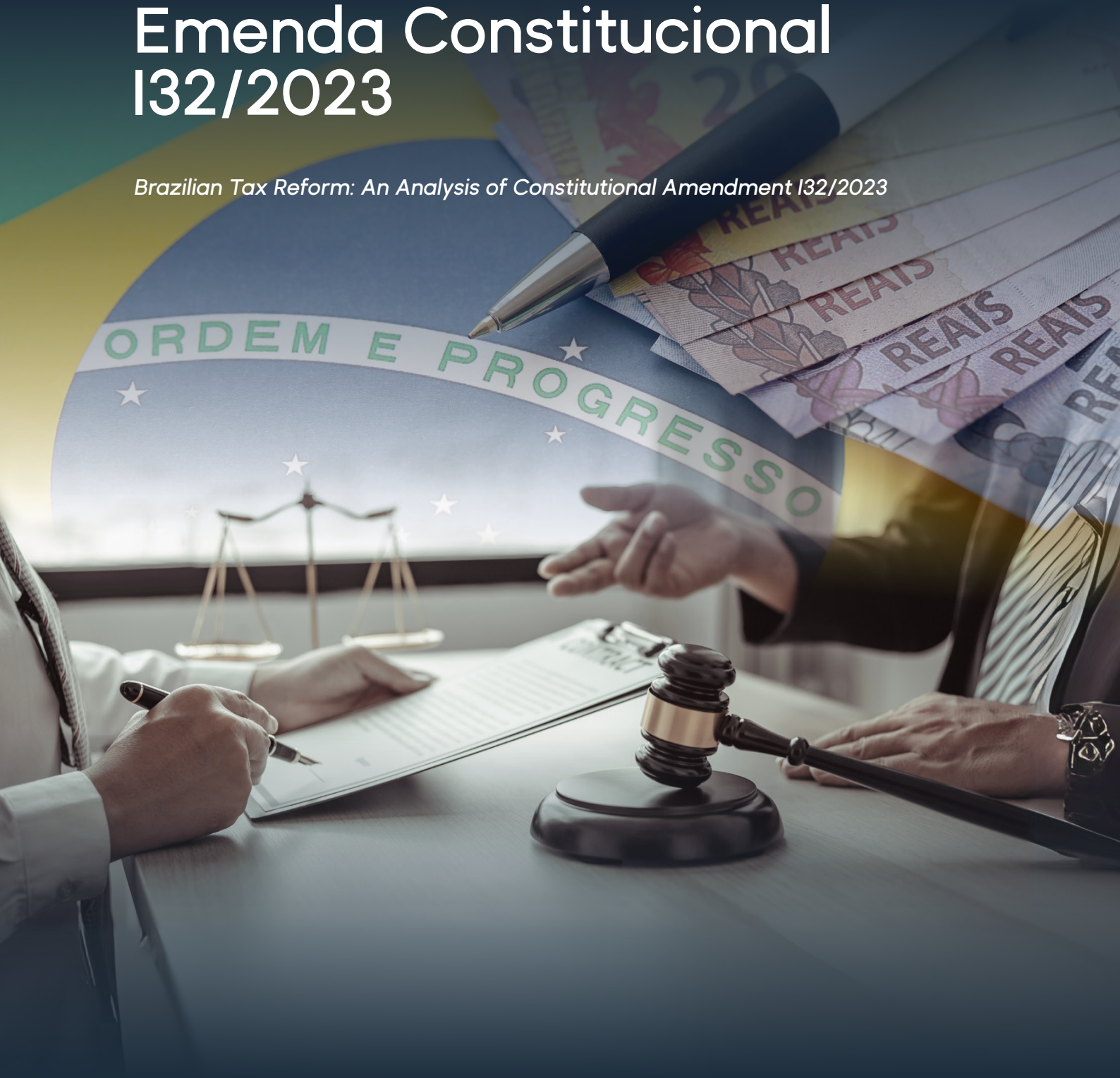
TOLKACH, V. The importance of international financial reporting standards (IFRS) and the new sustainability reporting standards, IFRS S1 and IFRS S2, in sustainable business development in the US. *Věda a perspektivy*, [s. l.], n. 7, v. 26, 2023. Disponível em: <[https://doi.org/10.52058/2695-1592-2023-7\(26\)-282-290](https://doi.org/10.52058/2695-1592-2023-7(26)-282-290)>. Acesso em: 26 mar. 2024.

VAN STADEN, C. J.; HOOKS, J. A comprehensive comparison of corporate environmental reporting and responsiveness. *The British Accounting Review*, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 197-210, 2007.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, [s. l.], n. 32, p. 97-180, 2001.

Reforma Tributária Brasileira: Uma Análise da Emenda Constitucional 132/2023

Brazilian Tax Reform: An Analysis of Constitutional Amendment 132/2023



Fellipe Matos Guerra

RESUMO

A Emenda Constitucional 132/2023 promoveu significativa reforma no sistema tributário brasileiro, cujas alterações estruturais são objeto de análise neste artigo. O estudo fundamenta-se em pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, baseando suas evidências e reflexões na análise documental. A reforma tributária estabelece quatro eixos principais de mudança. O primeiro consiste na implementação do IVA Dual, que substitui cinco tributos sobre consumo - IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS - por dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), compartilhado entre estados, municípios e Distrito Federal. O segundo eixo fortalece o princípio da não cumulatividade, aprimorando o aproveitamento de créditos tributários. O terceiro aspecto contempla a criação do Comitê Gestor do IBS, órgão responsável pela centralização administrativa do IBS. Por fim, a reforma inova na tributação patrimonial ao estender a incidência do IPVA, estabelecer novas diretrizes para o ITCMD e instituir o sistema de cashback tributário.

Palavras-chave: Reforma Tributária; IVA Dual; Sistema Tributário Brasileiro; Federalismo Fiscal; Emenda Constitucional 132/2023; Não-cumulatividade; Comitê Gestor.

ABSTRACT

Constitutional Amendment 132/2023 promoted significant reform in the Brazilian tax system, whose structural changes are the subject of analysis in this article. The study is based on descriptive research with a qualitative approach, basing its evidence and reflections on documentary analysis. The tax reform establishes four main axes of change. The first consists of the implementation of Dual VAT, which replaces five taxes on consumption - IPI, ICMS, ISS, PIS and COFINS - with two new taxes: the Contribution on Goods and Services (CBS), under federal jurisdiction, and the Tax on Goods and Services (IBS), shared between states, municipalities and the Federal District. The second axis strengthens the principle of non-cumulativeness, improving the use of tax credits. The third aspect contemplates the creation of the IBS Management Committee, the body responsible for the administrative centralization of IBS. Finally, the reform innovates in property taxation by extending the incidence of IPVA, establishing new guidelines for the ITCMD and establishing the tax cashback system.

Keywords: Tax Reform; Dual VAT; Brazilian Tax System; Fiscal Federalism; Constitutional Amendment 132/2023; Non-cumulativity; Management Committee.

I INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro tem enfrentado desafios históricos que comprometem o desenvolvimento econômico e social do país. A complexidade excessiva da legislação tributária, caracterizada por uma multiplicidade de tributos e obrigações acessórias, tem gerado custos significativos tanto para os contribuintes quanto para a administração pública. Esta situação é agravada pela sobreposição de competências entre entes federativos e pela fragmentação normativa que caracteriza o atual sistema.

Ademais, de acordo com o Banco Mundial, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking global de tempo dedicado ao cumprimento de obrigações fiscais acessórias. Uma empresa de médio porte despende 2.600 horas anuais para atender às exigências tributárias - mais que o triplo do tempo registrado pelo segundo país colocado. Esta complexidade da estrutura tributária brasileira resulta em significativo aumento nos custos operacionais das transações(Appy, 2015). A Tabela I apresenta o tempo dispendido com obrigações tributárias acessórias.

Tabela I. *Tempo despendido com obrigações tributárias acessórias*
Fonte: Banco Mundial

País	Horas/ano	País	Horas/ano
Brasil	2.600	Índia	243
Bolívia	1.025	Colômbia	239
Venezuela	792	Alemanha	218
Argentina	405	EUA	175
México	334	Rússia	168
Japão	330	França	137
Chile	291	Reino Unido	110
China	261	Suíça	63

A partir deste reconhecimento da quantidade de horas dedicadas com as obrigações tributárias é possível apontar para um cenário não tão positivo. Appy (2015) aponta que a complexidade e a incerteza acerca das regras pertinentes geram um alto nível de insegurança jurídica para os contribuintes, impactando tanto indivíduos quanto entidades jurídicas. Este contexto favorece um ambiente fiscal volátil, onde a interpretação dúbia da lei pode resultar em diferentes interpretações entre os participantes.

Esse cenário de complexidade tributária (Silva et al., 2020) e relacionado a sonegação fiscal (Appy, 2015) tem gerado reflexões técnico-teóricas (Orair& Gobetti, 2018; Souza, 2018; Mendes, 2022; Guerra & Guerra, 2023) e empíricas (Guerra& Moraes, 2024).

Orair e Gobetti (2018) orientam que debate sobre a reforma fiscal no Brasil apresenta duas alternativas principais: uma reforma estrutural profunda, embora de implementação complexa, ou uma transformação gradual, conhecida como "reforma em partes". Ambas as abordagens se fundamentam em princípios orientadores que visam contribuir para o aperfeiçoamento do sistema tributário (Orair & Gobetti, 2018).

Segundo Souza (2018), que analisou criticamente o Sistema Tributário Nacional, propondo mudanças estruturais e simplificação do sistema, o Brasil mantém uma carga tributária equiparável à de países desenvolvidos, apesar das distintas realidades socioeconômicas.

Mendes e Cursino (2022) buscaram compreender como a Reforma Tributária contribui para o crescimento econômico do país. A discussão aponta que a reforma tributária, baseada nas PECs 45/2019 e 110/2019, buscava solucionar algumas das principais falhas do sistema tributário brasileiro, promovendo uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos.

Guerra e Guerra (2023) analisaram as principais propostas de reforma tributária (PECs 45/19, 110/19 e 46/22). A PEC 45/2019 propunha a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), unificando cinco tributos sobre consumo. A PEC 110/2019 sugeria, além da unificação dos tributos sobre consumo, a instituição de um imposto seletivo para produtos específicos. Já a PEC 46/2022 previa a nacionalização do ICMS e do ISS em tributos unificados.

Guerra e Moraes (2024) discutem os reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023, no contexto brasileiro, nas atividades cotidianas dos profissionais da contabilidade. A pesquisa é quantitativa e aponta que a reforma tributária pode gerar impactos contábeis, na carga tributária das empresas, exigirá dos profissionais um preparo relacionado ao planejamento tributário e ainda o processo de educação continuada será presente cada vez mais na rotina das pessoas e das instituições que prestam serviços relacionados a gestão tributária.

A promulgação da Emenda Constitucional n.º 132/2023, em dezembro de 2023, marcou um avanço histórico na reforma tributária brasileira ao promover uma reformulação abrangente do sistema tributário nacional. Esta reforma constitui a mais expressiva modificação na estrutura tributária desde a Constituição de 1988, priorizando a simplificação e modernização da tributação sobre o consumo.

Três problemas fundamentais do sistema vigente evidenciam a necessidade desta reforma. O primeiro é a complexidade normativa e operacional, manifestada na coexistência de múltiplos tributos sobre o consumo (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS), cada qual com legislação e sistemática de apuração próprias. O segundo refere-se à elevada carga tributária, que

compromete a competitividade das empresas brasileiras e sobrecarrega os contribuintes. O terceiro problema reside na regressividade do sistema, que afeta desproporcionalmente as camadas mais vulneráveis da população.

Com isso, cria-se um cenário para discussões que permeiam as questões relacionadas a complexidade tributária e sonegação. Nesta direção, o presente estudo se propõe a analisar criticamente as mudanças introduzidas pela reforma tributária, por meio da Emenda Constitucional 132/2023, avaliando sua capacidade de endereçar estes problemas estruturais e suas implicações para o federalismo fiscal brasileiro.

A relevância teórica desta pesquisa reside em sua contribuição para o avanço do conhecimento na área tributária. Conforme apontam Cabral et al. (2024), a literatura especializada ainda carece de fundamentação científica consolidada sobre o tema. Guerra & Guerra (2023) reforçam a necessidade crucial de novos estudos que ampliem a compreensão sobre os efeitos e desafios da reforma tributária no contexto brasileiro.

Esta pesquisa constitui um guia técnico sobre a reforma tributária, destinado à atualização profissional de tributaristas, contadores e advogados. Conforme Guerra e Moraes (2024), a educação continuada é essencial para a adaptação às mudanças tributárias, sendo este estudo um instrumento para compreensão e implementação das novas diretrizes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Reforma Tributária

O sistema tributário nacional, historicamente caracterizado por sua complexidade e fragmentação, tem suas raízes em um modelo de federalismo fiscal que privilegiou a autonomia dos entes federativos em detrimento da eficiência econômica e da simplicidade administrativa. Assim, desde as discussões da Constituição Brasileira de 1988 existem debates a respeito da reforma tributária.

Nesta direção, a Reforma Tributária consiste em mudanças estruturais no sistema fiscal brasileiro, modificando normas, extinguindo tributos, alterando alíquotas e bases de incidência. Seu objetivo é tornar o sistema mais eficiente, simples, justo e alinhado às necessidades econômicas e sociais do país. Para tal, a análise da reforma brasileira requer uma compreensão aprofundada dos princípios e conceitos que fundamentam as alterações propostas (Guerra & Moraes, 2024).

Após a crise financeira de 2018, observou-se um grande interesse em impulsionar uma reforma fiscal nos países em desenvolvimento, assunto que chegou a ser incluído na agenda da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse contexto, a OCDE (2016; 2017) apresenta os incentivos que impulsionam a agenda de uma reforma fiscal, conforme apresentado no Quadro I (Guerra & Moraes, 2024).

QUADRO I –Reforma Tributária em Países em Desenvolvimento

1	Maior ênfase passou a ser dedicada à recuperação do crescimento, predominando medidas de redução dos tributos sobre a renda do trabalho e sobre o lucro das empresas, com os objetivos explícitos de prover estímulos ao consumo e aos investimentos.
2	A tendência à redução de alíquotas sobre o lucro das empresas, que havia desacelerado logo após a crise de 2008, revigorou-se novamente. A maioria das reformas prevê reduções de alíquotas, mas em compensação promove medidas de ampliação da base tributável.
3	Na tributação sobre a renda do trabalho, um número significativo de reformas tem foco na redução dos tributos sobre os contribuintes de baixa renda, que reflete tanto a preocupação em estimular o consumo quanto minorar desigualdades sociais.
4	Mantém-se a tendência de incrementos na tributação sobre a renda dos mais ricos diante do renovado foco sobre o papel da tributação em promover justiça fiscal, com vários países ampliando alíquotas e eliminando benefícios tributários sobre dividendos e outras fontes de renda do capital no nível do acionista, entre outras medidas, promovendo-se, assim, uma revisão do tratamento tributário diferencial entre renda do trabalho e do capital e uma ampliação da tributação no topo da distribuição de renda.
5	As reduções dos tributos sobre a renda do trabalho e o lucro das empresas também têm sido parcialmente compensadas por aumentos nos tributos sobre consumo (IVA) e nos tributos relacionados ao meio ambiente.
6	A tendência de ampliação das alíquotas do IVA, bastante evidente desde o período pós-crise, arrefeceu no período mais recente. O foco passou a ser em uniformizar a base tributável, ampliá-la para lidar com a economia digital e reduzir o escopo de alíquotas reduzidas para determinados bens e serviços.
7	No caso dos tributos relacionados ao meio ambiente, as reformas ainda são tímidas e muito limitadas a ajustes em tributos sobre uso da energia e automóveis.
8	Tem ocorrido apenas um reduzido número de reformas nos tributos sobre a propriedade, sugerindo que o potencial para levantar receitas de maneira mais eficiente por meio de tributos sobre a propriedade, especialmente no caso da propriedade residencial, não tem sido integralmente explorado.

Fonte: Guerra e Moraes (2024, p. 28) Elaborado com base em Orair e Gobetti (2018, p. 220-221).

Guerra e Moraes (2024) identificam duas forças opostas nos processos de reforma tributária em países em desenvolvimento. A primeira caracteriza-se pela necessidade de redução da tributação sobre folha de pagamento e o aumento da cobrança sobre lucros empresariais, motivada por fatores estruturais e conjunturais, como integração econômica e retomada do crescimento. A segunda manifesta-se pelo aumento da tributação sobre bens, serviços e mais recentemente, dos tributos ambientais. Esta dualidade evidencia que a reforma fiscal em países em desenvolvimento representa um desafio complexo tanto para o governo quanto para os contribuintes.

Harzheim (2024) analisa um debate central sobre a reforma tributária brasileira. A complexa estrutura fiscal do país, que engloba tributos sobre renda, valor agregado e patrimônio. Esta complexidade aumenta os custos com compliance fiscal tanto para contribuintes quanto para o governo, agravando as desigualdades tributárias. A Reforma Tributária (EC 132/23) busca corrigir estas distorções, especialmente na tributação do consumo.

2.2 Emenda Constitucional 132/2023

De acordo com Albano (2024), a Emenda Constitucional nº 132/2023, derivada da PEC nº 45-A/2019, promove uma profunda reestruturação do Sistema Tributário Nacional. A reforma visa simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, tornando-o mais transparente e eficiente. Estas mudanças buscam reduzir a burocracia e o peso da carga tributária, favorecendo o desenvolvimento industrial e empresarial do país, com benefícios para toda a sociedade.

O princípio da não-cumulatividade plena emerge como elemento central da reforma tributária, aperfeiçoando a tributação sobre o consumo. Anteriormente aplicado de forma limitada ao ICMS e PIS/COFINS, este princípio amplia-se com a adoção do IVA dual. Segundo Harzheim (2024) e Guerra & Moraes (2024), a não-cumulatividade elimina a tributação em cascata ao permitir que o contribuinte abata, em cada etapa da cadeia produtiva, o tributo pago na fase anterior.

A regressividade tributária, aspecto crítico abordado pela reforma, vincula-se ao princípio da capacidade contributiva. O sistema vigente, fundamentado na tributação sobre o consumo, onera desproporcionalmente as camadas mais vulneráveis da população. O mecanismo de cashback surge como instrumento para amenizar esta distorção, introduzindo elementos de progressividade ao sistema tributário.

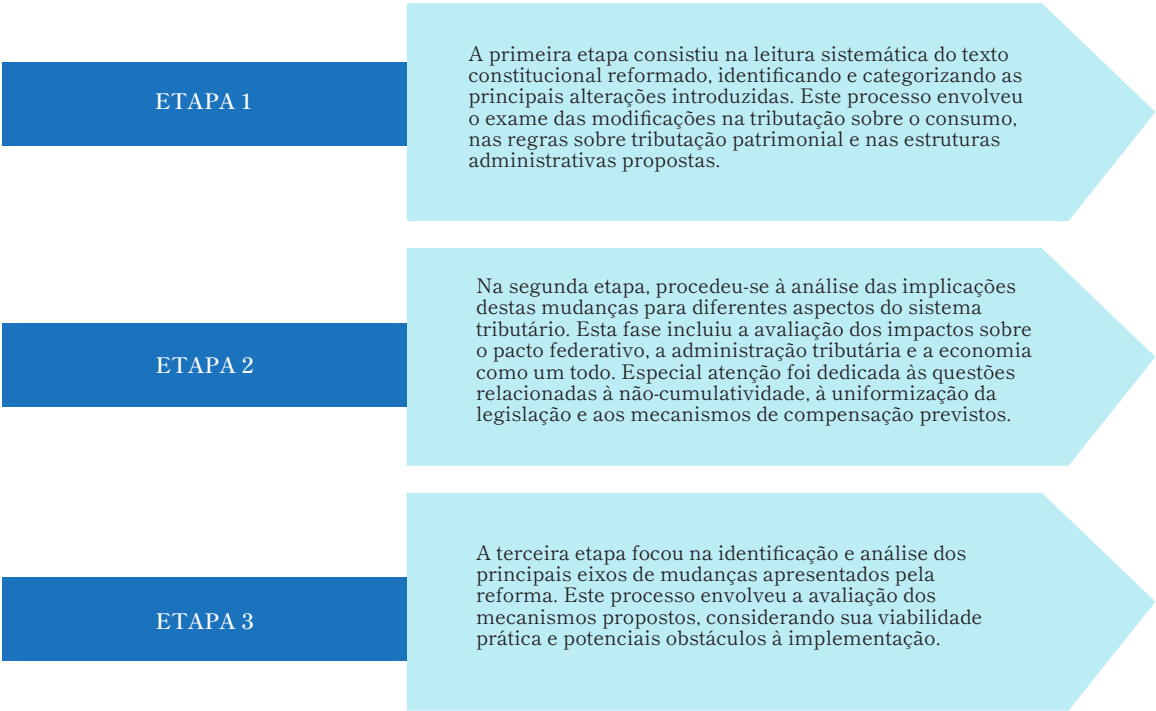
O conceito de neutralidade tributária também assume papel relevante na fundamentação da reforma. A busca por um sistema neutro, que não interfira nas decisões econômicas dos agentes, manifesta-se na adoção de alíquotas uniformes e na simplificação da legislação. Esta neutralidade é especialmente importante em um contexto de economia globalizada, onde distorções tributárias podem comprometer a competitividade internacional.

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem descritiva com abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental da Emenda Constitucional 132/2023. A pesquisa foi estruturada

em três etapas, visando uma compreensão abrangente das mudanças propostas e suas implicações. Tal descrição está posta na Figura 1.

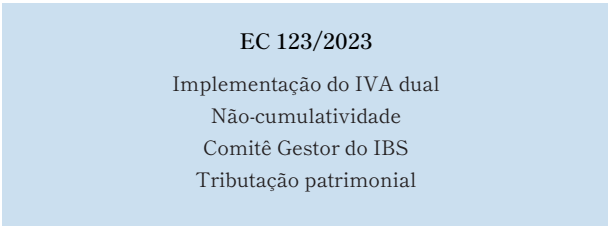
Figura 1 - Etapas da Pesquisa
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da Emenda Constitucional 132/2023 revela transformações no sistema tributário brasileiro, com implicações para diversos aspectos da tributação nacional. Os resultados da pesquisa podem ser organizados em quatro eixos principais de mudança, conforme Figura 2.

Figura 2 – Eixos de Mudanças da Reforma Tributária
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).



4.1 Implementação do IVA dual

O primeiro eixo refere-se à implementação do IVA dual, unificando cinco tributos existentes (IPI, ICMS, ISS, PIS e COFINS) em apenas dois: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esta consolidação, acompanhada de legislação unificada e sistemática comum de apuração, reduz significativamente os custos de conformidade tributária.

A integração do IBS e da CBS formará o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), caracterizado por base ampla de incidência, não cumulatividade plena e regime jurídico único. Conforme Harzheim (2024), sua estrutura segue diretrizes da OCDE e do Banco Mundial, contemplando: tributação no destino, cobrança externa, devolução ágil de créditos acumulados, desoneração de investimentos e exportações, com incidência sobre importações. Este modelo permite que o valor pago em cada etapa da cadeia produtiva gere crédito fiscal, concentrando a tributação efetiva no consumo final.

O IBS e a CBS foram instituídos pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025. O IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional (art. 156-A, caput e IV, CF/1988). Conforme Carmo e Borba (2024), embora estabelecido por lei complementar federal, o IBS terá sua competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 156-A, parágrafo único), cabendo a cada ente federativo estabelecer suas alíquotas por lei própria (art. 156-A, V, CF/1988).

A implementação do IBS e da CBS seguirá um período de transição gradual até sua vigência plena, conforme estabelecido no artigo 342 e seguintes da Lei Complementar 214 de 2025. De 2026 a 2032, neste intervalo, ocorrerá a implementação do novo sistema tributário, possibilitando que empresas e entidades federativas adaptem suas atividades à nova configuração tributária (Pestana, 2024).

4.2 Não-cumulatividade

O fortalecimento da não-cumulatividade emerge como segundo eixo de mudança. O novo sistema estabelece um modelo mais amplo e efetivo de aproveitamento de créditos, beneficiando especialmente setores com cadeias produtivas mais longas. Esta mudança tem potencial para reduzir distorções econômicas e aumentar a eficiência produtiva.

A não cumulatividade ideal, também conhecida como "plena", refere-se principalmente à possibilidade de o contribuinte deduzir do imposto a ser pago todo o valor cobrado em suas operações e prestações anteriores. Isso permite que o imposto seja repassado economicamente entre as empresas, sem onerá-las e, consequentemente, sem que o custo do imposto pago pelo consumidor final seja afetado pelo efeito cascata causado pela cumulatividade (Alcoforado, 2024).

Portanto, a não cumulatividade plena implica crédito financeiro com a total aproveitamento do IVA pago em operações e prestações anteriores, incluindo o imposto cobrado na compra de materiais de uso e consumo e do ativo permanente, essenciais para o funcionamento da empresa, com exceção do recurso destinado ao consumo pessoal, além da rápida restituição de eventuais saldos devedores.

4.3 Comitê Gestor do IBS

A criação do Comitê Gestor do IBS constitui o terceiro eixo da reforma, representando uma inovação na administração tributária. Harada (2024) compara esta entidade pública às Agências Reguladoras, pois possui autonomia técnica, administrativa, financeira e orçamentária sob regime especial. Este modelo de gestão centralizada promete maior eficiência administrativa, embora apresente desafios significativos na coordenação entre entes federativos.

Brandão, Viana e Silva (2021) destacam a centralidade do Comitê Gestor do IBS na administração tributária nacional. Como entidade independente, o CGIBS supervisiona a arrecadação e distribuição de receitas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, promovendo um federalismo cooperativo. Sua estrutura, definida pela Lei Complementar 214 de 2025, garante autonomia técnica, administrativa e financeira, sem subordinação hierárquica aos entes federativos.

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) atua com independência hierárquica dos órgãos públicos, cooperando com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na gestão integrada do IBS e CBS. Sua autonomia técnica, administrativa, orçamentária e financeira coexiste com um modelo colaborativo, no qual o regulamento único do IBS é aprovado em conjunto com o Poder Executivo federal, estabelecendo diretrizes uniformes de conformidade tributária e critérios de tratamento diferenciado aos contribuintes.

O CGIBS, com sede no Distrito Federal, fundamenta sua atuação na transparência e publicidade de seus atos, prioritariamente por meios digitais. Define prazos de cobrança administrativa em até 12 meses da constituição definitiva do crédito tributário, encaminhando posteriormente os casos para cobrança judicial ou extrajudicial. Submete-se às normas gerais de licitação e contratação da administração pública e implementa diretrizes uniformes de conformidade tributária, incluindo orientação e autorregularização, além de estabelecer tratamentos específicos para contribuintes que cumpram critérios predefinidos.

4.4 Tributação patrimonial

O quarto eixo compreende as mudanças na tributação patrimonial e os mecanismos de compensação social. A extensão do IPVA para aeronaves e embarcações, as novas regras para o ITCMD e a implementação do cashbacktributário representam avanços na busca por maior progressividade do sistema.

Ferreira (2025) aponta que a reforma tributária (EC 132/23), com o objetivo de melhorar a tributação sobre o patrimônio, expandiu a base de incidência do IPVA para bens anteriormente não tributados, como embarcações, jet skis, helicópteros e aviões. É importante salientar que aeronaves agrícolas, aeronaves operadas por operadores certificados para fornecer serviços aéreos a terceiros, embarcações empregadas para transporte aquaviário, embarcações para pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência, plataformas/navios cujo objetivo principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva, e tratores e equipamentos agrícolas, foram preservados (Ferreira, 2025; Brasil, 2023).

Nesta direção, em um país com uma das mais elevadas taxas de desigualdade social global, a clara intenção do legislador é honrar o princípio da igualdade através da "justiça fiscal", de forma a tributar de forma mais acentuada os contribuintes com maior capacidade de compra. Claramente, não faz sentido o dever de pagamento do IPVA para veículos populares com anos de uso, enquanto iates de luxo não estão incluídos na lista de incidência do imposto (Ferreira, 2025; Exame, 2024).

A reforma tributária também trouxe significativa inovação no âmbito do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), ao estabelecer critérios provisórios para a tributação de heranças e doações provenientes do exterior. A alteração visa suprir lacuna há muito identificada pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a impossibilidade de tributação de tais transmissões patrimoniais ante a ausência da lei complementar prevista no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal.

A solução adotada pelo constituinte derivado, embora provisória, confere maior segurança jurídica ao sistema, permitindo aos Estados exercerem sua competência tributária em sua plenitude. Não obstante, a efetiva operacionalização dessa tributação ainda demandará significativo esforço regulamentar, especialmente no que concerne à definição de critérios para evitar bis in idem em casos que envolvam mais de uma jurisdição.

A efetiva implementação dessas modificações demandará não apenas a edição de atos normativos complementares, mas também intensa atividade hermenêutica por parte dos tribunais, especialmente no que concerne à definição dos limites e possibilidades das novas hipóteses de incidência tributária.

O sucesso dessas inovações dependerá, em última análise, da capacidade dos diferentes atores do sistema tributário - Fisco, contribuintes e Poder Judiciário - em construir interpretações que, preservando a segurança jurídica, permitam a consecução dos objetivos visados pelo constituinte derivado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar a reforma tributária brasileira implementada pela Emenda Constitucional 132/2023, investigando suas alterações estruturais no sistema tributário nacional. As reflexões evidenciam que a reforma tributária brasileira representa uma transformação histórica no sistema fiscal do país. As inovações introduzidas pela Emenda Constitucional 132/2023 têm potencial para simplificar a tributação nacional e aumentar a eficiência econômica.

O sucesso da reforma, contudo, dependerá crucialmente de sua implementação. O aspecto tecnológico, normativo, a operacionalização do Comitê Gestor e a gestão do período de transição serão determinantes para que os objetivos de simplificação e eficiência sejam alcançados.

Algumas questões permanecerão como desafios nos próximos anos. A efetividade do cashback tributário, o impacto das mudanças sobre a autonomia fiscal dos entes federativos e a adequação dos mecanismos de compensação para regimes especiais são aspectos que demandarão monitoramento contínuo.

A complexidade do processo de transição e a necessidade de coordenação entre diferentes esferas governamentais exigirão atenção especial. O período de implementação gradual previsto pela reforma será crucial para permitir a adaptação adequada tanto do fisco quanto dos contribuintes às novas regras.

Não obstante os desafios identificados, a reforma representa um avanço significativo na construção de um sistema tributário mais moderno e eficiente. Sua implementação bem-sucedida pode contribuir decisivamente para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Como pesquisa futura, recomenda-se que a temática alcance o campo empírico. Assim, espera-se que novas investigações realizem levantamentos quantitativos a respeito da percepção dos contribuintes a respeito das mudanças propostas pela EC 132/2023 e Lei Complementar 214/2025. Além disso, torna-se importante investigar como a comunidade profissional e acadêmica recebe o conteúdo proposto pela reforma tributária. Qualquer mudança pode gerar conflito e demanda por um processo de educação

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Reforma tributária promulgada: principais mudanças dependem de novas leis. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/21/reforma-tributaria-promulgada-principais-mudancas-dependem-de-novas-leis>. Acesso em: 14 fev. 2025

ALBANO, AMANDA. O impacto federativo da reforma tributária: a emenda constitucional nº 132/2023. Revista Carioca de Direito, v. 5, n. 1, p. 67-84, 2024.

ALCOFORADO, Antônio Machado Guedes. A NÃO CUMULATIVIDADE DO IVA-DUAL (CBS E IBS) PREVISTA NA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA. Revista de Direito Tributário da APET, n. 49, p. 239-263, 2024.

APPY, B. Porque o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. Interesse Nacional, v. 8, n. 31, p. 65-81, 2015.

BRANDÃO, Camila; VIANA, Carmen Sabrina Cochrane Santiago; SILVA, Fernanda Donadel. A reforma tributária e o comitê gestor do IBS-novas perspectivas para o federalismo brasileiro. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, n. 93, p. 7-18, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023. Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2023

BRASIL. Lei Complementar nº 214, de 16 de Janeiro de 2025. Altera dispositivos da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 2023

CABRAL, T. F. A.; DOS SANTOS, A. P.; DE JESUS SANTOS, M. S.; ARAUJO, T. R. S. Imposto sobre produtos industrializados (IPI) como mecanismo de preservação ambiental no Brasil. Revista Foco, v. 17, n. 6, p. e5352-e5352, 2024.

CARMO, Lisbino Geraldo Miranda; BORBA, Sabrina Figueiredo. O PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DO IVA DUAL PÓS REFORMA TRIBUTÁRIA. REDES-Revista Educacional da Sucesso, v. 4, n. 2, p. 524-542, 2024.

EXAME. Quais são os países com maior desigualdade social do mundo? Veja a posição do Brasil no ranking. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/quais-sao-os-paises-com-maior-desigualdade-social-do-mundo-veja-a-posicao-do-brasil-no-ranking/>. Acesso em: 14/02/2025

FEREIRA, G. S. Reforma tributária, IPVA e a esperada revisão da hipótese de incidência. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/424550/reforma-tributaria-ipva-e-esperada-revisao-da-hipotese-de-incidencia>. Acesso em: 14/05/2025

GUERRA, F. M.; GUERRA, M. V. C. L. Reforma tributária: uma análise comparativa entre as principais propostas. *Revista Paraense de Contabilidade*, v. 8, n. 1, p. e117-e117, 2023.

GUERRA, F. M.; MORAES, M. B. C. Reflexos contábeis e fiscais da reforma tributária proposta pela EC n.º 132, de 2023: evidências a respeito das atividades cotidianas do profissional da contabilidade. *RBC*, n. 270, ano LIII, nov./dez. 2024, p. 25-44.

HARADA, Kiyoshi. O complexo e dispendioso comitê gestor do IBS. 2024. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/401459/o-complexo-e-dispendioso-comite-gestor-doibs>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HARZHEIM, Amanda Vieira. Reforma Tributária no Brasil: simplificação e modernização do sistema com a Emenda Constitucional Nº 132/2023. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 161, 2024.

MENDES, L. S.; CURSINO, A. M. A importância da reforma tributária para o crescimento econômico do país. *Repositório Universitário da Ânima (RUNA)*, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/24272>. Acesso em 14/05/2025.

ORAIR, R.; GOBETTI, S. Reforma tributária no Brasil: princípios norteadores e propostas em debate. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 213-244, 2018.

PESTANA, M. Reforma Tributária: contexto, mudanças e impactos. Estudo Especial nº 19. Brasília: Instituição Fiscal Independente, 2024.

SILVA, G. E. M.; NASCIMENTO, J. G.; ESPOLADOR, R. D. C. R. T.; SILVA, T. E. M. Reforma tributária: seria, afinal, uma solução econômica diante da pandemia que o país enfrenta? *BrazilianJournalofDevelopment*, v. 6, n. 10, p. 79755-79772, 2020.

SOUZA, J. B. T. Análise crítica do sistema tributário nacional vigente e propostas de mudanças em sua estrutura e de sua simplificação. *Revista Augustus*, v. 23, n. 46, p. 10-29, 2018.

EDITAL



EDITAL Nº 01/2024

CHAMADA SUBMISSÃO DE ARTIGOS – REVISTA ELETRÔNICA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberto o edital para submissão de Artigos, para a Edição nº 01/2024 da Revista Contábil do Ceará – RCCE. Com temática livre, porém, relacionadas à Contabilidade.

O processo de submissão e aprovação de artigos será dirigido pelo Conselho Editorial, juntamente com o Conselho Avaliador e a Comissão Organizadora do CRCCE. A avaliação dos artigos se dará via sistema doble blind review, sendo aceitos ao processo avaliativo apenas os trabalhos submetidos via e-mail institucional: revistaeletronica@crc-ce.org.br.

A Revista será indexada através do cadastro do CRCCE em órgãos indexadores de publicação. Tendo a publicação eletrônica disponibilizada no site do CRCCE. Os artigos publicados na revista serão avaliados por pares duplamente cegos, garantindo a qualidade e a relevância das pesquisas.

O período para apresentação dos textos estará aberto a partir da data da publicação deste Edital. A Revista será submetida ao processo de classificação do Qualis, após três anos de edições publicadas.

I. JUSTIFICATIVA

A Revista Contábil do Ceará é uma publicação que abrange textos voltados para a área contábil, que visem à reflexão e atualização acerca de temáticas ordinárias ou inovadoras, mas sempre úteis à Contabilidade. Entre as áreas temáticas sugeridas, destacam-se: Contabilidade Fiscal e Tributária; Controladoria; Tecnologia Contábil; Governança Corporativa e ESG; Contabilidade Rural e Ambiental; Mercado de Trabalho e Ensino Contábil.

2. DA REVISTA

A Revista Contábil do Ceará é publicada no formato digital, com periodicidade semestral, no site do CRCCE, com registro de ISSN e será composta por artigos recebidos, avaliados e selecionados segundo o processo doble blind review. Não ocorrerá a cobrança de taxas de submissão ou publicação, nem a remuneração aos autores que tiverem artigos publicados, que cedem integralmente seus direitos de autoria uma vez enviados os textos.

3. ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

3.1 Do Objetivo:

Compartilhar experiências de profissionais que atuam no desenvolvimento de atividades da área contábil, vivenciadas na implementação de sistemas e práticas contábeis e de gestão em ambientes corporativos ou acadêmicos.

3.2 Dos Autores:

Profissionais de mercado que exerçam atividades no âmbito da Contabilidade, bem como outros profissionais relacionados à área contábil em entidades públicas e privadas e profissionais de áreas correlatas. Acadêmicos: pesquisadores, professores e alunos de graduação e pós-graduação em Contabilidade e Gestão das Organizações.

4. NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos enviados serão submetidos ao Conselho Editorial, que fará a análise da pertinência das contribuições, segundo sua adequação ao perfil da revista e os submeterá para os pareceristas respeitando a avaliação duplamente cega. A análise de relevância e mérito é de competência do Conselho Editorial e de pareceristas, sendo que, a revisão ortográfico-gramatical e o enquadramento nas normas da Revista serão de responsabilidade do(s) autor(ES).

4.1 Dos Requisitos

A avaliação dos artigos considerará primordialmente, os seguintes aspectos:

- I. Importância do tema;
- II. Ineditismo do trabalho (Trabalhos já publicados em anais de encontros científicos trabalhos como congressos, seminários, simpósios etc., são considerados inéditos, desde que devidamente comunicado no momento da submissão);
- III. Relevância, consistência e contribuição do relato para o desenvolvimento do conhecimento contábil;
- IV. Qualidade da redação e organização do texto;
- V. Qualidade da exposição, análise e discussão dos dados; e
- VI. Considerações finais com fundamento e coerência.

4.2 Normas para submissão

4.3 Os artigos deverão observar:

- Elementos pré-textuais: título, resumo e palavras-chave (português e inglês ou espanhol);
- Texto: introdução, desenvolvimento (fundamentação teórica, metodologia e resultados), considerações finais/conclusão;
- Elementos pós-textuais: referências, apêndices e anexos (quando for o caso);
- Configuração das páginas: margem superior: 3cm; margem inferior: 2cm; margem esquerda: 3cm; e margem direita: 2cm;
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
- Parágrafo: 1,5 cm (tabulação);
- As ilustrações, tais como figuras, quadros e tabelas, devem ser sempre editáveis, contendo legendas, créditos e em fonte Times New Roman, tamanho 10;
- Orientações gerais: Normas da ABNT.

Extensão: O total de páginas não deverá ser inferior a 10 (dez) ou exceder a 20 (vinte), incluídos todos os elementos citados anteriormente, incluindo referências, tabelas e figuras.

Título: na primeira linha da primeira página, com até 140 caracteres, em tamanho 15 (português), seguidos dos títulos em inglês e espanhol, estes em tamanho 12 e formato itálico;

Resumo, abstract e resumen: abaixo dos títulos, em português, e em inglês ou espanhol, cada um com 300 palavras no máximo, alinhamento justificado, contendo contextualização; objetivo; método; resultados; e conclusões (modelo estruturado);

Palavras-chave, keywords, palabras clave: no total de cinco (5), logo abaixo de cada resumo, com alinhamento à esquerda.

Citações: As citações devem seguir o sistema autor-data conforme a NBR 10520/2023 da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Todas as citações devem estar no corpo do texto, sem o uso de notas de rodapé. Para citações indiretas, inclua o sobrenome do autor, o ano da publicação e, quando aplicável, a página da citação. Citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm, espaçamento simples e fonte tamanho 11.

Referências: As referências devem seguir o sistema autor-data da NBR 6023 da ABNT, sendo apresentadas em ordem alfabética ao final do texto. O alinhamento deve ser à esquerda, com espaçamento simples entre linhas e uma linha em branco separando cada referência. Caso a obra citada possua um identificador DOI, este deve ser indicado ao final da referência. Para os autores, utilize os sobrenomes em letras maiúsculas, seguidos pelas iniciais dos prenomes.

*Os textos não formatados segundo as orientações serão sumariamente rejeitados e devolvidos para o(s) autor(es).

5. DOS CRITÉRIOS FORMAIS E METODOLÓGICOS

5.1 Do processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos devem ser inéditos e não estarem em processo de avaliação em nenhum outro periódico. Aqueles decorrentes de trabalhos já publicados em anais de encontros científicos, como congressos, seminários, simpósios, etc., são considerados inéditos, desde que devidamente comunicado no momento da submissão. A avaliação tem como objetivo ajudar os autores a melhorarem os trabalhos apresentados, fornecendo avaliações construtivas e em tempo razoável. O processo de avaliação é composto por duas etapas:

- A primeira etapa compreende o desk review, em que a Comissão Editorial do CRCCE analisa se o trabalho está em condições de entrar em processo de avaliação. Caso seja considerado apto, o trabalho prosseguirá no processo de avaliação; caso contrário, será considerado desk reject.

- A segunda etapa consiste na avaliação do trabalho por meio de um processo double blind review (autores e avaliadores não são identificados). Os autores podem verificar as etapas do processo de avaliação no anexo deste edital – ANEXO II. Estima-se um prazo total de até 60 dias para a emissão do parecer sobre o trabalho submetido.

5.2 Dos Direitos Autorais

Os autores, ao submeterem seus textos à Revista Contábil do Ceará, concordam em abrir mão de eventual direito autoral, permitindo o livre acesso ao texto e imagem, resguardando a fonte e o crédito do trabalho.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A veracidade das informações, assim como a autoria dos artigos será de exclusiva responsabilidade dos autores. Autores que realizarem plágios, terão o artigo rejeitado, podendo sofrer sanções legais. Os autores, ao efetivarem seu aceite, concordam com todas as regras explicitadas neste Edital e autorizam a publicação do trabalho.

Todas as situações omissas não previstas por este Edital, bem como quaisquer dúvidas relacionadas à interpretação de suas disposições, serão analisadas e julgadas pela Comissão Organizadora. Pedidos de esclarecimento podem ocorrer através do envio de e-mail para: revistaeletronica@crc-ce.org.br.



Welynádia Rodrigues Pereira
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional – CRCCE

ANEXO I

I. Título do Artigo:

2. Autor(es) / Vínculo institucional:

3. Classificação da Publicação:

- ☐ Artigo Científico
☐ Caso Prático/Teórico ou Opinativo
☐ Experiência de Ensino e Aprendizagem

4. Indique a Área do trabalho apresentado:

- ☐ Contabilidade Fiscal e Tributária ☐ Controladoria ☐ Tecnologia Contábil ☐ Governança Corporativa e ESG ☐ Contabilidade Rural e Ambiental ☐ Mercado de Trabalho e Ensino Contábil ☐ .

5. O(s) autor(es) deve(m) marcar os itens abaixo, declarando que o trabalho atende às seguintes regras editoriais:

- ☐ O conteúdo da publicação é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
☐ O trabalho está de acordo com as normas editoriais e não possui plágio.
☐ O arquivo do trabalho não contém identificação do(s) autor(es).
☐ O(s) autor(es) não possui(em) mais de cinco submissões no ano. Os casos práticos não são considerados.
☐ Se o trabalho for aceito para publicação com ajustes, o(s) autor(es) se compromete(m) a realizar os ajustes em até 30 dias do recebimento dos pareceres.
☐ O(s) autor(es) assegura(m) que o trabalho não foi submetido em outro periódico.
☐ O(s) autor(es) cede(m) os direitos autorais da publicação à Revista Brasileira de Contabilidade e ao Conselho Federal de Contabilidade.
☐ O(s) autor(es) tem (têm) ciência de que serão publicados, no máximo, dois trabalhos de sua autoria, no mesmo ano.

Cidade: _____, Data: _____ de _____ de 20_____.

Nome do autor responsável pelo preenchimento

REVISTA, CONTÁBIL, DO CEARÁ

EDIÇÃO Nº 1 | ABRIL 2025

